

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS**

**ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS**

**MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**



**GOVERNANÇA COLABORATIVA NA PRÁTICA:  
UMA ANÁLISE DAS EXPERIÊNCIAS NAS APACs**

TRABALHO DE FINAL DE CURSO APRESENTADO À ESCOLA BRASILEIRA DE  
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

**VIVIANE GONÇALVES FERREIRA**  
Rio de Janeiro - 2015

Ferreira, Viviane Gonçalves

Governança colaborativa na prática: uma análise das experiências nas APACs / Viviane Gonçalves Ferreira de Oliveira. - 2015.  
115 f.

Dissertação (mestrado) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa.

Orientadora: Daniela Campello da Costa Ribeiro.

Inclui bibliografia.

1. Administração pública – Participação do cidadão. 2. Segurança pública – Política governamental. 3. Criminosos – Reabilitação. 4. Integração social. 5. Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (MG). I. Ribeiro, Daniela Campello da Costa. II. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. III. Título.

CDD – 353



**VIVIANE GONÇALVES FERREIRA DE OLIVEIRA**

**GOVERNANÇA COLABORATIVA NA PRÁTICA: UMA ANÁLISE DAS  
EXPERIÊNCIAS NAS APAC'S**

Trabalho Final de Curso apresentado ao Curso de Mestrado Profissional em Administração Pública da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas para obtenção do grau de Mestre em Administração Pública.

Data da defesa: 25/02/2015

Aprovada em:

**ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA**

---

**Daniela Campello da Costa Ribeiro**  
Orientador (a)

---

**Humberto Falcão Martins**

---

**Armindo dos Santos de Sousa Teodósio**

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço primeiramente ao meu Deus, pois sem Ele, nada existiria. Também devo agradecer o apoio e incentivo de duas pessoas muito importantes para mim, Dr. Francisco Caldas e o Dr. João Carlos Tupinambá. Obrigada por me ajudarem a conquistar este sonho, tornando possível a realização deste curso.

## **HOMENAGEM**

Em cada momento da minha vida, eles estiveram presentes. Eles me deram a oportunidade de crescer e me transformar na mulher que sou hoje. E, por causa de todos os momentos que abdicaram em meu favor, eu presto minha homenagem aos meus amados pais Atevaldo Ferreira e Maria Helena Ferreira.

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho, e todos os demais que virão, à minha pequenina Ana Clara. Minha filha querida, que é o motivo para que eu siga sempre em frente e conquiste vitórias cada vez maiores.

## RESUMO

O ciclo das políticas públicas brasileiro é, tradicionalmente, traçado a partir do modelo descendente ou *top-down*. Neste modelo, as decisões políticas são tomadas a partir de concepções limitadas de um grupo seleto de pessoas. Estas decisões, apesar de afetarem diretamente à sociedade, não se detêm exclusivamente à sua demanda. O conceito de Governança Colaborativa repensa o verdadeiro papel da sociedade, sugerindo uma posição mais ativa da sociedade, que deixa de se limitar à posição apenas de “beneficiária” das políticas públicas. Dentre as diversas formas de participação da sociedade (participação na elaboração de políticas através de comitês, reivindicações através de movimentos, manifestações, etc.) este trabalho tem como foco a participação na aplicação de uma política já existente, como é o caso da APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados). Diante dos problemas identificados pela ineficácia da ressocialização nos presídios comuns do Brasil, as APACs surgem como proposta de parceria, visando à humanização do cumprimento das penas, e oferecendo ao indivíduo maiores condições de recuperar-se, resultando em uma melhor inserção na sociedade. Desta forma, o presente trabalho tem, como objetivo final, a análise comparativa do método APAC. Para tanto, foi utilizado o método qualitativo através da análise comparativa entre dois presídios semelhantes em características, tais como regimes existentes, sexo dos detentos, Estado em que se localizam, sendo que, um destes apresenta o método APAC e outro não. A partir de entrevistas, foram identificadas as características dos detentos, seus comportamentos e perspectivas. Em um primeiro momento, foram comparados índices de reincidência penal de ambos os casos. Em segundo momento, foram analisados os índices de fugas em saída temporária com e sem a presença da metodologia da APAC. Diante dos dados levantados, observou-se aspectos positivos no método APAC, portanto, apesar de ser clara a aceitação e aprovação dos envolvidos, conclui-se que os dados ainda são escassos, ou seja, ainda existe uma carência de informações capazes de embasar uma "justificativa estratégica" do projeto APAC. Desta forma, ao final da pesquisa, são definidas dimensões de indicadores com objetivo de propor futuras pesquisas sobre a metodologia de avaliação de impacto das APACs nas políticas públicas de segurança.

**Palavras chave:** Governança Colaborativa, Método APAC, Segurança Pública, Ressocialização de presos e Sistema Prisional.

## **LISTA DE SIGLAS**

<b>APAC</b>	Associação de Proteção e Assistência aos Condenados
<b>CNJ</b>	Conselho Nacional de Justiça
<b>CRS</b>	Centro de Reintegração Social
<b>CSS</b>	Conselho de Sinceridade e Solidariedade
<b>CTC</b>	Comissão Técnica de Classificação
<b>DEPEN</b>	Departamento Penitenciário Nacional
<b>FBAC</b>	Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados
<b>INFOPEN</b>	Sistema de Informações Penitenciárias
<b>IPEA</b>	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
<b>SEDS</b>	Secretaria de Estado de Defesa Social
<b>SUAPI</b>	Subsecretaria de Administração Prisional
<b>TJMG</b>	Tribunal de Justiça de Minas Gerais



## **LISTA DE TABELAS**

**Tabela 1** - Comparativo entre as APACs e presídios comuns

**Tabela 2** - Principais pesquisas nacionais sobre reincidência

**Tabela 3** - Faixa etária de reincidentes

**Tabela 4** - Índices de reincidência

**Tabela 5**- Fugas por abuso de confiança

## LISTA DE IMAGENS

Figura 1 - Pesquisa sobre segurança.....	21
Figura 2 - Missão, Visão e Valores .....	26
Figura 3 – Mensagem no muro da APAC e espaço delimitado por uma cerca.....	29
Figura 4 - Organograma FBAC.....	31
Figura 5 – Métodos APAC .....	32
Figura 6 – Recuperando responsável pela farmácia – APAC/Itaúna - MG.....	34
Figura 7 - Recuperandos com as chaves das celas – APAC/Itaúna – MG .....	35
Figura 8 - Trabalho profissionalizante regime semiaberto - APAC Itaúna/MG .....	36
Figura 9 - Trabalho laborterápico - Regime fechado - APAC Itaúna/MG.....	36
Figura 10 - Projeto Juntando os Cacos - Itaúna/MG .....	37
Figura 11 - Regras de atividades - Regime semiaberto. APAC Itaúna/MG.....	38
Figura 12 – Profa. Arlene e entrada dos regimes fechado e semiaberto APAC/Itaúna.....	40
Figura 13 – Quadro de avaliação disciplinar .....	43
Figura 14 - Jornada de libertação e distribuição de cartas/presentes de familiares .....	44
Figura 15 - Metamodelo de dimensão de desempenho .....	73
Figura 16 - APACs filiadas a FBAC no Brasil.....	88
Figura 17 - Relatório financeiro - APAC Itaúna - Maio/2014 .....	90
Figura 18 - APAC Itaúna.....	91
Figura 19 - Padaria (semi aberto) Itaúna/MG.....	93
Figura 20 - Cozinha APAC/Itaúna – MG.....	94
Figura 21 - Área de montagem APAC Itaúna/MG.....	95
Figura 22 - Área de montagem vista de cima.....	95
Figura 23 - Presídio Antônio Dutra Ladeira/ MG .....	96
Figura 24 - Ficha de inscrição para cursista .....	96

# ÍNDICE

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>18</b>
2.1 Governança Colaborativa .....	18
2.2 Realidade prisional no Brasil - Remediando os sintomas .....	20
<b>3. ESTUDO DE CASO .....</b>	<b>26</b>
3.1 Origem.....	26
3.2 FBAC.....	30
3.3 O Método APAC .....	31
3.4 Classificação das APACs .....	44
3.5 Como as APACs se mantém.....	45
3.6 Competência das APACs .....	45
3.7 Principais características da visita à APAC/Itaúna.....	46
3.8 Passos para implantação de uma APAC.....	47
3.8.01 Unir segmentos sociais interessados na participação do projeto .....	48
3.8.02 Realização de Assembléia Geral .....	48
3.8.03 Formação jurídica .....	48
3.8.04 Visita à APAC de Itaúna .....	49
3.8.05 Realização de seminário e criação de equipe de voluntários.....	49
3.8.06 Instalação física .....	49
3.8.07 Formação de parcerias .....	49
3.8.08 Estágio de recuperandos .....	50
3.8.09 Realização do primeiro curso de formação .....	50
3.8.10 Manutenção .....	50
3.9 Visitas realizadas aos presídios Dutra Ladeira e APAC/Itaúna .....	51
<b>4. INDICADORES DE DESEMPENHO AVALIADOS.....</b>	<b>60</b>
4.1 Reincidência .....	60
4.2 Saída Temporária.....	69
<b>5. DIMENSÃO DE INDICADORES .....</b>	<b>72</b>
5.1 Eficiência .....	74
5.2 Eficácia .....	76
5.3 Efetividade.....	76
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>79</b>

<b>7. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>81</b>
<b>ANEXO I - Constituição .....</b>	<b>85</b>
<b>ANEXO II – Contatos APAC .....</b>	<b>86</b>
<b>ANEXO III – Relatório Financeiro FBAC Maio 2014.....</b>	<b>90</b>
<b>ANEXO IV – Entrevistas.....</b>	<b>91</b>
<b>ANEXO V – Ficha de Inscrição para Cursistas .....</b>	<b>105</b>
<b>ANEXO VI – Minuta do Estatuto APAC.....</b>	<b>106</b>

## 1. INTRODUÇÃO

No contexto político brasileiro, a monopolização das decisões políticas não pode ser considerada a melhor forma de se empreender políticas públicas. Dados os constantes exemplos de ineficácia na aplicação das mesmas, o desenrolar deste trabalho nos fará refletir sobre importância da figura do cidadão no sentido de garantir assertividade e transparência na aplicação dessas políticas.

Ao analisar o tema de segurança pública, verifica-se que a preocupação principal do Estado é manter a sociedade segura e "limpa da sujeira" como uma ação pura e simplesmente de curto prazo, sendo este um tema chave de debates políticos para fins de eleição e reeleição. Soares (2006) explica que existe uma justificativa para esta opção, porém afirma ser lamentável que os governantes prefiram benefícios provenientes de ações emergenciais, que contêm efeitos inconsistentes e não mensuráveis, a despeito dos investimentos de médio e longo prazo, uma vez que estes oferecem resultados menos palpáveis em curto prazo.

A preocupação em deter o infrator tão somente não é ruim, e é este o desejo da sociedade no fim das contas. Mas, e depois? Muitos condenados fogem da realidade subumana existente nos presídios, e muitos daqueles que permanecem até o cumprimento da pena acabam cometendo os mesmos crimes quando em liberdade.

Se o propósito, então, é a garantia da segurança, percebe-se que o sistema acaba por não atingir o seu objetivo final. Isto porque muitos dos condenados que cumprem sua pena continuam sendo uma ameaça à sociedade, muitas vezes pelos mesmos crimes anteriormente cometidos. A certeza, já concretizada na concepção dos cidadãos, de que essas pessoas "não têm jeito" também coopera para dificultar a inserção dos ex-presidiários na vida laboral. E, mesmo que de forma silenciosa, grande parte dos cidadãos acaba garantindo que eles permaneçam às margens da sociedade, esta conduta se afirma em pequenas atitudes, como subir o vidro do carro ou desviar da calçada.

Neste sentido, a APAC funciona como parceria nas políticas públicas de segurança, possibilitando uma mudança de ambas as realidades. Por um lado, o preso, agora denominado "recuperando", passa a ter uma chance de optar pela mudança de vida, contando com melhores condições para o cumprimento de sua pena. Por outro lado, a sociedade tem a oportunidade de trabalhar mais ativamente nessas Associações que,

além de oferecerem uma proposta inovadora para as políticas públicas de segurança, também oferecem um espaço para Governança Colaborativa.

No entanto, para que esta Governança Colaborativa seja efetiva, é necessário, portanto, saber se uma instituição na qual a sociedade trabalha ativamente, como é o caso das APACs, tem capacidade de obter resultados positivos ou até melhores dos que os obtidos nas políticas de segurança pública vigentes. Neste sentido, a presente pesquisa tentará responder à seguinte questão: É possível afirmar que a APAC seja capaz de apresentar resultados positivos no setor de segurança pública?

Após a análise dos dados obtidos, verifica-se que ainda existe uma carência de informações mais abrangentes, precisas e claras sobre a eficácia do projeto APAC. Esta "justificativa estratégica" pressupõe evidências, ou seja, a existência de indicadores capazes não só de afirmar os impactos positivos dos projetos, mas que também sejam capazes de oferecer informações necessárias para tomada de decisão, controle financeiro, mensuração de impacto, produtividade, evolução histórica, dimensão da população atingida, projeções de médio ou longo prazo, etc.

Diante disso, esta pesquisa tem como objetivo principal é a análise comparativa do método APAC.

Neste contexto, a presente pesquisa tem, como objetivos secundários:

- ✓ Analisar as características de comportamento e perspectiva dos presos com e sem a presença do método da APAC;
- ✓ Apontar os diferentes índices de reincidência existentes em presídios com e sem a presença do método APAC e as principais diferenças entre os grupos analisados;
- ✓ Apresentar índices de fugas por abuso de confiança existentes em presídios com e sem a presença do método APAC e a proximidade do perfil de ambos os grupos analisados;
- ✓ Propor uma metodologia de avaliação de impacto das APACs nas políticas públicas de segurança a partir de dimensões de indicadores apresentados.

Segundo ZANI (2010), a participação popular é importante no processo político pelo fato de assegurar a eficiência e a sustentabilidade das políticas públicas, aumentar a assertividade, a identificação dos segmentos sociais, aumentar a transparência e o controle social, dentre outros elementos. Além disso, o autor afirma que esta

participação se relaciona ao conceito de capital social<sup>1</sup> no sentido de promover maior articulação entre dos atores sociais e a viabilização do aprendizado coletivo, ou ainda como elemento intrínseco ao sistema democrático.

A governança colaborativa também se sustenta como fator importante, uma vez que a mesma é fundamental para a realização do projeto, que tem os colaboradores voluntários como integrantes da equipe.

Este trabalho se limita ao estudo de Governança Colaborativa em políticas voltadas para segurança pública no Estado de Minas Gerais. O estudo de caso considera, em primeiro momento, a APAC localizada em Itaúna/MG, em comparação com o presídio Dutra Ladeira, localizado em Belo Horizonte/MG. Devido à falta de dados necessários para que fossem feitas as comparações de índice de reincidência e fuga por abuso de confiança, em segundo momento são utilizados dados complementares colhidos da APAC de Perdões/MG.

No segundo capítulo, serão apresentados os entendimentos dos principais autores sobre o tema de política de segurança pública e a realidade prisional do Brasil. No capítulo seguinte discorrerá a respeito do estudo de caso das APACs, no qual serão considerados aspectos importantes colhidos nas visitas efetuadas no presídio da APAC de Itaúna e no presídio Antônio Dutra Ladeira.

No sentido de buscar dados capazes de comprovar a eficiência das APACs, foram expostos, no quarto capítulo, indicadores de desempenho pesquisados em presídios com e sem o método APAC. No capítulo seguinte são apontadas dimensões de indicadores, com intuito de provocar futuras pesquisas na busca de indicadores mais profundos sobre o tema.

Algumas dificuldades foram enfrentadas no decorrer da pesquisa. A equipe, composta de, apenas, duas mulheres (a autora e uma psicóloga, ambas do Rio de Janeiro), se deparou com um ambiente desfavorável devido à predominância do sexo masculino em regime de reclusão. A escassez de dados quantitativos, o espaço curto de tempo disponível para a visita e a distância percorrida para a realização das mesmas foram alguns dos empecilhos superados.

No total foram dois dias de visitas, perfazendo um total de cerca de 13 horas, dentre entrevistas e reconhecimento das dependências de cada instituição. Uma vez que as

---

<sup>1</sup> Segundo Putnam (2005), capital social diz respeito à características como: organização social, normas, sistemas, confiança, etc. Este conceito contribui para aumentar a eficiência da sociedade, uma vez que viabiliza a realização de objetivos que seriam inalcançáveis sem a atuação em grupo.

instituições funcionavam, cada qual, em regiões extremas, distantes do centro de Belo Horizonte, o deslocamento até as mesmas chegou a durar mais de duas horas cada percurso de ida e volta.

As despesas de traslado, estadia, alimentação e aquisição de material para distribuição aos apenados foram pagas com recursos próprios, não reembolsáveis. Porém todo o esforço depositado foi recompensado, uma vez que foi de extrema importância para a conclusão da pesquisa.

A relevância deste estudo se dá pela importância de que haja uma ressocialização eficiente dos detentos nos presídios brasileiros, ou seja, que estes não retornem à vida do crime quando em liberdade. Desta forma, o cidadão tem a necessidade de se sentir seguro, por isso a reclusão do criminoso se faz necessária. Porém, o simples ato de prender criminosos não resolve o problema de fato. A preocupação também deve ser a recuperação do detento, não somente sua captura. O fato é que os presídios brasileiros sofrem, ainda hoje, com problemas graves de superlotação, entre outros atenuantes que impossibilitam o tratamento dos prisioneiros de forma eficiente e eficaz, e não são capazes de recuperar ou ressocializar seus presos.

A APAC, no entanto, surge não como substituta, mas como parceira dessas instituições. Trazendo uma proposta diferenciada para esses detentos, devolvendo-os à sociedade com maiores chances de recuperação. No entanto, o foco central das APACs não é unicamente o condenado, mas também a sociedade, que deve estar consciente da importância de sua participação no processo. Para isso, são necessários bases de dados, informações e indicadores capazes de dar uma visão mais ampla ao projeto.

Quando estes dados estão claros, é possível que a visão passe para fora da cela, em um resultado de longo prazo. Muda-se o entendimento anterior, quando a segurança pública se resume apenas à reclusão do criminoso, e passa-se em pensar sobre como prepará-lo para seu retorno à sociedade.

Desta forma, a presente pesquisa se justifica pelo fato de o sistema prisional tradicional brasileiro ainda apresentar alguns déficits no que diz respeito à recuperação dos presos, e não estar capacitado para suprir todas as demandas dos mesmos. Assim, as APACs contribuem para alcançar uma solução de, ao menos, parte destes problemas.

Os métodos de investigação utilizados na presente pesquisa serão os seguintes, segundo classificação proposta por Gil (2010):



- ✓ Pesquisa bibliográfica em artigos e produções acadêmicas sobre governança colaborativa, em autores especializados em política pública de segurança e em estudos do método APAC, com o objetivo de fornecer base teórica ao trabalho.
- ✓ Entrevistas feitas a partir de visitas, com objetivo de comparar questões de reincidência e fugas por abuso de confiança entre as realidades distintas dos presos que estão nas APACs e os que estão em um presídio comum.

Os dados de reincidências e fugas por abuso de confiança de ambos os modelos de presídios foram colhidos e comparados a partir das seguintes fontes:

- ✓ No caso do presídio tradicional, os dados foram disponibilizados pela Coordenação de Justiça, Cidadania e Segurança Pública pertencente à Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do IPEA.
- ✓ Já os dados da APAC foram disponibilizados pelo Diretor executivo da FBAC, Sr. Valdeci Antonio Ferreira, que também é o fundador da APAC de Itaúna/MG, e pelo setor administrativo da APAC de Perdões/ MG.

Os dados sobre comportamento dos indivíduos inseridos em ambos os modelos e sobre características estruturais (físicas e institucionais) dos mesmos foram colhidos a partir de visitas feitas ao presídio da APAC de Itaúna/MG e ao presídio Antônio Dutra Ladeira – Fazenda Lajes – Ribeirão das Neves/ MG.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

A segurança pública é um dos bens coletivos principais da sociedade moderna, e a eficiência no controle da criminalidade pressupõe a redução de atos criminosos. No entanto, tal eficiência ainda é contestável na realidade brasileira. Soares (2006) elenca vinte e uma questões a respeito da problemática da segurança pública, dentre elas a falta de dados, diagnósticos. Desta forma, a falta de dados inviabiliza o diagnóstico, e a falta deste inviabiliza a criação de políticas.

“No Brasil, as informações são precárias, desde a coleta até o processamento e a ordenação que lhes dá sentido. Portanto, os diagnósticos não podem ter maiores pretensões à consistência. O que inviabiliza o planejamento, na ausência da qual, inexistem condições para avaliações regulares. A falta de avaliação impede que o sistema aprenda com seus erros e os corrija, acumule racionalmente experiências e crie uma história.” (SOARES, 2006 p.416-417).

Além da falta de dados Soares (2006) afirma que a segurança pública se apresenta fragmentada, do ponto de vista institucional. Neste sentido, o autor afirma que as forças federais e estaduais estão distantes e não há colaboração, a caracterização profissional é distinta, as informações são diversas e incompatíveis. No entanto, Soares (2006) sugere que, dentre outras medidas, a participação comunitária ocorra no sentido de visar “a transparência do processo e a recuperação da confiança da sociedade nas instituições policiais renovadas” (SOARES, 2006 p. 408)

### 2.1 Governança Colaborativa

O termo Governança Colaborativa se apresenta como um termo muito vasto, contestável e alvo de debates e críticas quanto a sua efetividade ou forma ideal de apresentação. O que nos importa ressaltar é que, para foco da presente pesquisa, governança colaborativa pressupõe a atuação direta da sociedade nas políticas públicas, como é o caso das APACs.

Segundo Humberto Falcão (2013), a governança colaborativa (que, segundo ele, também pode ser denominada: social, democrática, participativa, responsável) é um processo no qual, em determinados contextos, a partir de determinadas capacidades e qualidades institucionais, agentes públicos e privados buscam coproduzir serviços, políticas e bens públicos visando à geração de um valor público sustentável.

Neste sentido, existem duas formas de se conceituar Governança Colaborativa. A primeira delas é a deliberativa; a sociedade dialoga com o Estado, pensa e decide

políticas públicas "[...] cidadania deliberativa significa, em linhas gerais, que a legitimidade *das decisões* deve ter origem em processos de discussão orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum" (TENÓRIO, 2005, p.105) [grifo meu]. A outra é a de participação na execução dessas políticas. Esta última é o foco do presente trabalho.

Para efeitos deste trabalho, a participação social no campo das políticas sociais será analisada a partir de duas dimensões, ambas definidas pela Constituição de 1988. A primeira diz respeito à participação social nos espaços de debate, deliberação e controle das políticas, e se institucionaliza em nível federal nos conselhos nacionais das políticas sociais. A segunda se refere à participação na execução destas políticas. Neste âmbito será focalizada, a partir do enfoque da participação social, a organização de parcerias entre gestores públicos e entidades privadas de fins não lucrativos. (SILVA, JACCOUD, BEGHIN 20\_\_) [grifo meu].

A Governança Colaborativa é importante no sentido de trazer benefícios como: a incorruptibilidade (maior controle, menor corrupção), a garantia dos direitos essenciais, menor tirania, maior liberdade de expressão, autonomia moral, potencialização do desenvolvimento humano, igualdade política, proteção aos interesses sociais, bem estar coletivo, além de uma ampliação de visão e amadurecimento pessoal. “A participação efetiva [...] traz crescimento e amadurecimento para os atores [...], que ampliam sua visão de mundo enquanto seres humanos dotados de razão e cidadãos participantes de uma esfera pública” (Oliveira, Cançado e Pereira, 2010, p. 622).

Considerando que o bem estar individual está relacionado com o bem estar coletivo (interesse bem compreendido de Tocqueville), a busca pelo bem comum, objetivo principal da participação através da Governança Colaborativa, passa a ocupar mais que apenas uma prerrogativa de uma boa gestão, contudo, e muito além disso, é uma condição de satisfação individual de cada cidadão inserido nela.

Interessante apontar que tal finalidade da Ação Popular [interesse coletivo] coincide com a doutrina do ‘interesse bem compreendido’ de Tocqueville, ou seja, um sentimento segundo o qual a promoção do bem-estar coletivo refletirá no bem-estar individual. A lógica do interesse bem compreendido é no sentido de que transmite ao cidadão a responsabilidade pela Administração e fiscalização das questões públicas, estimulando a participação política via ação conjunta e reforçando os laços de interdependência entre indivíduos. (BARBACENA, 2009 *apud* Cançado, Pereira e Tenório, 2013, p.122)

## 2.2 Realidade prisional no Brasil - Remediando os sintomas

No contexto do presente trabalho, intenta-se abordar Governança Colaborativa no âmbito de segurança pública. Desta forma, quando tratamos o tema segurança pública, alguns tópicos se sobressaem, como:

- Índice de criminalidade: um dos motivos para que exista preocupação com a segurança é a existência da criminalidade;
- Reclusão: com intuito de combater essa criminalidade, as autoridades públicas agem no sentido de retirar esses indivíduos do convívio social;
- Ressocialização: em regra, imprimem-se esforços para que este indivíduo volte para a sociedade em condições para que não retorne ao crime. Porém, verifica-se que este é um ponto fraco no sistema carcerário brasileiro.

A falta de programas de ressocialização nos presídios brasileiros faz com que os índices de reincidência permaneçam elevados. Neste sentido, quando o assunto é a queda de índices de criminalidade, discute-se sobre o endurecimento de penas como uma provável solução.

Viana (2011) menciona uma pesquisa na qual a maioria da população concorda com penas mais duras, e pouco menos que a maioria concorda com a pena de morte como solução deste problema.

Pesquisa realizada pelo Ibope entre os dias 28 e 31 de julho revela que 46% da população brasileira é favorável a adoção da pena de morte. Em relação à pena de prisão perpétua, o índice de brasileiros que defendem sua instituição é de 69%. A referida pesquisa constatou que a maioria dos entrevistados acredita que o aumento da criminalidade decorre, principalmente, da impunidade, que deve ser combatida com políticas de “tolerância zero” e com penas mais duras. (VIANA, Jusbrasil, 2011)

Verifica-se, desta forma, o surgimento de um círculo vicioso. A inexistência de uma política pública eficiente viabiliza o surgimento de novos criminosos, a violência aumenta, os presídios lotam, e a inexistência de uma política carcerária eficiente aumenta o índice de reincidência, e tudo começa novamente. Desta forma, a solução proposta pelo governo não passa de uma remediação de sintomas, e não do problema.

Uma pequena pesquisa livre feita pela revista Veja (2010), 758 pessoas responderam sobre qual seria a melhor forma de se combater a criminalidade a nível federal, tendo

que escolher dentre quatro alternativas relacionadas. No resultado, 54% dos respondentes disseram acreditar que o endurecimento das penas seria a melhor forma de fazê-lo, ficando em segundo lugar, com 28% dos votos, a opção de uma solução preventiva.

Figura 1 - Pesquisa sobre segurança



Fonte: Página da Veja<sup>2</sup>

Em contraponto à opinião de que penas mais duras seriam capazes de combater a criminalidade, Viana (2011) cita que, em países onde existem penas de morte, verifica-se uma “brutalização” social, pois em um dado período de aplicação dessas penas, os índices criminais de homicídio acabaram aumentando. Desta forma, uma pena extremamente dura acaba tendo um resultado oposto ao esperado.

Diversos estudos indicam que a pena de morte tem justamente um efeito de “brutalização”, já que o número de crimes graves, especialmente o homicídio, aumentou. Assim restou constatado em uma pesquisa realizado na Califórnia, onde a média de crescimento anual de homicídios dobrou nos anos em que foi praticada a pena de morte, ou seja, foi mais elevado (10%) que nos anos em que não foram realizadas execuções (4,8%). (VIANA, Jusbrasil, 2011)

Cymrot (2009) descreve claramente o motivo de penas mais rígidas não serem a solução para a diminuição da criminalidade. Ele explica que a certeza que o indivíduo tem de que será punido por sua falta é mais repressivo ao cometimento desta do que sua severidade, desta forma, o peso da pena a ser cumprida não tem motivos para ser excessivamente maior do que o crime cometido<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/enquetes/brasil/o-que-o-governo-federal-pode-fazer-para-reduzir-a-criminalidade/>

<sup>3</sup> Jock Young mostra com propriedade que entre 1993 e 1995, a taxa de criminalidade em 12 de 17 países industriais avançados caiu [...]. Em Nova York a taxa de criminalidade desabou em 36% em três anos

Assim, grande parte da doutrina acredita que o que intimida de fato o criminoso, muito mais do que a severidade da pena, é a sua certeza. Na hora de cometer o delito, o criminoso não pensaria na severidade da pena, mas nas chances de ser pego ou de sair impune. Uma pena muito rígida que não se aplica só serviria para enfraquecer e não fortalecer o sistema penal. Por essa razão, o chamado modelo neoclássico dissuasório enxerga na eficiência do sistema penal, e não na sua rigidez, a grande saída para o combate da criminalidade. [...] O ser humano é encarado como um ser racional que calcula os prazeres e os dissabores que o delito pode produzir. O motivo do crime seria a tentação de obter alguma vantagem. Em uma equação lógica, basta, assim, que o mal da pena, incluindo todos os inconvenientes que traz, ultrapasse essa vantagem para que o efeito dissuasório se produza. (CYMROT, 2009 p. 27)

Sapori (2007) fala sobre o debate sobre o combate à criminalidade a partir da dicotomia entre políticas repressivas e políticas preventivas, sendo a primeira focada no combate à impunidade através de ações que acentuem a capacidade dissuasórias e repressiva da justiça, e a segunda direcionada aos fatores capazes de antecipar uma solução, através de ações relacionadas à fatores econômicos, como exclusão social, emprego, etc.

De acordo com a perspectiva da política de segurança, Sapori (2007) caracteriza a política repressiva, onde a punição é um importante instrumento de afirmação de valores morais e culturais, na qual o nível de criminalidade se relaciona ao grau de eficiência do sistema de justiça criminal. Para este modelo de política, as diretrizes de ação do Estado visam o aperfeiçoamento da máquina judicial, maior encarceramento e endurecimento das penas.

Em contraposição, Sapori (2007) descreve as políticas preventivas, que tem como foco evitar o acontecimento do crime. Neste modelo, uma vez que o criminoso é visto como vítima da desigualdade, discriminação e injustiça, as medidas de inclusão social são o cerne da questão, possibilitando, desta forma, a diminuição da desigualdade, valorização da educação, diminuição do desemprego, etc.

Diante desta dialética, o autor se posiciona ao buscar uma harmonia entre ambos os vieses apresentados.

“... não se tratar prevenção e repressão como ‘escolha de Sofia’. A boa política de segurança pública deve ser rigorosa no combate à impunidade e humanista na valorização da participação comunitária e na inserção social de jovens pobres das periferias urbanas. De resto, é contar com a colaboração da sociedade civil, que se encontra muito mais ativa e participativa do que imaginam os governantes e os gestores públicos” (SAPORI, 2007 p. 195)

---

(1993-1996) e a de homicídios, 50%.[...] o declínio da criminalidade ocorreu [...] em cidades que adotaram explicitamente políticas menos agressivas. (CYMROT, 2009 p. 30)

A despeito das correntes favoráveis às medidas preventivas de segurança, o sistema prisional brasileiro segue tomando providências no sentido de remediar os sintomas, e não o problema. As opções de aumento de força policial, endurecimento das penas e construções de presídios são bem aceitas pela população que prefere uma solução imediata, e também são confortáveis para os governantes, uma vez que se resultam de uma ação, e não de um longo processo.

No final das contas, aumenta-se o quantitativo policial. Grande parte da sociedade se satisfaz, não com a qualidade do serviço da polícia, mas por entender ser esta a única solução para violência. E os presídios lotam. Mas, e depois? A força da polícia nas ruas não é menos que necessária, o rigor da lei deve ser cumprido. Colocar um infrator da lei em regime de reclusão também não é. Mas isso não pode resumir o ciclo.

O "tratamento" deste indivíduo acaba por não integrar o processo. Está é, portanto, uma questão fundamental, uma vez que a violência e a criminalidade estão cada vez mais associados às questões sociais. “A taxa de criminalidade está influenciada por um grande número de fatores econômicos, sociais, individuais e situacionais, que estão fora do âmbito do sistema penal.” Viana (2011). Ou seja, a criação de mais cadeias, penas mais duras e aumento policial estão longe de resolver o problema. As políticas de segurança devem se preocupar em como as ações de longo prazo, no reflexo pós-liberdade, e não apenas no ato da apreensão.

O sistema prisional brasileiro, que causa profunda e justificada preocupação devido à crescente criminalidade, não poderá resolver-se com a modificação de leis, o acréscimo de penas e a construção de penitenciárias. A segurança depende muito mais de construir escolas, oferecer trabalho, educação e saúde a todos os cidadãos. A preocupação com o aumento da segurança apenas pela prisão, sem o seu objetivo maior – a ressocialização, na busca de soluções para seus efeitos, e não para suas causas. (MAMELUQUE, 2006)

O coordenador do Observatório Hemisférico de Segurança da OEA, Luiz Octávio Coimbra, concorda que apenas o aumento do número de prisões não resolveria o problema. Coimbra (2013) cita pesquisa feita pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), de meados de 2013, na qual consta que o aumento no número de prisões, por si só, seria capaz de reduzir a taxa de homicídios no Brasil. O autor, portanto, segue afirmando que esta hipótese, se interpretada de forma literal, é um absurdo.

Dados divulgados pelo Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN revelam que no Brasil, entre 1995-2005, a população carcerária aumentou 143%, saltando para cerca de 148 mil presos para 361.402. Sendo a taxa anual de crescimento entre 10 e 12%.

Já no quadriênio após 2005, com instalação do INFOPEN Estatística, a taxa de crescimento anual caiu para cerca de 5 a 7% ao ano. Neste período, a população carcerária aumentou apenas 31,05% no total, passando de 361.402 para 473.626 detentos. Apesar da aparente queda no crescimento carcerário, a DEPEN – Sistema Prisional (2013) - afirma que esses dados não simbolizam uma melhoria de condições.

Segundo análise do DEPEN, muitos fatores podem ser atribuídos a essa redução do encarceramento. A expansão da aplicação, por parte do Poder Judiciário, de medidas e penas alternativas; a realização de mutirões carcerários pelo Conselho Nacional de Justiça; a melhoria no aparato preventivo das corporações policiais e a melhoria das condições sociais da população são todos fatores significativos na diminuição da taxa. Apesar da redução da taxa anual de encarceramento, o Brasil ainda apresenta um déficit de vagas de 194.650. (SISTEMA PRISIONAL, 2013)

Pesquisa do IPEA (2014) informa que o Brasil é o quarto país que mais encarcera no mundo, e, mesmo assim, sustenta taxas de criminalidade altas, o que atenta para a importância de estudos mais aprofundados sobre a políticas de ressocialização, bem como a sua eficácia para a redução de reincidências criminais.

Ainda sobre a população carcerária, Coimbra (2013) complementa que a superpopulação carcerária nas Américas é uma consequência da falta aplicação de políticas repressivas, de infraestrutura adequada e uso excessivo da prisão preventiva. No entanto, ações preventivas para política de segurança pública ainda estão muito longe de ser uma realidade brasileira.

O descaso político, a superlotação, a morosidade jurídica, a precariedade de tratamento básico, a falta de trabalho para os apenados durante e depois do cumprimento da pena, o excesso de rebeliões e fugas, a indignação dos presos (o que influencia na falta de disposição para se inserir novamente na sociedade), a falta de prioridade, a carência na educação, o alto índice de entrada de celulares e entorpecentes nos presídios, a inexistência de expectativa de uma segunda chance, a falta de esperança de um futuro mais digno, são fatores ainda reais.

Neste quadro, muitos condenados fogem da realidade subumana existente nos presídios. E, ainda, aqueles que permanecem até o cumprimento da pena saem e acabam cometendo os mesmos crimes. Percebe-se que o sistema acaba por não atingir o seu



propósito final, uma vez que, mesmo os condenados que cumprem sua pena, continuam sendo uma ameaça à sociedade.

A certeza, já concretizada na concepção da sociedade, de que essas pessoas "não têm jeito" também coopera para dificultar a inserção dos ex-presidiários na vida laboral. E, mesmo que de forma silenciosa, grande parte dos cidadãos acaba garantindo que eles permaneçam às margens da sociedade, esta conduta se afirma em pequenas atitudes, como subir o vidro do carro ou desviar da calçada.

O fato é que grande parte destes indivíduos mantém-se esquecida pelos líderes políticos, que continuam tratando dos efeitos da criminalidade e desconsideram, dessa forma, suas origens. Neste sentido, a concepção de Governança Colaborativa funciona como parceria desta política, agindo no sentido de imprimir esforços da população na reabilitação destes encarcerados na figura das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APACs).

Todavia, as APACs surgem como colaboradores deste processo político, no sentido de aplicar um método totalmente focado na recuperação deste detento, por eles denominado recuperando, e trazer maiores expectativas para seu retorno ao convívio social.

### 3. ESTUDO DE CASO

#### 3.1 Origem

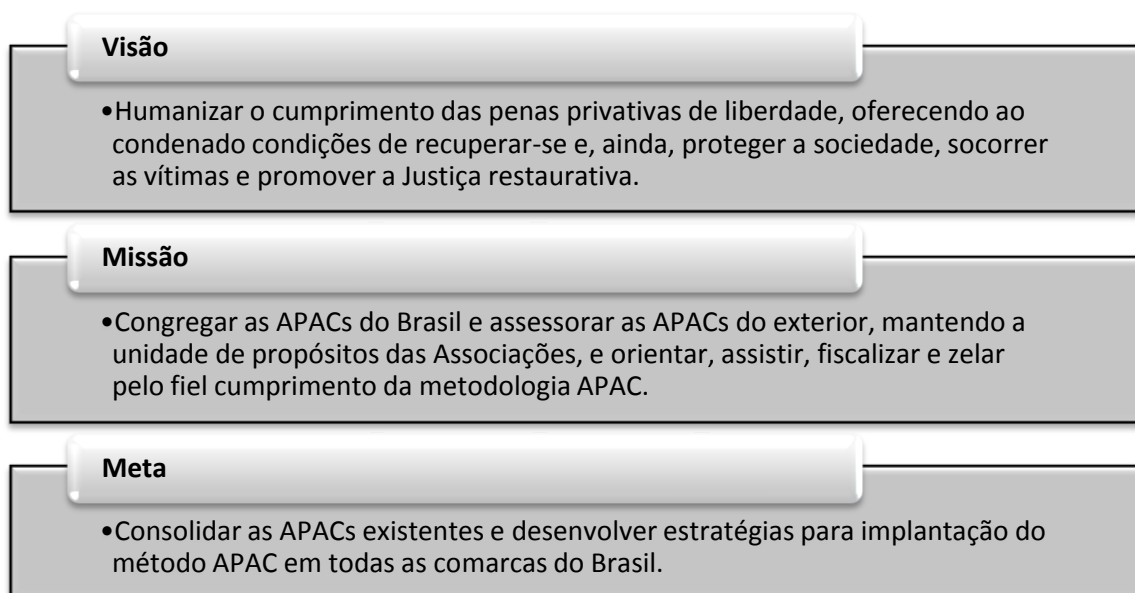
A APAC é uma Entidade Civil com personalidade jurídica própria, fundada em 15 de junho de 1972 em São José dos Campos/SP. Esta Associação tinha como objetivo evangelizar e dar apoio moral aos presos, tendo como líder o advogado e jornalista Dr. Mário Ottoboni. Seu primeiro trabalho ocorreu no presídio Humaitá, naquela época a sigla APAC tinha como significado *Amando o Próximo Amarás Cristo*.

Em 1974, dois anos após a sua criação, a equipe, que constituía a Pastoral Penitenciária, decidiu formar uma Entidade Juridicamente organiza, com o entendimento de que esta seria a melhor forma de enfrentar as dificuldades do projeto. Sendo, assim, instituída a APAC - Associação de Proteção e Assistência aos Condenados.

Hoje, as Associações são responsáveis pela administração de Centros de Reintegração Social e perfazem um total de 91 unidades. As unidades se dividem entre sete Estados (maioria lotada no Estado de MG), sendo que 41 delas funcionam em sede própria, sem concurso das polícias ou de agentes penitenciários (Vide Anexo II).

No exterior, a APAC já está funcionando no Equador, Argentina, Peru, Noruega, Nova Zelândia, Alemanha, Costa Rica, Colômbia, Chile, Bolívia, EUA, e em fase de implantação em diversos países. Esta instituição tem, hoje, como Visão, Missão e Meta:

Figura 2 - Missão, Visão e Valores



Fonte: Página da FBAC<sup>4</sup>

<sup>4</sup> Disponível em: <http://www.fbac.org.br/index.php/institucional/missao-visao-meta>

A construção empírica do presente trabalho se deu através de visita à APAC de Itaúna – MG, que é uma APAC de referência, por ser a sede atual do projeto e a mais antiga em funcionamento. A APAC de Itaúna é um órgão de execução penal <sup>5</sup> e foi declarada de utilidade pública pela Lei n.º 10.399, firmando convênio com o Estado de Minas Gerais através da Lei nº 15.299<sup>6</sup> de 09/08/2004.

Como parte desta parceria, o programa Novos Rumos de Execução Penal<sup>7</sup>, implantado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, funciona como legitimador do Método APAC, um vez este passa, então, a ser visto como Política Pública de Execução Penal do Estado.

Em relação à seleção dos detentos que são encaminhados à APAC, não existe distinção de raça, cor, tipo de crime cometido, tempo a ser cumprido de pena, etc. Porém existem alguns critérios, como: ter tido sua pena transitada em julgado; ter o cumprido, no mínimo, um ano dentro de unidade comum; assinatura de um termo específico, ato este que precede o ingresso na unidade; e habitação dos familiares na comarca do cumprimento da pena.

A solicitação de transferência feita pela família do detento também é considerada, mas todo o processo passa pela análise da administração do presídio de origem, dos responsáveis da APAC onde será alocado e pela aprovação do juiz.

De acordo com a Lei nº 15.299/04, em seu artigo 9º, o requisito para entrada na APAC é ter sentença transitada em julgado na comarca ou praticado o delito na comarca, ou que tenham familiares na mesma.

Serão objeto de convênio entre o Estado e as APACs as unidades de cumprimento de pena privativa de liberdade que se destinem:

---

<sup>5</sup> São órgãos da execução penal:

*I - o Conselho de Criminologia e Política Criminal;*

*II - o Juízo da Execução;*

*III - o Conselho Penitenciário;*

*IV - a Superintendência de Organização Penitenciária;*

*V - a Direção do Estabelecimento;*

*VI - o Patronato;*

*VII - o Conselho da Comunidade.*

***VIII - as entidades civis de direito privado sem fins lucrativos que tenham firmado convênio com o Estado para a administração de unidades prisionais destinadas ao cumprimento de pena privativa de liberdade.*** (Art. 157 da Lei nº 11.404 de 25/01/1994 - Grifo meu)

<sup>6</sup> *O Poder Executivo poderá firmar convênio com Associações de Proteção e Assistência aos Condenados - APACs - para a administração de unidades de cumprimento de pena privativa de liberdade no Estado, nos termos do art. 157 da Lei nº 11.404, de 1994.* (Art. 3º da Lei nº 15.299)

<sup>7</sup> O Programa Novos Rumos do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) possui cinco frentes de atuação: [...] a implantação e a consolidação do método adotado pela Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) como política pública para o cumprimento das penas privativas de liberdade em Minas Gerais. [...] (TJMG, Cartilha Novos Rumos, 2011, p.9)

- I - a condenados em regime fechado, semiaberto e aberto, com sentença transitada em julgado na comarca;
  - II - a condenados cujas famílias residam na comarca;
  - III - a condenados que tenham praticado crime no âmbito da comarca.
- Art. 9º Lei nº 15.299/04

No caso de Minas Gerais, o critério para entrada de um preso na APAC é estabelecido através de portaria conjunta nº 862/07 de 23/05/2005, baixada pelo Programa Novos Rumos, que dispõe, em seu artigo 2º:

Art. 2º O preso condenado a pena privativa de liberdade, nos regimes fechado, semiaberto e aberto, independentemente da duração da reprimenda e do crime cometido, poderá ser transferido para os CRS geridos pelas APACs, através de **ato motivado do Juiz da Execução**, ouvidos o **Ministério Público** e a **administração penitenciária**, e satisfeitas as seguintes condições:

I - manifestar, por escrito, interesse em ser transferido e propósito de, após a transferência, ajustar-se às regras do CRS;

II - ter vínculos familiares e sociais na comarca, comprovados no curso do processo ou através de sindicância realizada pelo serviço social judicial ou, se inexistente esse, pelos oficiais de justiça do juízo;

§ 1º O requisito previsto no inciso II deste artigo poderá ser dispensado em relação ao preso oriundo de outras regiões que tenha sido condenado por crime cometido na comarca e cuja transferência para seu local de origem seja inviável.

§ 3º O preso que tenha sido condenado em comarca diversa daquela em que reside sua família poderá ser transferido para essa, desde que comprovados os vínculos familiares e a residência nela há pelo menos um ano.

§ 4º O requisito previsto no parágrafo anterior será exigido também no caso de família que residia em comarca não dotada de CRS, quando da condenação de seu membro, e que posteriormente tenha transferido residência para comarca em que exista CRS.

§ 5º A transferência, nos casos previstos nos §§ 3º e 4º deste artigo ocorrerá, sempre e inicialmente, para a Cadeia Pública ou outro estabelecimento do sistema oficial existente na Comarca, onde o condenado aguardará a sua remoção para o CRS, de acordo com sua classificação na lista de espera. (Portaria Conjunta nº 862/07 de 23/05/2005) [grifo meu].

Como a capacidade para os presos é reduzida nas APACs, é necessária a confecção de uma lista de espera, onde constam os nomes dos presos que se manifestam interessados em entrar na APAC ou de presos cujas famílias manifestam o interesse em sua transferência para a APAC. A partir do momento que surge uma vaga, o juiz da comarca, juntamente com a administração da APAC, decide quem será transferido.

---

<sup>8</sup> A despeito dos muitos benefícios existentes nas APAC, existem presos que não se dispõem a ingressar no método. Além disso, muitos após ingressar na APAC, demonstram interesse em voltar para o regime comum. Isso ocorre devido à grande disciplina *apaqueana*, que culmina, por exemplo, na expressa proibição de uso de entorpecentes, tornando inviável o convívio de um usuário que não pretende se livrar do uso de drogas.

Todos os detentos que cumpram os requisitos mínimos apresentados anteriormente podem fazer parte do programa APAC. Pesquisa do IPEA (2014), afirma que, apenas eventualmente, fazia-se uma verificação mais aprofundada do perfil do preso para ingresso na APAC. Esta pesquisa visava obter informações quanto uma provável participação em uma quadrilha, em alguma gangue ou se tinha algum desafeto que pudesse provocar uma interferência negativa no projeto.

No quesito motivador ao ingresso no programa da APCA, um relato bastante interessante por parte dos presos era a busca por uma possibilidade de fuga. Devido à vulnerabilidade da segurança na unidade, esta possibilidade se mostrava viável. No entanto, ainda sim os registros de fugas não se demonstram expressivos. Isto por que a ausência de força policial acaba sendo substituída pela força moral, e os recuperandos acabavam se vendo “*presos pela consciência*”.

Vim com o pensamento de fugir. Passou quatro dias, um curso do método. Recuperando ajuda recuperando. Família organizada como suporte. Diálogo como entendimento. Disciplina com amor. Uma cadeia e os caras abraçando a gente. Vendo mulher. Mulher bonita, estagiária, advogada, *tô* achando que eu vou ficar. (preso na APAC no regime semiaberto, IPEA, 2014).

Agente pode entrar com essa intenção [de fuga], mas depois muda totalmente a mentalidade. O que faz agente mudar de ideia é o amor. O respeito que eles têm com agente. A confiança... Aqui agente sai escoltado por Cristo e algemado pelo coração. (Renado, APAC – Itaúna/MG)

Figura 3 – Mensagem no muro da APAC e espaço delimitado por uma cerca.



Fonte: Elaborado pela própria autora

Quanto aos horários, os recuperandos cumprem uma rotina rígida, iniciada às 06h, procedida por uma chamada, feita às 07h00 no salão do refeitório, antes do café da manhã. Quem não responde à chamada por atraso recebe advertência, que culmina na vedação ao horário de lazer naquele dia. O silêncio noturno é moderado até às 22 horas, quando as conversas e risadas são permitidas.

Para o quesito atividades, todos os recuperandos são envolvidos em, ao menos, uma delas. Seja trabalhando (laborterapia, trabalho profissionalizante ou trabalho externo) ou estudando. O projeto tem, também, a preocupação de colocar cada recuperando em uma posição mais importante do que apenas agente passivo, trazendo à responsabilidade do próprio apenas as atribuições que são impensáveis nas instituições comuns, como: abrir e fechar as portas dos regimes semiaberto e fechado; fiscalizar a organização nas celas; participar do Conselho de Sinceridade e Solidariedade (CSS); atender os visitantes, etc.

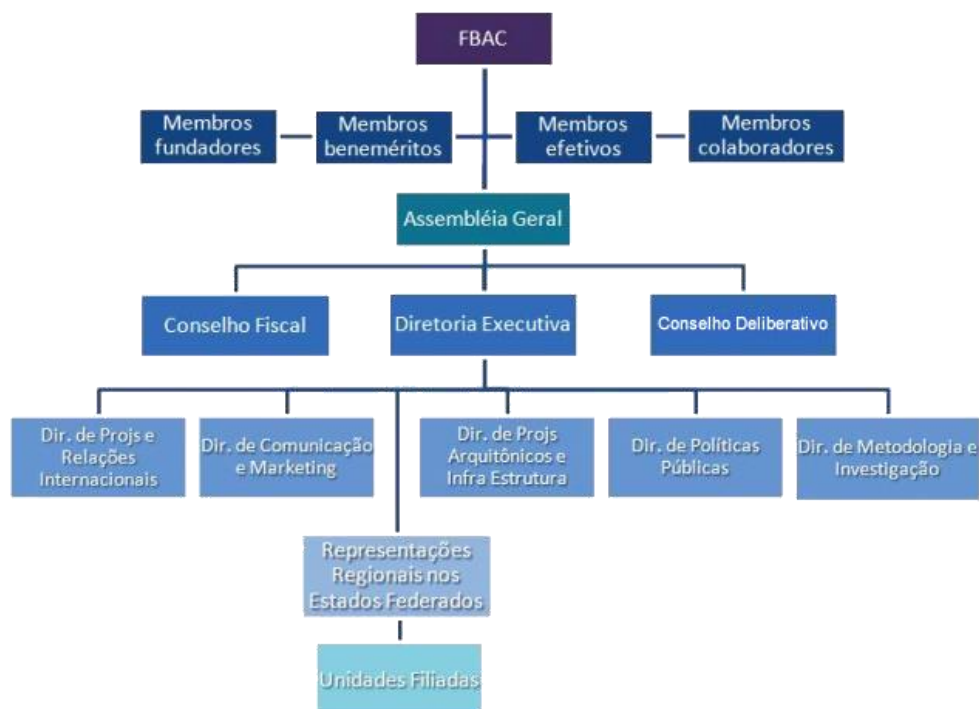
Esta colaboração é vista como um ponto tão importante que os internos chegam a ressaltar a ausência da figura do agente penitenciário como um dos aspectos mais positivos na APAC.

### 3.2 FBAC

Com intuito de coordenar, orientar, fiscalizar e zelar pela unidade e uniformidade das APACs do Brasil, foi criada a Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados – FBAC em julho de 1995, na cidade de São José dos Campos/SP, tendo como presidente Mário Ottoboni. No ano de 2004, por ocasião do V Congresso Nacional Das APACs, a sede da FBAC foi transferida para a cidade de Itaúna em Minas Gerais, onde funciona até os dias atuais, com a presidência do Sr. Valdeci Antonio Ferreira.

Além de coordenar as APACs no Brasil, a FBAC também assessora a aplicação do Método APAC no exterior e está filiada à Prison Fellowship International - PFI, organização consultora da ONU para assuntos penitenciários.

Figura 4 - Organograma FBAC.



Fonte: Página da FBAC<sup>9</sup>

A FBAC também funciona como conexão entre as APACs, uma vez que todas as Associações se conectam através da FBAC, se comunicando permanentemente com esta. Com vistas a formar multiplicadores do método, a FBAC e coordenação do Projeto Novos Rumos do TJMG promovem eventos anuais.

### 3.3 O Método APAC

O método APAC se resume em 12 elementos: A participação da Comunidade; Recuperando para recuperando; O trabalho; A religião; Assistência jurídica; Assistência à saúde; Valorização Humana; A família; O voluntário e o curso para sua formação; CRS – Centro de Reintegração Social; O mérito; Jornada de Libertação com Cristo.

<sup>9</sup> Disponível em: <http://www.fbac.org.br/index.php/pt/institucional-1/organograma-1>

Figura 5 – Métodos APAC



**APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados**

Fonte: Página da FBAC<sup>10</sup>

Segundo os organizadores da APAC, se o recuperando não estiver com intenção de mudar, nada acontece. Além deste fato, afirma-se que a total efetivação do método só ocorre após um ano de trabalho com o recuperando. Antes deste período, a APAC diz que não é possível garantir a plenitude do ciclo de ressocialização pelo método. “o recuperando não consegue associar o método antes de um ano de trabalho”. Este é, portanto, um dos motivos em que a instituição não admite presos provisórios (que ainda aguardam julgamento), pois não se sabe até quando este estará em regime de reclusão.

### **A participação da comunidade**

Este elemento representa a importância da Governança Colaborativa, na qual a sociedade integra parte ativa da política em tela. Para a APAC, todo o projeto seria inexistente sem a participação da comunidade, que é considerada parte fundamental do mesmo. É responsabilidade da comunidade a introdução de todo o método nas prisões, e esta o faz através de audiência pública na comarca onde a APAC será criada. Esta etapa será melhor abordada no item “Passos para implantação de uma APAC”.

<sup>10</sup> Disponível em: <http://www.fbac.org.br/>



A participação social no método APAC é composta pelos voluntários que operam no projeto. Estes voluntários são pessoas da comunidade que se dispõem a trabalhar sem retorno financeiro. O horário de trabalho destes, varia de acordo com a disponibilidade do voluntário e demanda da instituição, ocorrendo, em sua maioria, aos fins de semana.

Dentre os diversos benefícios da participação da sociedade, destacam-se:

- O equilíbrio entre a relação policial e preso, que, no sistema comum, seguem em direção oposta e estão sempre em desacordo, resultando em um clima de tensão, além do conflito entre as diferentes perspectivas de respeito e autoridade (visão do policial) e de repreensão e medo (visão do detento). Nas APACs, a substituição dos agentes penitenciários por voluntários possibilita uma relação de parceria, com um único foco;
- A socialização do recuperando através da participação dos familiares;
- A transparência. A sociedade, por estar atuante no projeto, acaba demandando um retorno, uma satisfação, que é passada pelas APACs através de prestações de contas regulares (vide Anexo III);
- A organização, a limpeza e a higiene passam a ser um objetivo que vai além do bem estar dos recuperandos, uma vez que os mesmos sentem a necessidade de transparecer essas qualidades para seus visitantes.

“Lidar com preso, né, agente... quando agente *tá* aqui por muitas pessoas nem quer que agente... nem acredita na gente agente... por muitos agente estaria morto” [sobre os voluntários] “Eles trabalham mais finais de semana, mas dias de semana eles *aparece* aqui ... eles *faz* os pedidos de compras pra gente maioria de pedidos eles fazem pra gente... muitos vem aqui fazer culto de valorização humana, prega pra gente valorização humana e eles não *ganha* nada” “Esses voluntários agente tem que tratar eles *mais bem* que a própria direção por que eles vêm aqui a troco de nada... deixa tudo na casa deles *pra vim cá*.” (Gerson, recuperando)

Os voluntários são captados através das igrejas, que também são parceiras do projetos e que se dispõem, então, a disseminar a proposta aos fiéis; de eventos esportivos dos próprios recuperandos que, uma vez divulgados em mídia, despertam o interesse da sociedade, entre outros.

Para que o voluntário se apresente apto para participar do programa, o mesmo deve demonstrar interesse, preencher o formulário (Anexo V) e participar do curso de formação, que tem como objetivos a preparação de novos voluntários, a reciclagem dos veteranos, a divulgação do Método APAC, a conscientização da sociedade, a troca de

experiências, a descoberta de novos valores, enriquecimento moral e aproximação do recuperando com sua família;

Estes voluntários poderão trabalhar na formação educacional do recuperando (ensino fundamental e supletivo), palestras, em cursos profissionalizantes (oficinas de trabalho), na captação de empregos para os recuperandos do regime aberto, assim como para a assistência à saúde (médicos, dentistas e psicólogos), espiritual (grupos religiosos) e jurídica (advogados), etc.

### **Recuperando para recuperando**

Apesar de estarem fora do convívio social, os recuperandos não deixam de serem cidadãos. Uma vez que também são responsáveis pelo funcionamento da instituição e partes fundamentais para êxito do método, também podem ser considerados cidadãos ativos em uma política pública. Neste caso, uma política do qual eles mesmos se beneficiam e, como consequência disso, a sociedade também ganha.

Desenvolver o princípio da colaboração entre os presos faz com que os mesmo sejam despertados para os valores de uma convivência em comunidade. Este ato se faz presente no dia a dia do recuperando na medida em que se ajuda o próximo em casos de doenças, quando se acolhe os mais idosos, atendendo nas instalações do prédio (copa, cantina, farmácia, secretaria...), entre outras coisas.

Figura 6 – Recuperando responsável pela farmácia – APAC/Itaúna - MG



Fonte: Elaborado pela própria autora

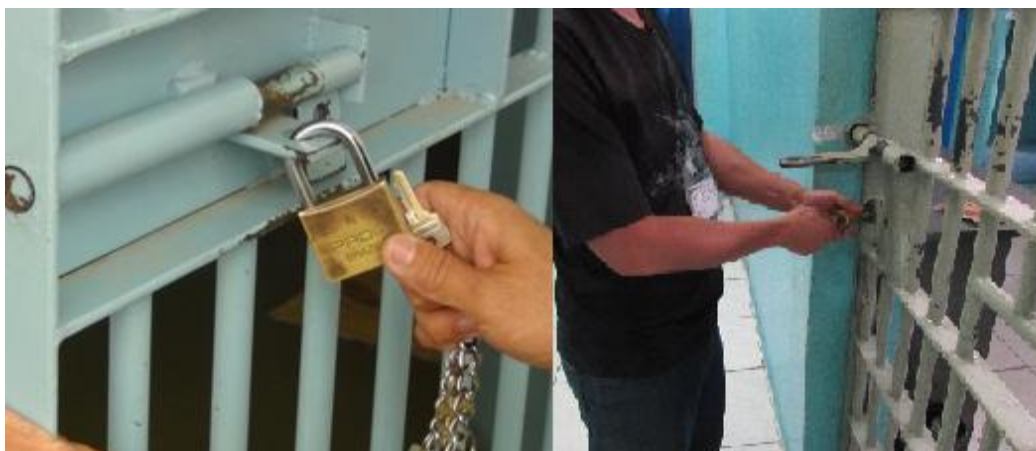
Para a APAC, o sentido de ajuda é muito saudável, pois garante a tranquilidade de que, ao precisar desta mesma ajuda, poderá contar com os demais. Esta colaboração entre os recuperandos garante: disciplina, uma vez que o atendimento às metas em grupo também reflete em benefício do grupo; diminuição da violência e disputa de poder; colaboração com a limpeza e higiene pessoal e da cela; rompimento do “código de honra” quando os mais fortes dominam os mais fracos.

Através da representação de cela, e da constituição do CSS – Conselho de Sinceridade e Solidariedade, composto tão somente de recuperandos, se buscará a cooperação dos condenados para a melhora da disciplina, da segurança do presídio, a busca de soluções práticas, simples e econômicas para os problemas e os anseios da população prisional. (FBAC -fbac.org.br).

O Conselho de Sinceridade e Solidariedade (CSS) é um órgão auxiliar da administração da APAC composto por recuperandos, que têm, como atribuição, manter a disciplina na instituição e fiscalizar a conduta dos demais apenados. Ele também administra o caderno de remissão<sup>11</sup>, e os componentes devem seguir uma rotatividade. O CSS é composto por: Presidente; Vice-Presidente; Secretário Geral; Tesoureiro; Encarregado de Saúde; Encarregado de Manutenção; Encarregado da Laborterapia; Diretor Artístico; Encarregado de Remição.

Este Conselho é responsável por cerca de 85% dos problemas internos opinando a cerca da disciplina, segurança, distribuição de tarefas, realização de reformas, promoção de festas, celebrações, farmácia, etc. As questões que não são solucionadas pelo Conselho, são encaminhadas à administração.

Figura 7 - Recuperandos com as chaves das celas – APAC/Itaúna – MG



Fonte: Elaborado pela própria autora

<sup>11</sup> Nesse caderno fica registrado o tempo de serviço para compensação de dias de pena. Para três dias trabalhados, desconta-se dia do cumprimento da pena. Este sistema só funciona no sistema semiaberto e fechado. A remissão também funciona para o estudo.

## O trabalho

No contexto das APACs, o trabalho funciona como parte integrante do processo de ressocialização, e suas características variam de acordo com o regime em que se encontra o recuperando (fechado, semiaberto e aberto). “O trabalho deve fazer parte do contexto, parte da proposta, mas não deve ser o elemento fundamental da proposta, pois somente o trabalho, não é suficiente para recuperá-lo.” (Site FBAC<sup>12</sup>)

Figura 8 - Trabalho profissionalizante regime semiaberto - APAC Itaúna/MG



Fonte: Elaborado pela própria autora

Figura 9 - Trabalho laborterápico - Regime fechado - APAC Itaúna/MG



Fonte: Elaborado pela própria autora

No Regime Fechado, o trabalho é utilizado como laborterapia (terapia através do trabalho) e tem como objetivo a recuperação do preso. A arteterapia, que também se insere na laborterapia, é uma ferramenta utilizada pelo método, utiliza a expressão artística como tratamento, estimulando a criação com intuito de abrir caminhos para a transformação, desta forma, as energias destrutivas passam a ser transformadas em

<sup>12</sup> Disponível: <http://www.apacitauna.com.br/index.php/institucional/principios>



energias produtivas e positivas. Esta prática tem a peculiaridade de buscar um diálogo interno (consciente e inconsciente) com as suas produções artísticas, transformando e atribuindo novos significados para a vida.

Neste contexto de Arteterapia, funciona o *Projeto Juntando Cacos*, como uma primeira fase da terapia pelo trabalho, quando o recuperando constrói à partir de cacos, trabalhos artesanais, fazendo uma analogia a sua própria vida, “juntando-se os cacos, podemos reconstruir algo belo”; na segunda etapa, sem fugir do propósito de trabalho manual, realiza-se montagens diversas, observando-se sempre rotatividade entre diversas atividades de modo a não tornar os processos de Laborterapia maçantes, mas sim construtivos.

Figura 10 - Projeto Juntando os Cacos - Itaúna/MG



Fonte: Elaborado pela própria autora

O trabalho funciona, desta forma, para reciclagem dos valores, para melhoria da autoimagem. O recuperando passa, então, a descobrir suas capacidades, enxergar seus méritos e começa a se sentir como cidadão igual a qualquer outro capaz de caminhar, vencer e ser feliz.

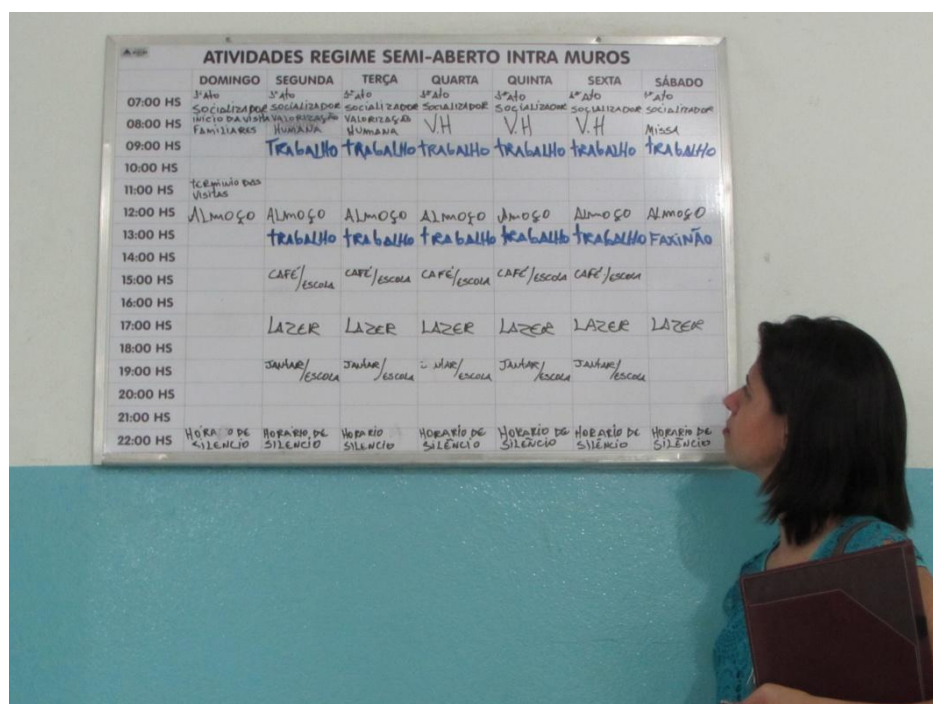
No Semiaberto, cuida-se da formação de mão de obra especializada, respeitando-se a aptidão de cada um. As áreas de padaria, cozinha, carpintaria e montagem são alguns exemplos deste método. Muita das vezes, o detento entra no sistema carcerário sem perspectiva laboral, ou pela falta de vagas para ex-presidiários, ou pela falta de capacitação profissional, ou por ambos os motivos.

Quando o recuperando se capacita, recebe maiores chances de se inserir no mercado de trabalho quando em liberdade. Para tanto, a APAC conta com parcerias, como é o caso

da Magnet Marelli, uma subsidiária do grupo Fiat. Este convênio possibilita a entrega peças plásticas automotivas para serem armazenadas, cortadas, rebarbadas, embaladas na APAC, após estas etapas as peças retornam para a empresa.

E no regime aberto, o objetivo é garantir a inserção laboral na sociedade. Para tanto, o recuperando recebe autorização para executar suas atividades laborais fora das dependências da APAC. Os contatos feitos com as empresas, com intuito de localização de vagas, também são realizados por voluntários.

Figura 11 - Regras de atividades - Regime semiaberto. APAC Itaúna/MG



	DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
07:00 HS	3º Almo	3º Almo	3º Almo	3º Almo	3º Almo	3º Almo	3º Almo
08:00 HS	Socialização início da visita FAMILIARES	Socialização HUMANIA	Socialização VALORIZAÇÃO HUMANIA	VH	VH	VH	Missa
09:00 HS		TRABALHO	TRABALHO	TRABALHO	TRABALHO	TRABALHO	TRABALHO
10:00 HS							
11:00 HS	Termino das visitas						
12:00 HS	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço
13:00 HS		TRABALHO	TRABALHO	TRABALHO	TRABALHO	TRABALHO	FAXINÃO
14:00 HS							
15:00 HS		CAFÉ/ESCOLA	CAFÉ/ESCOLA	CAFÉ/ESCOLA	CAFÉ/ESCOLA	CAFÉ/ESCOLA	
16:00 HS							
17:00 HS		LAZER	LAZER	LAZER	LAZER	LAZER	LAZER
18:00 HS							
19:00 HS		Jantar/ESCOLA	Jantar/ESCOLA	Jantar/ESCOLA	Jantar/ESCOLA	Jantar/ESCOLA	
20:00 HS							
21:00 HS							
22:00 HS	HORA DE SILENCIO	HORA DE SILENCIO	HORA DE SILENCIO	HORA DE SILENCIO	HORA DE SILENCIO	HORA DE SILENCIO	HORA DE SILENCIO

Fonte: Elaborado pela própria autora

## A religião e a importância de se fazer a experiência de Deus

Acreditar que a religião é a grande solução para os presos não é uma verdade para os organizadores das APACs. “Se você sair daqui sem Deus, você vai ter que voltar para buscar” Gerson, Recuperando APAC Itaúna - MG

Esta afirmação é bem frequente para aqueles que acreditam que a religião seja suficiente para preparar o preso para seu retorno na sociedade. No entanto, é possível encontrar núcleos religiosos em praticamente todos os estabelecimentos prisionais. Fator este que, segundo a APAC, não tem alterado de maneira significativa os índices de reincidência em todo o território.

Para a instituição, este “manto da religião” possibilita certa dissimulação por parte dos detentos, que acabam levando vantagens junto aos grupos ali existentes.

[...] a experiência de amar e ser amado desde que pautada pela ética, e dentro de um conjunto de propostas onde a reciclagem dos próprios valores leve o recuperando a concluir que Deus é o grande companheiro, o amigo que não falha. Então Deus surge como uma necessidade, que nasce espontaneamente no coração de recuperando para que seja permanente e duradoura. O Método APAC proclama pois, a necessidade imperiosa do recuperando fazer a experiência de Deus, ter uma religião, amar e ser amado, não impondo este ou aquele credo.(Página da FBAC<sup>13</sup>). [grifo meu]

Diante disto, a APAC acredita que a questão religiosa é sim um fator importante, porém não funciona sozinho, mas integra um conjunto de ações, e serve para dar um norte ao recuperando, ensinando-o, principalmente, o sentido do amor ao próximo.

### **Assistência jurídica**

A assistência jurídica, no Método APAC, funciona no sentido de amparar o recuperando comprovadamente pobre nas questões ligadas à sua situação prisional, como: benefícios facultados pela lei, andamento de pedidos e recursos, consulta ao tempo que ainda resta para cumprimento de pena, pedidos de progressão<sup>14</sup>, etc.

### **Assistência à saúde (médica, odontológica, psicológica, etc.)**

A assistência médica e odontológica é vital para o recuperando, que não possui outros meios para atender tais necessidades, que, quando não atendidas, criam um clima insuportável e extremamente agressivo e violento, foco gerador de fugas, rebeliões e morte. Diante disso, é compreensível afirmar que, sem as devidas assistências médica, odontológica, psicológica, etc., todo o resultado do programa poderia ficar seriamente comprometido.

### **Valorização Humana**

No contexto da realidade prisional, atrás de todo o papel de valente ou durão existe um ser humano que se sente, de certa forma, diminuído, desprezado. Colocar o ser humano em primeiro lugar, reformulando sua autoimagem e sua autoestima, é uma importante parte do Método APAC.

---

<sup>13</sup> Disponível: <http://www.fbac.org.br/index.php/metodo-apac/religiao>

<sup>14</sup> Lei nº 7.210 Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior e ostentar bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento, respeitadas as normas que vedam a progressão.

O Método APAC, consiste em colocar em primeiro lugar o ser humano e, nesse sentido, todo o trabalho deve ser voltado de modo a reformular a autoimagem de homem que errou. Chamá-lo pelo nome, conhecer suas histórias, interessar-se por suas vidas, sua sorte, seu futuro. .(Página da FBAC<sup>15</sup>)

Em reuniões que ocorrem dentro dos Centros de Integração os recuperandos são convencidos de seu valor, sendo, para isso utilizado métodos psíco-pedagógicos. Também faz parte deste contexto de valorização humana a educação. Na figura 12 observa-se a professora Arlete (contratada pelo município), que leciona da alfabetização à 5ª série. “No Brasil, a população prisional é composta em média, de 75% de analfabetos ou semianalfabetos.” (Página da APAC<sup>16</sup>). Neste sentido, os voluntários (que são especialmente treinados para este fim) também entram em cena.



Figura 12 – Profa. Arlene e entrada dos regimes fechado e semiaberto APAC/Itaúna

Fonte: Elaborado pela própria autora

### A família

O fortalecimento da família é um fator importante para a recuperação do recuperando. Neste sentido a APAC utiliza de fatores que proporcionam esta realidade, tais como: telefonemas diários aos familiares, envio de cartas, participação de eventos (Natal, dia das crianças, dia dos pais, etc.) com os recuperandos, etc.

No método APAC a família do recuperando é muito importante. Aquilo que o Sistema comum rompe, na APAC se faz de tudo para

<sup>15</sup> Disponível: <http://www.fbac.org.br/index.php/pt/metodo-apac/valorizacao-humana>

<sup>16</sup> Disponível: [www.apacperdoes.com.br/?page\\_id=23](http://www.apacperdoes.com.br/?page_id=23)



fortalecê-lo. Neste sentido, se procura fazer de tudo para que não se rompam os elos afetivos do recuperando e sua família. (FBAC - fbac.org.br).

### O voluntário e o curso para sua formação

Para a capacitação ao trabalho, o voluntário participa do curso de formação, que normalmente contém 42 aulas, de 1h 30 min. cada uma. Neste curso o voluntário tem oportunidade de conhecer a metodologia e desenvolver os pré-requisitos necessários para o bom desempenho do seu trabalho.

O perfil de trabalho *apaqueano* (das APACs) está baseado na gratuidade da prestação do serviço, sendo que as atividades remuneradas se limitam aos setores administrativos, cuja característica principal foge da marca do voluntariado. Diante disso, é interessante observar que os recuperandos têm uma percepção muito positiva da figura do voluntário.

“Eles trabalham mais finais de semana, mas dias de semana eles *aparece* aqui... eles *faz* os pedidos de compras pra gente maioria de pedidos eles fazem pra gente... muitos vem aqui fazer culto de valorização humana, prega pra gente valorização humana e eles não *ganha* nada” “Esses voluntários **agente tem que tratar eles mais bem que a própria direção** por que eles vêm aqui a troco de nada... deixa tudo na casa deles *pra vim cá*.” (Gerson, recuperando APAC Itaúna\MG - grifo meu)

Outro grupo fundamental de voluntários para o bom funcionamento do método é a família. Neste sentido, uma das preocupações para o ingresso de um detento em uma APAC é justamente a residência na comarca onde a instituição funciona. Este critério se dá, justamente, devido à proximidade de familiares.

Este grupo se diferencia dos demais voluntários devido ao fato de que possuem um interesse pessoal na recuperação do preso. A influência dos familiares para uma melhoria do comportamento de um recuperando também é muito maior, reforçando, assim, a importância de sua atuação no processo de ressocialização deste.

Na raiz do crime vamos encontrar sempre a experiência da rejeição, vivida por alguns ainda no ventre materno. [...] Somente quando o recuperando estiver em paz com estas imagens, estará apto e plenamente seguro para retornar ao convívio da sociedade. (FBAC - fbac.org.br).

O voluntariado também é composto por casais padrinhos. Esses personagens existem para suprir carências afetivas dos recuperandos. Essa carência se dá uma vez que grande parte dos recuperandos é proveniente de famílias desestruturadas, e sua grande maioria

tem uma imagem negativa de pessoas fundamentais na estrutura familiar, como pai e mãe.

### **CRS – Centro de Reintegração Social**

O Centro de Reintegração Social é o espaço físico onde funcionam as APACs. Neles existem pavilhões destinados aos diferentes regimes. O CRS normalmente funciona próximo ao núcleo afetivo do apenado (parentes e amigos), o que facilita a reintegração social. Uma vez que o recuperando não se distancie de sua cidade, ele acaba encontrando maior apoio para conquistar uma liberdade definitiva com menos riscos de reincidência.

Os CRS também contam com os registros do recuperando, um formulário onde ficam registradas todas as tarefas exercidas, bem como as advertências, elogios, saídas, etc. Neste sentido é possível gerenciar o Mérito do mesmo a partir de um histórico da vida prisional.

### **O mérito**

A vida do recuperando é constantemente observada, desta forma, o cumprimento da pena é feito de forma justa, garantindo proteção ao apenado e à população. Este acompanhamento é possível através da CTC – Comissão Técnica de Classificação.

A Comissão Técnica de Classificação, composta de profissionais ligados à metodologia, são responsáveis por classificar o recuperando quanto à necessidade de receber tratamento individualizado. Esses profissionais são capacitados a recomendar exames exigidos para a progressão de regimes, além de cessação de periculosidade e insanidade mental.

As faltas disciplinares são classificadas como:

1. Faltas leves – Perfazem 85% dos problemas internos e são tratadas pelo CSS (Conselho de Sinceridade e Solidariedade).
2. Faltas médias – Perfazem 10% dos problemas internos e são tratadas pela Direção, Gerente administrativo ou Conselho Disciplinar.
3. Faltas graves – Perfazem 5% dos problemas internos e são tratadas pelo Juiz, podendo ensejar a transferência para o sistema comum. Sendo essas: Agressão física; Uso de drogas; Tentativa de Fuga; Uso/posse de telefone. Uma falta dessa, o presa é transferido para o regime pleno (prisão comum).

Na APAC de Itaúna/MG, um quadro de avaliação de disciplina ajuda o Conselho a manter a disciplina individual e coletiva. Nele cada recuperando é avaliado com bolinhas com cores: azul (01 ponto negativo), vermelha (05 pontos negativos) e amarela (10 pontos negativos). Os pontos são cumulativos durante o mês, mas todo o dia primeiro zera-se o quadro. Independente disso, qualquer indisciplina é colocada na ficha do recuperando.

Figura 13 – Quadro de avaliação disciplinar



Fonte: Elaborado pela própria autora

Mensalmente, são reconhecidos os méritos dos recuperandos que participaram de todas as atividades, foram à escola todos os dias e não tiveram nenhuma punição. Como são vários os que atingem a meta, a direção escolhe, dentre a listagem apresentada, o que mais se destaca. Quanto à organização das celas, é feita uma vistoria diária. A menos organizada ganha um porquinho simbólico. A meta é estender ao máximo o período sem indisciplina, desta forma todos ganham juntos.

### Jornada de libertação com Cristo

Uma vez por ano a APAC realiza a Jornada de Libertação Com Cristo e o Curso de Aperfeiçoamento do Método APAC. A Jornada de Libertação com Cristo dura por 3 (três) dias de reflexão e interiorização.

Ela surgiu da “necessidade de se provocar uma definição do recuperando quanto à adoção de uma nova filosofia de vida, cuja elaboração definitiva demorou quinze anos de estudos.” (Fonte: site FBAC<sup>17</sup>).

Figura 14 - Jornada de libertação e distribuição de cartas/presentes de familiares



Fonte: Elaborado pela própria autora

### 3.4 Classificação das APACs

Como forma de organizar os diversos estágios de desenvolvimento nas comarcas das APACs, especialmente em Minas Gerais, foram criados três grupos de classificação das APACs (Vide Anexo II – Figura 15).

<sup>17</sup> Disponível em: [www.apacitauna.com.br/index.php/institucional/principio](http://www.apacitauna.com.br/index.php/institucional/principio)

### Grupo I

Administração do Centro de Reintegração Social pela APAC (a ser feita em prédio próprio, do Estado, alugado ou anexo à cadeia pública), sem a utilização da mão de obra de policiais Civis, Militares ou agentes penitenciários. Neste grupo há a aplicação completa dos doze elementos fundamentais do método APAC e a existência de unidades femininas e masculinas.

### Grupo II

Administração do Centro de Reintegração Social pela APAC, sem a utilização da mão de obra de policiais Civis, Militares ou agentes penitenciários, com aplicação parcial dos doze elementos fundamentais.

Neste grupo, a APAC é quem administra o presídio, nos mesmos moldes descritos no grupo I, mas o faz parcialmente no que diz respeito à metodologia. É válido ressaltar que algumas APACs deste grupo cuidam apenas do regime semiaberto e/ou aberto, não se restringindo, portanto, a estes.

### Grupo III

Neste grupo, as APACs ainda não estão constituídas nem no sentido de administração dos Centros de Reintegração Social, nem no sentido de aplicação da metodologia. Algumas delas se encontram apenas organizadas juridicamente, realizando trabalhos de mobilização social ou atividades pastorais junto aos presos que existentes em cadeias públicas ou presídios. Outras já possuem terreno próprio ou já se encontram em fase de construção do Centro de Reintegração.

## 3.5 Como as APACs se mantêm

As APACs recebem recursos através de: Contribuições de seus sócios, convênios com o Poder Público e a sociedade civil, promoções sociais, doações, parcerias, cursos e venda de material (Vide Anexo III). Apesar de necessitar de ajuda financeira, a APAC não cobra nada dos recuperandos.

## 3.6 Competência das APACs

De acordo com a Lei 11.404, de 1994, em seus artigos 157 176-a 176 b, são competências das APACs, administrar o cumprimento de pena dos detentos; Se responsabilizar-se pelo controle, vigilância e conservação da unidade; Solicitar apoio

policial, se necessário; Apresentar relatórios mensais sobre a entrada e saída de internos; Prestar contas dos recursos recebidos; Cumprir e fazer cumprir as leis no que tange à ordem e à disciplina; elaboração da proposta orçamentária do estabelecimento; Presidir a Comissão Técnica de Classificação; Supervisionar os cursos de instrução escolar e de formação profissional do sentenciado; Comparecer às sessões do Conselho Penitenciário; Promover a contratação de pessoal especializado; Promover exame criminológico; Classificar os estabelecimentos penitenciários de acordo com as fases do regime progressivo; Participar da elaboração da proposta anual do orçamento;

### 3.7 Principais características da visita à APAC/Itaúna

Na visita realizada, foram observadas características peculiares no projeto APAC. A primeira observação foi a respeito do tempo gasto em cada uma das instituições. Cerca de 93% do tempo utilizado na visita à APAC foi direcionado aos recuperandos, que se responsabilizaram pela apresentação do método e das instalações, e apenas 7% ficou a cargo da administração. Já no presídio comum a divisão foi oposta. 89% do tempo gasto na visita foi preenchido pelo diretor do presídio, que apresentou as dependências. O tempo reservado para as entrevistas foi reduzido ao mínimo necessário, totalizando 11%.

Na APAC, o tratamento com os recuperandos é diferenciado do sistema convencional. Todos os recuperandos são tratados com dignidade. Um aspecto estrutural é a questão da ocupação nas celas, onde o menor número de presos garante a integridade, humanidade e evitando maiores conflitos interpessoais, formação de quadrilha, subjugação dos mais fracos, pederastia, tráfico de drogas, indisciplina, violência e corrupção. Neste presídio, considera-se que o criminoso permanece fora da instituição, entrando ali um homem. Esta concepção possibilita a maior expectativa de recuperação do interno, uma vez que não existe preconceito, não existe distinção.

Existência de refeitórios em cada regime pode parecer um aspecto singelo, porém, se comparado ao sistema comum, no qual os internos são obrigados a fazerem as refeições dentro das celas, local onde passam a maioria do tempo, a existência de um espaço reservado para este propósito passa a ganhar maior relevância para o quesito valorização humana.

A garantia de capacitação profissional e acadêmica é outra característica positiva no método APAC. No sistema comum visitado, grande parte dos detentos ficam apenas em

um espaço sem atividades complementares. Em uma dos pavilhões, muitas vezes é necessária a utilização de força, para isso os policiais utilizam um equipamento de segurança mais reforçado e um uniforme que inviabilize o reconhecimento do mesmo (capuz, luva, etc.).

Diferente do sistema comum, na APAC não é necessária a utilização de uniformes, garantindo, assim, a valorização da personalidade. Este procedimento, portanto, não compromete a disciplina, sendo este substituído pela utilização de identificação (crachá), e sua não utilização é tida como falta.

A segurança na APAC pode ser percebida pela confiança em que é atribuída aos recuperandos. Esta realidade é vista pela ausência de muros em parte da unidade, delimitada apenas por uma cerca, pela ausência de armas ou policiais (o que demanda maior responsabilização do recuperando pela segurança do presídio) ou pelo diferencial na própria revista feita aos visitantes<sup>18</sup>. Todos os recuperandos se locomoviam livremente nas dependências que lhes eram permitidas durante os horários das atividades (quadra poliesportiva no horário livre, área de produção no horário de trabalho, refeitório nos horários das refeições). Já no segundo presídio visitado, os detentos eram transportados algemados para as áreas imprescindíveis (posto médico, atendimento com assistente social, julgamento do Conselho) sempre com escolta e atendendo aos comandos de voz dos agentes. Entre um comando e outro todos permanecem de frente para a parede.

A participação ativa da sociedade, através do voluntariado, e da família, garantindo maior possibilidade de ressocialização e reforço de elos afetivos e a disciplina rígida, monitorada pela avaliação individual (promovendo o esforço e o foco) e em grupo (promovendo o trabalho em equipe), também são aspectos que atribuem um diferencial ao método *apaqueano*.

### 3.8 Passos para implantação de uma APAC

“Imprescindível o planejamento e a organização na aplicabilidade do método para que a assistência material não se torne assistencialismo, a assistência espiritual não se torne

---

<sup>18</sup> Na APAC, não foi necessário nenhum tipo de revista no momento da visita. Não houve sequer questionamento quanto ao uso de gravadores e porte de celulares. Já no presídio comum a vistoria foi feita. Os pertences foram acautelados na recepção e apenas foi autorizado o uso de bloco de notas, caneta e um gravador (este último expressamente autorizado pelo Diretor) não sendo permitido nenhum registro fotográfico

proselitismo e a assistência jurídica não se torne escritório de advocacia.” Mario Ottoboni (FBAC)

De acordo com a cartilha Novos Rumos de 2011 e com a FBAC, para a implantação de uma sede da APAC é necessário: Unir segmentos sociais interessados na participação do projeto; Realização de Assembleia Geral; Formação jurídica; Visita à APAC de Itaúna; Realização de seminário e criação de equipe de voluntários; Formação de parcerias; Estágio de recuperandos; e Realização do primeiro curso de formação.

#### 3.8.1 Unir segmentos sociais interessados na participação do projeto.

Este grupo pode ser composto: pelos três poderes (executivo, legislativo e judiciário), Ministério Público, OAB, grupos religiosos, ONGs, Polícia Militar e Civil, a própria comunidade, instituições de ensino, empresas privadas, etc.

Desta forma será realizada uma audiência pública, a ser realizada por um dos membros do Programa Novos Rumos. Esta audiência pública visa abordar a metodologia apaquiana de uma forma ampla, com a finalidade de mobilizar e sensibilizar os participantes sobre a necessidade de a sociedade civil se envolver e se também de sentir responsável na questão da execução penal e consequente ressocialização do condenado

#### 3.8.2 Realização de Assembleia Geral

A assembleia geral se dá com os parceiros que queiram contribuir com a implantação da metodologia APAC e tem o intuito de eleger e empossar os membros do Conselho Deliberativo e respectivos suplentes, com mandato de quatro anos e o presidente da diretoria executiva da associação e o presidente do conselho fiscal (conselho que deverá examinar todas as contas e balanços da associação), ambos com mandatos de dois anos.

O Conselho Deliberativo será formado por 15 membros. O presidente deverá escolher os membros da diretoria (vice-presidente, primeiro-secretário, segundo-secretário, diretor de patrimônio e consultor jurídico). A assembleia geral elegerá, de quatro em quatro anos, o conselho deliberativo

#### 3.8.3 Formação jurídica

Os responsáveis pela associação deverão apresentar o estatuto aprovado para registro no cartório (vide minuta no Anexo VI), a ata da Assembleia Geral da fundação da entidade,



a ata de aprovação do estatuto, a ata da eleição de sua diretoria e parecer da Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC).

A Associação deverá providenciar o CNPJ no Ministério da Fazenda (Receita Federal). Recomenda-se a obtenção dos atestados de utilidade pública municipal, estadual e federal e os certificados de filantropia emitidos pelos Conselhos Municipal, Estadual e Nacional de Assistência Social, para fins de convênio.

Faz-se necessário, também, a Constituição do Conselho de Sinceridade e Solidariedade (CSS), formado por recuperandos;

#### 3.8.4 Visita à APAC de Itaúna

É necessário que exista uma comissão representativa da APAC a ser constituída. Esta comissão deverá visitar uma APAC mais próxima, preferencialmente a APAC de Itaúna MG. Esta unidade é escolhida como referência pois é a mais antiga unidade existente do projeto, além de funcionar como sede atualmente.

#### 3.8.5 Realização de seminário e criação de equipe de voluntários

Este seminário tem como foco o estudos sobre o método para a comunidade, com o objetivo de captar voluntários. Estes voluntários poderão trabalhar: na formação educacional do recuperando (ensino fundamental e supletivo), em cursos profissionalizantes (oficinas de trabalho), na captação de empregos para os recuperandos do regime aberto, assim como para a assistência à saúde (médicos, dentistas e psicólogos), espiritual (grupos religiosos) e jurídica (advogados), etc.

#### 3.8.6 Instalação física

É possível conseguir este espaço através de doações e convênios. O mais recomendado para o pleno sucesso do método é a disponibilização de uma sede própria – o Centro de Reintegração Social (CRS) – com seções distintas para cada um dos três regimes penais – aberto, semiaberto e fechado. Porém, em alguns casos, isso não é possível, fator este que não inviabiliza o projeto.

#### 3.8.7 Formação de parcerias

Estas parcerias podem ser provenientes de:

- ✓ Prefeituras municipais;
- ✓ Secretaria de Estado da Defesa Social (SEDS) Subsecretaria de Administração Prisional, que repassa a subvenção social que pode ser usada para despesas de alimentação, de material de consumo e outras finalidades (caso se construa o Centro de Reintegração Social ou se consiga imóvel específico para abrigar os recuperandos da APAC);
- ✓ Fundações, institutos, empresas privadas, entidades educacionais, religiosas, entidades de classe, organizações não governamentais, etc.

### 3.8.8 Estágio de recuperandos

São designados de dois a três recuperandos da comarca (que manifestem liderança e que tenham uma pena mais longa) para fazerem estágio<sup>19</sup> de dois a três meses em outra APAC.

Esta visita irá contribuir para assimilação do método de forma empírica e maior entendimento sobre funcionamento diário de uma APAC. A FBAC deverá ser consultada para indicar a APAC onde será feito o estágio e para as devidas orientações.

Após a inauguração do Centro de Reintegração Social, os recuperandos visitantes voltarão à comarca de origem acompanhados por dois a três recuperandos da comarca visitada, com intuito de auxiliarem na implantação do novo centro.

### 3.8.09 Realização do primeiro curso de formação

Este é um curso de longa duração, com cerca de quatro meses, e será realizado próximo à data de conclusão da obra. Será utilizado material próprio para o curso, a ser disponibilizado pela FBAC.

### 3.8.10 Manutenção

O trabalho nunca termina, e para que a APAC a ser constituída continue são necessárias ações, como:

---

<sup>19</sup> É recomendado que os recuperandos só sejam enviados para estágio quando estiver próxima a inauguração do Centro de Reintegração Social

- ✓ Realização anual de cursos de conhecimento sobre o Método APAC para recuperandos;
- ✓ Desenvolvimento periódico de aulas de valorização humana, de espiritualidade, de prevenção a drogas, bem como de reuniões de celas coordenadas por voluntários;
- ✓ Realização de audiência pública, seminário ou curso de formação de voluntários, promovendo periodicamente campanhas de sensibilização e mobilização da comunidade acerca do problema prisional;
- ✓ Participação em eventos anuais promovidos em conjunto pelo Programa Novos Rumos, do TJMG, e pela FBAC;
- ✓ Realização de Jornadas de Libertação com Cristo para recuperandos;
- ✓ Promoção periódica de cursos de formação de voluntários (longa duração);
- ✓ Promoção periódica de cursos de formação de gestores e multiplicadores das APACs;
- ✓ Promoção periódica de cursos de administradores das APACs em funcionamento;
- ✓ Participação em congressos nacionais das APACs;
- ✓ Estabelecer comunicação permanente com a FBAC, a Secretaria de Estado de Defesa Social, o Programa Novos Rumos, do TJMG, para solicitar informações e divulgar atividades das APACs.
- ✓ Enviar relatórios periódicos para as referidas entidades.

Em casos de aplicação do método em cadeias e presídios, indica-se apresentar ao diretor a proposta do trabalho a ser realizado com os presos. Com intuito de obter recursos e, conseqüentemente, melhorar as condições dos presos, é importante também imobilizar a comunidade local.

### 3.9 Visitas realizadas aos presídios Dutra Ladeira e APAC/Itaúna

Com intuito de preservar a identidade dos detentos, foram utilizados nomes fictícios. As fotos utilizadas na presente pesquisa foram previamente autorizadas pelos recuperandos/ autoridades da APAC e pelo presídio Dutra Ladeira.

## **APAC Itaúna/MG**

Foi realizada, no dia 25 de setembro de 2014, visita à APAC de Itaúna, a mais antiga dentre as APACs em funcionamento atualmente. Esteve presente na visita a psicóloga Vanessa Gonçalves Ferreira, que auxiliou na coleta e apuração dos dados.

A pesar de muitas concepções ao contrário, a APAC não visa substituir os presídios tradicionais, mas atuar como parceiros destes. Portanto, na concepção dos elaboradores do método APAC, o sistema comum não deverá deixar de existir. Porém, para que exista esta parceria entre ambos, é necessário que os presídios tradicionais funcionem com as ferramentas básicas necessárias, como, por exemplo, a inexistência de superlotação.

Quando o sistema comum funciona bem, ele se torna capaz de “preparar” mais detentos para a APAC. Por outro lado, se o presídio tradicional não dispõe de meios para lidar com os presos de uma forma mais humanizada, o índice de presos aptos a integrar as APACs diminui substancialmente.

A FBAC observa que, apesar do sucesso da metodologia, ela não tem potencial para resolver todas as mazelas do sistema carcerário nacional. ‘Embora as APACs apresentem resultados extremamente positivos, elas não se apresentam como sendo a solução para o caos em que vive o sistema prisional brasileiro e tampouco como um modelo pronto e acabado. Porém, surgem como uma alternativa viável que poderia ser acolhida pelos estados da Federação’, afirmou Eduardo Neves, porta-voz da entidade. (CNJ, 2014)

Outro motivo para que os presídios tradicionais continuem existindo é o fato de que sempre existirão perfis de presos que, por natureza, não se enquadram em uma instituição como a APAC. Ou por se tratarem de pessoas integrantes de facções criminosas, por serem dependentes químicos que não pretendem largar o vício, ou que não se interessam em nenhum tipo de ressocialização.

Em uma análise da visita, foi possível perceber a grande satisfação em falar sobre o método com os recuperandos. Em diversos momentos, os entrevistados faziam menção ao benefício de estarem inseridos naquele contexto. Após a entrevista, o recuperando do regime fechado fechou o laptop e, descontraído, disse: “olha, um preso com um laptop na mão, isso não é engraçado?”. No regime semi aberto, a mesma sensação de descontração e bom humor se afirmava.

Em um dado momento, ao se dirigir à sala de laborterapia, o recuperando responsável pela visita explicava algumas características da APAC. Quando em frente da cela, estendeu um dos braços para alcançar a chave, que se encontrava na parte de dentro

mesma. Muitas risadas surgiram espontaneamente. “Isso é sério? A chave fica dentro da cela?” [risos] “Isso mesmo. Essa prisão não é um *trem bão* demais, *sô*?” Respondeu ele.

A estrutura física é um fator muito motivador nas APACs, além de cada regime conter seu refeitório, percebeu-se que, no regime semi aberto, uma cantina continha algumas guloseimas e até um refrigerador que guardava sorvetes. “Isso é sorvete? Não acredito! Nem na minha época de escola a cantina era tão recheada assim!” [risos]

Um momento muito emocionante na visita foi a despedida. Percebeu-se uma movimentação diferente no refeitório do regime fechado, último a ser visitado. Robson desviou os visitantes do ambiente e iniciou uma explicação a respeito de uma parede feita de cacos (trabalho artesanal). Em primeiro momento entendeu-se que estava na hora da refeição, motivo pelo qual tínhamos que sair do refeitório.

Poucos instantes depois um recuperando aparece atentando sobre o horário de visita, que já havia sido extrapolado. “Não cara, espera aí... Se o Valdecir souber que agente não fez ele *mata nós*...” [risos] Não ficou muito claro do que estavam falando, Gerson só pediu desculpas “Ele é novo aqui... não sabe ainda como tratar as visitas...” [risos]

Ao retornar ao refeitório, todos os recuperandos se encontravam reunidos em pé. Gerson pegou o violão e uma música de bênçãos aos visitantes começou a ser tocada. Todos se emocionaram.

Como os regimes não se misturavam, ao sair do regime fechado, integrantes do regime aberto aguardavam. A sensação era que todos ansiavam pela presença dos visitantes. Por motivos diversos. Uns tinham prazer em conversar, falar de suas experiências de vida ou do método. Outros queriam uma dedicatória no livro que estava sendo distribuído, já outros pediam endereços para envio de cartas.

## **Presídio Antônio Dutra Ladeira**

Foi realizada, no dia 26 de setembro de 2014, visita ao presídio Antônio Dutra Ladeira, um presídio de grande porte localizado em Ribeirão das Neves, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. A visita foi acompanhada pela psicóloga Vanessa Ferreira e foi guiada pelo responsável da Diretoria de Atendimento e Ressocialização do presídio, o diretor Fernando Pereira Renovato, com experiência de dois anos no cargo.

No final da visita foram selecionados, por critério da própria administração, dois presos para entrevista, que foi acompanhada pela Assistente Social Ana Lúcia. Ambos estavam algemados e com uniforme. Não houve nenhum tipo de questionamento, por parte da administração, quanto ao interesse dos detentos de participar da entrevista, ficando a critério dos entrevistados a preocupação de deixá-los confortáveis quanto a opção de não fazê-lo. Após breve explicação do propósito da entrevista, ambos aceitaram participar.

A impressão inicial era que um presídio tradicional se mostraria precário em sua totalidade. Mas não foi exatamente o caso do Dutra Ladeira. O presídio se apresentou organizado, limpo e em boas condições estruturais. O diretor que ficou a cargo de apresentar a instituição, Dr. Fernando Renovato, um jovem de 34 anos, demonstrou, além de grande receptividade à visita, grande motivação ao trabalho da instituição.

Em alguns momentos, a falta de recursos e a escassez de políticas públicas favoráveis ao bom andamento do presídio refletiram certo incômodo por parte do diretor. Um exemplo deste fato se deu através da visita no anexo II, setor mais populoso do presídio, onde ficou evidente a lotação acima da capacidade. Neste anexo existem dois pavilhões, cada qual com seu pátio, localizado no centro, e com as celas ao entorno do mesmo.

Ao entrar no anexo, verificou-se uma estrutura de grades e cercas bem intensa, refletindo um ambiente bastante opressor “ambiente por si só já é tenso”, conclui o diretor. Antes de entrar nos pavilhões, o diretor se certifica com os agentes se “está tudo tranquilo”.

Pavilhão I – estrutura mais antiga – Composta por detentos do regime fechado com pena menor que 10 anos. Como este pavilhão não tem um sistema tão reforçado de grades, a administração conta com a ajuda do grupo de intervenção, uma equipe que acompanha o processo de tranca (entrada dos detentos nas celas após o banho de sol) e atua de forma mais ostensiva.

Como, neste procedimento, muitas vezes é necessária a utilização de força, estes policiais utilizam um equipamento de segurança mais reforçado e uniforme que inviabilize o reconhecimento do mesmo (capuz, luva, etc.)

Pavilhão II – estrutura nova (2006) – possui um sistema de grades mais reforçado e é composto por detentos provisórios (que seguem aguardando o julgamento) e detentos com penas mais altas. Neste pavilhão a quantidade de homens era o dobro que o primeiro e, em uma cela com capacidade para sete homens, havia 14. O diretor Fernando explicou que a quantidade de detentos implica em uma dificuldade muito grande de deslocamento dentro do presídio, sendo este um procedimento que é evitado ao máximo. “Não consigo colocar eles para trabalhar, a não ser na faxina, por dificuldade de movimentação”.

No momento da visita, observou-se uma pequena movimentação de protesto. Alguns detentos estavam batendo contra as grades, o que gerou certa tensão por parte dos visitantes. “Eles estão reclamando. Esse agente que passou por aqui agora foi lá. Ele primeiro tenta conversar, depois vem uma força de repressão maior. É assim que é o procedimento.”

Quanto ao acesso aos livros da biblioteca, Fernando explica que está sendo estudado um projeto de Biblioteca Itinerante, quando os livros vão até as celas. “Eles terem acesso aqui é mais difícil, então agente tem que trabalhar para que os livros cheguem a eles”. Quanto à possibilidade de que os próprios detentos acessem a biblioteca, Fernando rebate “mas a movimentação é terrível, o que eu puder fazer para evitar é melhor”.

Existem alguns dados que não ficam evidentes apenas através da análise das respostas de uma entrevista. Neste caso é válido considerar a percepção do entrevistador ante ao entrevistado. Um exemplo disso é o nível de satisfação do preso com aspectos físicos da instituição.

Na primeira entrevista, Jonathan foi questionado sobre sua opinião a respeito da lotação nas celas, que estavam, visivelmente, atendendo acima da capacidade. Apesar da superlotação, a resposta foi positiva. Isto porque, no presídio onde anteriormente cumpria a sua pena, a lotação era muito maior. Ou seja, a falta de percepção do todo, além da falta de conhecimento sobre os próprios direitos, trouxe certo viés à resposta.

Outro aspecto a ser considerado, e que também vai muito além das respostas provenientes da entrevista, diz respeito às condições de cumprimento da pena, agora não apenas em aspectos físicos da instituição, mas no sentido metodológico, quando é

possível identificar, ou não, uma estratégia que possibilite uma forma justa e digna do cumprimento da pena.

Neste sentido, o semblante do detento é capaz de dizer muito mais que qualquer coisa... Em ambas as entrevistas com detentos do presídio Dutra Ladeira, ficou clara a falta de expectativas de melhora de vida após o cumprimento da pena. Não se falou sobre planos, muito menos sobre sonhos. A resposta que mais se aproximou da tentativa de se restabelecer foi “se eu não arrumar serviço eu cato papelão, mas não volto para a vida do crime”... No entanto, as tentações da vida fácil do crime, atrelados ao pouco ganho que um catador de papelão tem, certamente tornarão a opção pela vida digna deste indivíduo muito mais árdua...

Ainda sobre as condições de cumprimento da pena, percebe-se que, em dado momento, este mesmo detento muda a entonação de seu discurso. A psicóloga Vanessa (que acompanhou a entrevista) identificou este fato, uma vez que a frase, antes iniciada com “se eu não arrumar serviço”, demonstrando falta de expectativa e incerteza, passa para “eu vou conseguir”, expressando um ar de segurança e foco. Na primeira situação, falava-se sobre a realidade no presídio Dutra Ladeira, a segunda em uma provável opção de se cumprir a pena em um presídio com o método APAC

Analisando uma das entrevistas, verificou-se que o detento não se mostrou favorável às perguntas, em primeiro momento. Quando foi indagado se haveria algum problema em participar, ele respondeu que havia passado por uma punição e que não estava “no clima”, não estava com cabeça... Após breve conversa com a assistente social sobre seu problema, ele desabafou dizendo que queria ligar para sua mãe, e que precisaria falar com o responsável para registrar uma situação que acabara de acontecer.

Quando a assistente social respondeu à solicitação dizendo que iria tentar atender às suas solicitações ele respondeu que, sendo assim, enquanto esperava poderia contribuir com a pesquisa.

Todavia as respostas se mostraram curtas, diretas e sem muita reflexão ou profundidade. O que não inviabilizou a análise, tendo em vista que a leitura comportamental trouxe evidências importantes.

No decorrer da entrevista, percebeu-se clara inquietação a respeito do não cumprimento do acordo feito entre ele e os responsáveis pela aplicação da punição pelo uso do celular, além do medo da represaria dos colegas de cela pela exposição do esquema de entrada dos equipamentos.



No que tange à insatisfação com a instituição, ficou clara a falta de meios para o cumprimento da pena de uma forma mais digna, tanto pela falta de matérias primas para o trabalho artesanal, quanto pelo relacionamento com os agentes.

Após a entrevista, a Assistente Social nos explicou que existem muitos presos que usam da possibilidade de suicídio para chamar a atenção e conseguir alguns benefícios. Apesar de esta ser uma ameaça comum, verificou-se que o caso do Marcos se mostrou peculiar (não só para a Assistente Social, mas como para os entrevistadores), uma vez que não havia nenhum tipo de chantagem com o provável suicídio, mas apenas uma preocupação em não fazer com que este gerasse algum tipo de consequência legal para sua família.

## Comparação entre os dois modelos

Dentre os dois modelos, as características ressaltadas foram:

Tabela 1 - Comparativo entre as APACs e presídios comuns

	<b>APAC – Itaúna/MG</b>	<b>Dutra Ladeira – Belo Horizonte/MG</b>
Lotação nas celas	Não supera o número da capacidade na instituição. Só entra alguém quando abre-se uma vaga. Total de recuperandos na APAC Perdões - 35; Total de recuperando na APAC Itaúna - 160.	Hoje o presídio funciona com o dobro de sua capacidade, com um total de cerca de 2.000 presos.
Atividades	Todos participam de atividades, sendo: Atividades externas para regime aberto; atividades profissionalizantes para regime semiaberto; e atividades de laborterapia para regime fechado.	A locomoção entre as dependências da unidade é muito restrita. Os detentos do sistema fechado só saem das celas para atendimento médico, julgamento ou assistência social.  A escola existente é muito restrita, cerca de 350 alunos inscritos apenas, diante de um universo de quase 2.000 presos. No curso de informática são apenas sete inscritos.
Relação interpessoal	Não existem distinções entre os detentos. O que é para um é para todos.	Existe hierarquia entre os detentos.
Governança Colaborativa	Existe a participação da sociedade, sendo este um pré-requisito para a existência do método.	Existem poucos projetos, mas nenhum com participação da sociedade.
Disciplina	Motivada por avaliação individual e em grupo. As atividades em grupo garantem o trabalho em equipe. A boa avaliação garante benefícios.	Locomoção com algemas. Passos devidamente sincronizados, atendendo aos comandos dos agentes penitenciários. Em casos de detentos com nível de “ameaça” maior, a volta do banho de sol é escoltada por policiais encapuzados, que, por diversas vezes, necessitam usar a força.
Uniformes	Não há necessidade de utilização de uniformes. A identificação é feita através de crachás de uso obrigatório.	Calça e camisa vermelhas.

Refeitórios	Existe refeitórios em cada regime	Os detentos comem em suas celas.
Contato dos detentos na visita	Cerca de 93% do tempo utilizado direcionado aos recuperandos, que se responsabilizaram pela apresentação do método e das instalações. Apenas 7% ficou a cargo da administração	89% do tempo gasto na visita foi preenchido pelo diretor do presídio, que apresentou as dependências. O tempo reservado para as entrevistas foi reduzido ao mínimo necessário, totalizando 11%.
Segurança	Feita 100% pelos próprios recuperandos. Inexistência de polícias ou armas. Parte da instituição é cercada por uma cerca de arame apenas.	Existência de policiais, armas, algemas. Vários anexos subdivididos em áreas com altos muros, portões, grades, e cercas. Em algumas partes as grades têm 3 camadas.
Perspectiva de ressocialização	Muito grande	Muito baixa
Literatura aceita	Sem restrição	Somente autoajuda e cristão
Quais as regras para acesso	<p>Só foram feitas observações quanto ao não esquecimento de pertences na unidade.</p> <p>Os pertences não foram revistados e não houve nenhum tipo de vedação quanto à gravação de imagem e som.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Os pertences ficam guardados na recepção.</li> <li>- É expressamente proibida a entrega e doação de pertences do pesquisador ao preso.</li> <li>- Vestuário para mulheres: Não é permitido roupa curta ou decotada, regata, salto, e outros pertences de uso pessoal como brincos e adereços pontiagudos e grandes, celular e demais aparelhos digitais. Não é permitido roupas nas cores, Preto, Vermelho, Cinza, Bege e Camuflado.</li> <li>- É expressamente proibido: Gravações de Imagens e Voz.</li> </ul>
Custo mensal por preso (fonte APAC Perdões)	Em torno de R\$ 858,74 (financiado por contribuições de seus sócios, convênios com o Poder Público e a sociedade civil, promoções sociais, doações, parcerias, cursos e venda de material)	Em torno de R\$ 2.027,20 (Financiado em sua totalidade pelo poder público)

Fonte: Elaborado pela própria autora

## 4. INDICADORES DE DESEMPENHO AVALIADOS

### 4.1 Reincidência

Baseado no Relatório Final de pesquisa sobre reincidência criminal <sup>20</sup>, o desempenho das APACs pode ser medido a partir da comparação dos índices de reincidência nas mesmas com os índices nas penitenciárias tradicionais. No entanto, verifica-se que as taxas de reincidência variam de acordo com as diferentes classificações existentes.

Tabela 2 - Principais pesquisas nacionais sobre reincidência

AUTORES	CONCEITO DE REINCIDÊNCIA UTILIZADO NA PESQUISA	TAXA DE REINCIDÊNCIA
Sérgio Adorno & Eliana Bordini (1991)	Reincidência Criminal - mais de um crime, condenação em dois deles, independentemente dos cinco anos	29,34% (São Paulo)
Sérgio Adorno & Eliana Bordini (1994)	Reincidência Penitenciária - reingresso, após cumprimento de primeira pena (independente do período), no sistema penitenciário para cumprir pena, medida de segurança <sup>21</sup> ou prisão provisória <sup>22</sup> .	46,3% (São Paulo)
Julian Lemgruber (1999)	Reincidência Penitenciária - reingresso, após cumprimento de primeira pena, no sistema penitenciário para cumprir pena, medida de segurança ou prisão provisória.	30,7% (Rio de Janeiro)
Túlio Kahn (2001)	Reincidência Penal - nova condenação, mas não necessariamente para cumprimento de pena de prisão (que abrange, por exemplo, o pagamento de cestas básicas ou multa). Segundo Kahn, pode-se assumir que, nos casos de crimes mais	São Paulo: 50%, em 1994; 45,2%, em 1995; 47%, em 1996; na década de 1970, a taxa

<sup>20</sup> No ano de 2014, o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) contratado pelo Conselho Nacional de Justiça, publicou o resultado de pesquisa sobre o grau de reincidência criminal de forma segmentada. Esta pesquisa permite a análise pormenorizada de cada situação dos detentos, levando em conta as especificidades dos mesmos. Esta pesquisa categoriza, também, a espécie de delito e o perfil demográfico e socioeconômico do autor.

<sup>21</sup> **Medida de segurança** – Quando um juiz opta afastar o réu do ambiente social, independente de ter sido sentenciado ou absolvido, conhecendo ou presumindo que, com sua volta à liberdade o crime volte a acontecer, restringindo-lhe, assim, a sua liberdade e realizando providências que visem a sua readaptação, permitindo a sua internação em hospital de custódia ou tratamento psiquiátrico, ou à falta destes, em outro estabelecimento adequado, e sujeição a tratamento ambulatorial (CP, Art. 96 a 99).

<sup>22</sup> **Prisão provisória** – Detenção sem natureza permanente, como: em flagrante, preventiva, temporária, civil (pelo não pagamento de pensão alimentícia), em decorrência de pronunciamentos, por sentença condenatória não definitiva. Observação: Segundo o art. 300 do CPP, este tipo de detento não deve ficar com os já condenados.

	graves, os conceitos de reincidência penal e reincidência penitenciária medem basicamente as mesmas coisas, já que crimes graves quase sempre são punidos com prisão.	não passou de 32%
DEPEN (2001 para Brasil e 2006 para MG, AL, PE, RJ)	Reincidência Penitenciária - reingresso, após cumprimento de primeira pena, no sistema penitenciário para cumprir pena, medida de segurança ou prisão provisória.	70% (Brasil); 55,15% (MG,AL,PE,RJ)
Fernandes (2009)	Reincidência genérica – ocorre quando há mais de um ato criminal, independentemente de condenação, ou mesmo autuação, em ambos os casos.	Toda a sociedade estaria incluída neste índice, uma vez que a falta de autuação abrangeria todas as práticas ilegais, até mesmo a compra de um CD pirata, que caracteriza uma negação de impostos
IPEA 2014	Reincidência legal (estudada na pesquisa do IPEA em 2013). Estados pesquisados (Al, MG, PE, PR, RJ). Processos válidos – 817.  Neste tipo de reincidência são considerados presos com processo transitado em julgado em ambos os crimes cometidos, sendo que o período entre o cumprimento do primeiro e o cometimento do segundo não supere o período de cinco anos.	24,4% (Média ponderada por Estado)

Fonte: Pesquisa IPEA/CNJ, 2013 (adaptado)

Por isso, antes de partirmos para os números, vale à pena classificar qual o tipo de reincidência será utilizado. De acordo com a pesquisa do IPEA (última estatística da Tabela 2), a reincidência legal ocorre quando um novo ato ilícito é julgado em até 5 anos após o cumprimento da pena do primeiro crime, independente de seu objeto. Para melhor entendimento sugere-se um caso hipotético descrito pelo IPEA (2014).

Uma pessoa comete o primeiro crime em 01/01/2000, devido a morosidade de justiça, seu processo é julgado em 01/01/2002. Sua pena, de dois anos, é cumprida em 01/01/2004. A partir daí, se ela não cometer mais nenhum crime até 01/01/2009, não será mais considerada reincidente. Também não será reincidente caso a mesma pessoa tenha cometido um segundo crime no período de 01/01/2000 à 01/01/2002, visto que o primeiro crime ainda não havia sido julgado.

Pontes (2013) afirma essa descrição, baseando-se no código penal:

Não basta que o réu pratique nova infração penal após o trânsito em julgado da primeira condenação. Para a incidência da presente agravante, faz-se necessário o respeito ao prazo previsto no art. 64, inciso I, do Código Penal, ao qual a doutrina convencionou denominar de período depurador da reincidência:

‘Art. 64 - Para efeito de reincidência:

I - não prevalece a condenação anterior, se entre a data do cumprimento ou extinção da pena e a infração posterior tiver decorrido período de tempo superior a 5 (cinco) anos, computado o período de prova da suspensão ou do livramento condicional, se não ocorrer revogação;’

Portanto, caso o réu tenha contra si sentença condenatória definitiva por crime praticado no Brasil ou no estrangeiro, ao praticar novo crime ou nova contravenção penal será considerado reincidente desde que a nova infração seja cometida após o trânsito em julgado da primeira sentença e antes do prazo de 05 (cinco) anos após o cumprimento ou extinção da pena imposta na condenação anterior. (Pontes, 2013 site: penso direito)

Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), aproximadamente 2,5 mil detentos do Brasil (dentre os mais de 550 mil existentes atualmente) recebem tratamento pelo método APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados), que prioriza a valorização humana e a qualidade da inserção deste indivíduo na sociedade.

Este método é responsável, segundo o CNJ, por índices de reincidência criminal que variam de 8% e 15%. Estes índices são muito positivos se comparados aos de prisões tradicionais, que perfazem mais de 70%. Porém este último não deve ser considerado na íntegra, uma vez que abrange todos os presos que já passaram anteriormente pela prisão, independente de terem sido julgados.

Anos atrás, o Ministério da Justiça, por meio do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, [...] Em seu relatório de gestão de 2001, [...] citou, na página 13, que a reincidência criminal em 01 de janeiro de 1998 era de 70% e que sua meta era reduzi-la, até 2003, para 50%. Essa parece ser a origem de um percentual amplamente divulgado no país. Todavia, analisando o exposto neste documento, percebe-se que o conceito utilizado é bem amplo e considera, em verdade, a reincidência prisional como parâmetro de cálculo. Para o DEPEN, o indicador é definido como o número de reincidências sendo igual a presos recolhidos no ano com passagem anterior pelo sistema (condenados ou não). Ou seja, **o percentual de 70% está sobrestimado pelos presos provisórios, que têm seu movimento influenciado pela atividade policial e que não necessariamente se convertem em condenações.** (IPEA, 2014) [grifo meu]

Apesar de as taxas de reincidência em crimes, nas instituições comuns, serem estimadas pelo Conselho como altas, ainda não existem dados confiáveis capazes de embasar tal

afirmação ou subsidiar a tomada de decisões pelos poderes públicos. E apesar desta escassez de informação, o Conselho Nacional de Justiça afirma que o Método APAC é capaz de reduzir a reincidência criminal, além de ser um modelo que vem sendo adotado em outros países.

Países como Estados Unidos, Nova Zelândia e Noruega já adotaram um modelo carcerário que, criado em São Paulo e expandido em Minas Gerais, humaniza as prisões, oferece oportunidades de reinserção social e tem se mostrado, pelo menos no Brasil, eficaz na redução da reincidência criminal. O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) estima em 15% a reincidência entre os egressos de unidades que adotam esse modelo, chamado APAC, e em 70% entre os demais. (CNJ, 2012).

Em pesquisa feita pelo IPEA, constata-se que muitos dos casos de reincidência ocorrem por falta de um emprego fixo ou de uma estrutura familiar mais concreta.

“Muitos dos recuperandos chegam na rua, não tem um emprego, não tem uma família, não tem quem possa acolhê-los lá fora, eles voltam. Digamos dos que 95% que saíram daqui e reincidiram, a gente vai conversar e é isso. Tem um exemplo de um que não tem um ano que saiu daqui ainda e ele já está preso outra vez porque ele não encontrou apoio nenhum da família, e tentou encontrar emprego de toda maneira e não deram emprego para ele. Ele voltou para o crime, era tráfico, envolvido em assalto.” (voluntário na APAC – IPEA, 2014).

“Os principais motivos que levam à reincidência são: vínculo familiar muito fragilizado. Eu me preocupo com um recuperando que me falou hoje e que não tem para quem voltar. Isso me preocupa muito”. (vice-presidente da APAC – IPEA, 2014).

Existe também a concepção de que a discrepância de faixa salarial de um ex-detento no mercado de trabalho é muito grande se comparada ao que recebe um traficante no mundo do crime.

Então, é uma desigualdade, uma diferença muito grande. Para esses que estão aqui na APAC, por exemplo, a maioria estão relegados os piores salários, os piores empregos, os piores cargos, entendeu, então de repente ele está ganhando um salário-mínimo mas o tráfico está oferecendo cinco mil. Então de fato a desigualdade é muito grande então o conserto aí é pela educação. Eu qualifico ela para o mercado de trabalho e dou mais opções para ela, não só aqueles cargos subalternos da sociedade”. (vice-presidente da APAC – IPEA, 2014)

Quando existe uma opção de emprego certo, é provável que ele tente se reerguer, mas essa não é uma realidade, a criminalidade acaba sendo uma opção tentadora.

“Se o recuperando sai empregado, ou com proposta de emprego, ele pensa duas vezes antes de reincidir. Se ele sai, a ver navios, sem dinheiro no bolso ele volta para o meio. O crime está muito mais preparado para assediar ele”. (funcionário responsável pela disciplina e segurança - IPEA, 2014).

#### 4.1.1 Reincidência no sistema comum

O IPEA, em acordo com o Conselho Nacional de Justiça, realizou, em meados de 2013, pesquisa sobre o tema de reincidência. Esta pesquisa, publicada em março de 2014, tomou-se uma amostra de indivíduos que acabaram de cumprir algum tipo de pena no ano de 2006. Em um segundo momento, com base em dados coletados junto à justiça criminal de cada estado, procura-se pela ocorrência de uma nova condenação no sistema entre os anos de 2006 e 2011.

Desse modo, foi realizada a seleção amostral de autos findos de execução penal nas varas de execução penal, com intervalo de confiança de 95% e margem de erro de 2,5%, representativa e significativa para cinco estados da federação: Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Alagoas e Pernambuco.

Dentre os Estados pesquisados, as quantidades de processos apurados foram: AL – 208; MG – 365; PE – 336; PR – 226; RJ – 363. Dentre estes, apenas 817 foram válidos<sup>23</sup>, 618 eram de não reincidentes, e 199 de reincidentes, perfazendo um **índice de 24,4%**.

Do perfil dos apenados reincidentes apurou-se:

- 42,1% com faixa etária entre 18 e 24 anos;
- 91,9% eram do sexo masculino;
- 75,1% sem instrução ou apenas com ensino fundamental incompleto;

#### 4.1.2 Reincidência na APAC

Não existe, ainda, uma fonte de publicação clara a respeito dos índices de reincidências no contexto das APACs. Na visita realizada em setembro de 2014, foram solicitados dados de reincidência à presidente da APAC – Itaúna, Sra. Lídia Vilela, que expôs alguns fatores que inviabilizariam a apuração dos dados, tais como: o recuperando que sai da APAC, pode acabar cometendo o crime em outro Estado; as fichas dos presos não permanecem na instituição, sendo enviadas juntamente com o recuperando em caso de transferência; e, em caso de cumprimento de pena, a presidente demonstrou incerteza quanto ao encaminhamento da ficha ao fórum ou arquivamento.

---

<sup>23</sup> A invalidade se dava por existirem processos de execução que se referem a mais de um processo de conhecimento e, portanto, com informações sobre mais de uma condenação. Também existirem casos em que não havia informação sobre a reincidência, o que influenciava de forma tendenciosa a taxa.



Sobre a alimentação dos dados, a presidente afirmou que existe um controle feito pela secretaria (que foi contatada posteriormente), e que todo mês o setor alimenta uma base de dados do sistema a partir de um programa do governo existente. A presidente também adiantou um percentual médio de 85% de recuperação, segundo estatísticas levantadas pela própria instituição.

Após exposição dos parâmetros a serem aplicados na pesquisa, como: reincidência no período de cinco anos com ambas penas transitado em julgado, a Sra. Lidia expressou a impossibilidade de serem feitas estas delimitações, uma vez que a apuração dos dados na APAC de Itaúna era feita de forma diversa à esta.

A entrevista concluiu-se com a expectativa de captação dos dados diretamente com a secretaria da instituição e com o presidente da FBAC, o Sr. Valdeci Antonio Ferreira (que também foi contatado posteriormente).

Após as tentativas de contatos com a FBAC e, por consequência, com a secretaria da APAC de Itaúna, foram enviados os seguintes dados:

- ✓ Média da reincidência de recuperandos no ano de 2013: 7,99%;
- ✓ Média de reincidência de recuperandos no ano de 2014, até o presente momento: 7,89 %;

Quantidade de reincidentes no ESTADO da APAC, sendo que a reincidência deve considerar: Cometimento do Crime/Condenação/Trânsito em Julgado em RELAÇÃO à quantidade de recuperandos (todos os regimes) no mesmo PERÍODO.

Tabela 3 - Faixa etária de reincidentes

Faixa etária dos recuperandos	Percentual de reincidência
18 - 30 anos	30%
31 - 40 anos	40%
41 - 50 anos	25%
51 - 60 anos	5%

Fonte: Elaboração da própria autora - Pesquisa efetuada na APAC de Perdões/MG

Considerando a necessidade de maior aprofundamento dos dados, foram submetidos à secretaria da APAC de Itaúna, em novembro de 2014, os seguintes questionamentos:

- ✓ Considerando que reincidência (de acordo com a legislação) ocorre quando uma pessoa retorna ao sistema prisional em até cinco anos após estar em liberdade do primeiro crime, sendo que ambos em transitado em julgado. Em qual período foi levantado esse índice? (Ex. de 2000 - 2005; de 2006 - 2011...)
- ✓ Qual a amplitude da pesquisa? Ou quantos foram os detentos que integraram a pesquisa?
- ✓ Considerando os cinco anos, em qual ano ocorreram mais reincidências? (Esse dado é interessante, visto que, quando observamos que os presos retornam à prisão já no primeiro ano, isso significa uma falha na ressocialização ou na conquista de emprego, etc..)
- ✓ Como ficam os presos que entram na APAC e já são reincidentes? Eles contam na pesquisa? Esse dado é importante, visto que o foco é comprovar que a APAC diminui os índices de reincidências, e estes casos enviesariam a pesquisa, visto que são reincidentes de presídios tradicionais.
- ✓ Como são calculadas as reincidências? De acordo com as regras legais, o mais correto seria levantar todos que ficaram em liberdade em um dado ano e, a partir deste número, verificar quantos voltaram ao sistema dentro dos cinco anos subsequentes. Seria esta a forma de apuração? Caso positivo, como vocês verificam se o preso retornou (considerando que nem sempre voltam para a APAC)?

Uma vez que a APAC de Itaúna não encaminhou as resposta aos questionamentos até o mês de dezembro de 2014, solicitou-se os mesmos dados à APAC de Perdões/MG, localizada no bairro Jardim Nova Esperança, com 10 anos de existência, e que também trabalha com os três regimes de cumprimento de pena e dispõe dos 12 elementos do método APAC, além de também funcionar em sede própria, sem força policial. O contato responsável por esclarecer as dúvidas e enviar as informações foi feito com o gerente administrativo, Sr. Eder Daniel Venancio (7 anos de vivência no projeto), que demonstrou grande satisfação e orgulho em trabalhar com o método da APAC.

Hoje, com capacidade para 48 recuperandos, a APAC de Perdões está com ocupação de apenas 35 recuperandos (24 no regime fechado; 8 no regime semiaberto e 3 no regime aberto). As vagas sobressalentes se dão pelo fato de a comarca onde opera a APAC ser

muito pequena, como explica o gerente administrativo Eder Daniel Venancio (7 anos de experiência com projeto)

Um dos requisitos para o funcionamento da APAC é atender recuperandos que tenham cometido o crime aqui ou que morem aqui. Como nossa comarca é muito pequena [apenas Perdões e Cana Verde integram esta comarca], nós ficamos com carência de detentos para ingressar no sistema. A penitenciária daqui também fechou, e fica ainda mais restrito. Estamos estudando a possibilidade de ampliar nosso trabalho para municípios vizinhos. Ocasionalmente atendemos os presos de outras cidades, sendo Campo Belo, Lavras, Bom Sucesso e Santo Antonio do Amparo - MG. (Eder Venancio – Administrativo APAC Perdões)

Nesta APAC de Perdões, trabalham hoje 12 voluntários, todos envolvidos em trabalhos de valorização humana, no coral e em trabalhos de cunho religioso.

De acordo com a APAC de Perdões/MG, os dados apresentados foram índices de reincidências de 7,1% com a aplicação do método (recuperando com mais de um ano de APAC) e de 9,4% sem a aplicação completa do método (recuperando que deram baixa no sistema antes de completar um ano no método).

Tabela 4 - Índices de reincidência

ÍNDICE DE REINCIDÊNCIA APAC		
COM APLICAÇÃO DO MÉTODO	Permaneceram por pelo menos 1 ano com o método	<b>7,10%</b>
SEM APLICAÇÃO DO MÉTODO	Permaneceram por menos de 1 ano com o método	<b>9,40%</b>
Informações referentes ao período de 2004-2013, recuperandos admitidos neste tempo que, ao saírem, reincidiram dentro dos cinco anos seguintes.		

Fonte: Elaboração da própria autora - Pesquisa efetuada na APAC de Perdões/MG

Os mesmos questionamentos submetidos à APAC de Itaúna foram respondidos pela APAC de perdões da seguinte forma:

- ✓ Considerando que reincidência (de acordo com a legislação) ocorre quando uma pessoa retorna ao sistema prisional em até cinco anos após estar em liberdade do primeiro crime, sendo que ambos em transitado em julgado. Em qual período foi levantado esse índice? (Ex. de 2000 - 2005; de 2006 - 2011...)

*Nós consideramos os cinco anos previstos pela legislação. Portanto, foram consideradas todas as reincidências no período de cinco anos, de todos os detentos que estiveram na APAC no período de 2004-2013.*

- ✓ Qual a amplitude da pesquisa? Ou quantos foram os detentos que integraram a pesquisa?

*Todos os que passaram pela a APAC*

- ✓ Considerando os cinco anos, em qual ano ocorreram mais reincidências? (Esse dado é interessante, visto que, quando observamos que os presos retornam à prisão já no primeiro ano, isso significa uma falha na ressocialização ou na conquista de emprego, etc..)

*Não tenho esta resposta.*

- ✓ Como ficam os presos que entram na APAC e já são reincidentes? Eles contam na pesquisa? Esse dado é importante, visto que o foco é comprovar que a APAC diminui os índices de reincidências, e estes casos enviesariam a pesquisa, visto que são reincidentes de presídios tradicionais.

*Só consideramos, para nossa pesquisa, os presos que praticam novo crime após saírem da APAC.*

- ✓ Como são calculadas as reincidências? De acordo com as regras legais, o mais correto seria levantar todos que ficaram em liberdade em um dado ano e, a partir deste número, verificar quantos voltaram ao sistema dentro dos cinco anos subsequentes. Seria esta a forma de apuração? Caso positivo, como vocês verificam se o preso retornou (considerando que nem sempre voltam para a APAC)?

*Consideramos os cinco anos sim. A pesquisa de reincidência é realizada através da solicitação do CAC - Certidão de Antecedentes Criminais, que é disponibilizado pelo Tribunal de Justiça da comarca, e também é possível localizar pessoas em cumprimento de pena através de uma simples ferramenta, que é pública, disponibilizada no site do TJMG onde podemos verificar a relação de sentenciados da Comarca em questão. O CAC pode ser substituído pelo FAC que cumpre o mesmo papel, porém é alcançado através das Delegacias de Polícia Civil, no entanto com um pouco mais de dificuldade devido ao baixo número de funcionários nestas para atender a demanda.*

Apesar dos índices de reincidências consideravelmente baixos na APAC, considera-se que, ao comparar uma tais instituição com um presídio sem a presença do método, é necessário observar os diferentes perfis de presos encontrados entre ambos os universos.

Há de se convir que a APAC, apesar de não restringir nenhum tipo de crime e atender a todos os regimes, demanda de certos requisitos para o aceite de um detento. Esses requisitos são: ter sentença transitada em julgado, manifestação de motivação para ajustar-se às regras da APAC, análise do Juiz da Execução, ouvidos o Ministério Público e a administração penitenciária.

Considerando que, em um presídio comum, existem presos que não atendam a estes requisitos, ou por não manifestarem desejo de ressocialização, ou por apresentarem alto índice de periculosidade, ou pela inexistência de boa conduta, entre outros, não é viável uma comparação pura e simples dos dois índices de reincidência.

Isto se dá devido ao fato de que, uma vez considerada a possibilidade de retorno ao crime de um grupo que contenha detentos pré-dispostos a isso, o índice acaba por se mostrar mais elevado, mesmo se comparado a um seletivo grupo de presos “bem comportados” sem o método da APAC.

No sentido de minimizar tal diferença, procurou-se aproximar ao máximo as características dos dois grupos e, desta forma, possibilitar uma comparabilidade entre os mesmos. Portanto foram selecionados os presos de presídio comum que possuíam o benefício de saída temporária e, uma vez em liberdade, não retornaram ao presídio, configurando, assim, fuga por abuso de confiança.

#### 4.2 Saída Temporária

A saída temporária é um benefício dado aos condenados que cumprem pena de regime semiaberto e que se ausentam do presídio em casos de: I - visita à família; II - frequência a curso supletivo profissionalizante, bem como de instrução do 2º grau ou superior, na Comarca do Juízo da Execução; III - participação em atividades que concorram para o retorno ao convívio social.

Para gozar do benefício de saída temporária, os presos do sistema comum precisam ter um conjunto de características que se assemelham aos requisitos para o ingresso na APAC. Ou seja, estes presos seriam potenciais participantes da APAC, porém, por diversos motivos, não estão lá.

De acordo com a Lei de Execuções Penais (Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984), em seu artigo 123, o benefício de saída temporária é possível quando o preso apresenta comportamento adequado e cumprimento mínimo de 1/6 (um sexto) da pena, se o condenado for primário, e 1/4 (um quarto), se reincidente. Além destas determinações, os presos, antes de receberem tal benefício, ainda passam pelo juiz e pelas autoridades do presídio, além do Ministério Público. “saída temporária [...] deverá ser concedida mediante decisão do juízo das execuções, ouvido o representante do Ministério Público e a autoridade penitenciária.” (GOMES, 2010)

Considerando que as prerrogativas de ingresso na APAC são, basicamente, o bom comportamento, pena transitado em julgado, passagem pelo presídio comum, e autorização das autoridades (equipe APAC, presídio de origem e Juiz), há de se convir que os perfis entre ambos os grupos passam a ser bem mais próximos que os grupos comparados no caso de reincidência criminal, anteriormente apresentado.

#### 4.2.1 Fuga por Abuso de Confiança na APAC de Perdões

Na segunda tentativa de comparação também foram utilizados os dados apresentados pela APAC de Perdões.

Os dados sobre fuga por abuso de confiança, apresentados pela APAC de Perdões, foram levantados a partir de análise dos presos da unidade no período de 10 anos (tempo de existência da APAC). Desta forma, a APAC Perdões informou que, neste período, os recuperandos com benefício de saída temporária perfizeram um índice de fuga por abuso de confiança de 0,13%.

Tabela 5- Fugas por abuso de confiança

<b>SAÍDAS SEM ESCOLTA POLICIAL</b> (saídas temporárias)	
COM RETORNO	3964
SEM RETORNO	05
Dados atualizados em 03/12/2014	

Fonte: Elaboração da própria autora - Pesquisa efetuada na APAC de Perdões/MG

Esse índice se mostrou bastante abaixo do apresentado pela Subsecretaria de Administração Prisional (SUAPI) da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) em Minas Gerais, onde verificou-se 5,98% de fuga nos mesmas circunstâncias.

Dos 3.826 presos das 117 unidades prisionais administradas pela Subsecretaria de Administração Prisional (SUAPI) da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) de Minas Gerais, 229 fugiram após o benefício de saída temporária de Natal em dezembro de 2010. O benefício é concedido para que os presos possam passar as festas de fim de ano ao lado de suas famílias. (JUSBRAZIL, 2011)

Comparando os índices, constata-se uma diferença significativa entre ambos os presídios. É interessante observar que, no momento em que um indivíduo se encontra em liberdade provisória, ele toma para si a responsabilidade sobre o cumprimento da sua própria pena. Este indivíduo, então, tem como razão de retornar à instituição carcerária, a responsabilidade imposta pela sua própria consciência.

Quando a APAC demonstra um resultado visivelmente positivo por si só, e ainda mais positivo se comparado aos índices apresentados pelos presídios comuns, ela afirma sua capacidade de impactar a vida dos seus detentos. O impacto do método APAC, no entanto, vai além das saídas temporárias, influenciando, também, todo o processo de ressocialização, garantindo melhores condições para o retorno à sociedade.

## 5. DIMENSÃO DE INDICADORES

Segundo Martins e Marini (2010), indicadores são medidas que permitem a avaliação de desempenho através da informação, e garantem o controle, a comunicação e a melhoria.

“Do ponto de vista de políticas públicas, os indicadores são instrumentos que permitem identificar e medir aspectos relacionados a um determinado conceito, fenômeno, problema ou resultado de uma intervenção na realidade. A principal finalidade de um indicador é traduzir, de forma mensurável, determinado aspecto de uma realidade dada (situação social) ou construída (ação de governo), de maneira a tornar operacional a sua observação e avaliação.” (MPOG, 2010 p.21)

Martins e Marini (2010) também identificam componentes básicos de indicadores, tais como: - Medida: grandeza capaz de classificar atributos, características; - Fórmula: padrão de realização do cálculo efetuado; - Índice: Valor numérico de um indicador em um dado momento; - Benchmark: índice para a comparação de padrões.

Em qualquer projeto (particular, público ou filantrópico) existe a necessidade que se demonstre seu desempenho através de indicadores que viabilizem a análise mais sistêmica dos dados. No entanto, a presente pesquisa não tem, como foco, o estudo de indicadores, mas sim a análise do projeto APAC com proposta de futuras modelagens de indicadores para o tema.

Diante das informações apresentadas, é possível afirmar que as APACs têm as características necessárias para justificar a sua existência perante a sociedade diretamente envolvida, perante os recuperandos e também perante os colaboradores que ali operam, ou seja, existe uma "justificativa social".

Esta "justificativa estratégica" é necessária para justificar a existência do projeto, e deve conter indicadores capazes, não só de afirmar os impactos positivos dos projetos, mas que também sejam capazes de viabilizar a tomada de decisão, controle financeiro, mensuração de impacto, produtividade, evolução histórica, dimensão da população atingida, projeções de médio e longo prazo, etc. “...o desempenho pode ser compreendido **esforços** empreendidos na direção de **resultados** a serem alcançados. A equação simplificada é: desempenho = esforços + resultados;” (PALVARINI, 2010 p.4).

Esta demonstração de desempenho, no caso das APACs, também tem a capacidade de fornecer dados necessários para tomada de decisões nas políticas públicas de segurança do próprio Governo, uma vez que ambas estão intimamente relacionadas.



Apesar dos dados expostos na presente pesquisa (reincidência criminal e fuga por abuso de confiança), verificou-se que nem todas as unidades das APACs dispunham dos mesmos, ou, se dispunham, por diversos motivos não tinham condições de fornecê-los. Desta forma, verifica-se que, apesar de forte justificativa social, as APACs ainda carecem de uma justificativa estratégica que seja capaz de comprovar sua eficácia como projeto.

Outro motivo para a existência desses indicadores é a possibilidade de investimentos externos. Hoje as APAC se sustentam de doações, venda de material e algumas transferências do Governo. No entanto, a existência de indicadores mais consistentes seria, por exemplo, capaz viabilizar prováveis investimentos externos (nacionais ou internacionais). Estes investimentos ofereceriam maiores insumos para as instituições já existentes, ou até mesmo possibilitariam a ampliação do projeto para regiões ainda não contempladas.

No estudo de modelagem de indicadores, Martins & Marini (2010) propõe um metamodelo, baseado em uma cadeia de valor, que definem dimensões de desempenho capazes de orientar, assim, uma modelagem de indicadores.

Figura 15 - Metamodelo de dimensão de desempenho



Fonte: Martins & Marini. Guia de Governança para Resultados. p.80

Com intuito de propor futuras pesquisas na busca de indicadores de desempenho do método APAC, a seguir serão apresentadas o que Martins e Marini (2010) denomina

como Dimensões de Resultados, a partir de dados levantados nas visitas, dados estes importantes para o estudo do tema.

### 5.1 Eficiência

Eficiência é a relação entre o resultado e os recursos utilizados no projeto. Ou seja, saber utilizar os meios disponíveis para alcançar o resultado. Neste sentido, é importante identificar e classificar da melhor forma estes recursos no sentido de reforçar a capacidade do projeto. A clara definição desses insumos, possibilitaria uma análise de forças e fraquezas, oportunidades e ameaças (análise SWOT).

Na APAC, os insumos verificados são:

#### - Custo

Neste quesito são necessárias informações que digam respeito ao custo de cada recuperando e da instituição, assim como as fontes de recursos utilizadas para subsidiá-los. Se o projeto tem, como característica positiva, o baixo custo de dinheiro público, é importante que fique claro o percentual de participação financeira do poder público no mesmo.

A exposição da qualidade de gastos possibilitaria a análise de custo benefício do projeto, que é definida por Palvarini como “relação entre os dispêndios realizados por um determinado sistema e os retornos obtidos por conta desses dispêndios” (PALVARINI, 2010 p. 9)

#### - Corpo administrativo e de voluntários

Que tem como finalidade analisar a produtividade do projeto, verificando a relação entre recursos utilizados (capital humano) e o nível de atendimento aos recuperandos. Quando uma APAC apresenta uma capacidade relativamente pequena de atendimento perante uma população carcerária relativamente grande, por exemplo, é importante fundamentar os motivos para que essa disparidade.

#### - Tempo de APAC dos reincidentes

O tempo de permanência dos recuperandos no método APAC é um fator que afeta diretamente a eficiência do projeto. Uma vez que existe a necessidade de um tempo mínimo para a assimilação dos elementos aplicados.

Segundo informações da APAC de Perdões, existem dois tipos de reincidentes: com aplicação do método e sem aplicação do método APAC. Estes grupos se classificam, respectivamente, como: recuperandos com mais de um ano de APAC e que, portanto,

tiveram tempo hábil para absorver o método, e recuperandos com menos de um ano de APAC. Esta característica pode ser um atenuante para a reincidência da parcela dos reincidentes que não tiveram absorção total do método.

#### - Doze elementos

Os doze elementos<sup>24</sup> utilizados no método APAC também são alvos de análise quanto à produtividade do projeto, e, conseqüentemente a eficiência do seu desempenho.

O trabalho, por exemplo, é um elemento que pode afetar o retorno do recuperando à sociedade. Hoje, a APAC trabalha a laborterapia (terapia através do trabalho) no regime fechado, a profissionalização (iniciação de capacitação profissional) no regime semiaberto e o contato com o mercado, através de empresas conveniadas, para o regime aberto.

E interessante, portanto, saber como estes processos influenciam o retorno deste indivíduo ao mercado de trabalho. Diminuindo, por exemplo, a possibilidade de retorno ao crime.

#### - Dimensão da comarca

Se a Lei nº 15.299/04, em seu art. 9º, limita o ingresso de detentos em uma dada unidade da APAC aos que tiveram sentença transitada em julgado na comarca, ou cujas famílias residam na comarca, ou aos condenados que tenham praticado crime no âmbito da comarca, é importante dimensionar a comarca em que cada APAC está localizada.

Esta informação justificaria, portanto, a maior eficiência de uma APAC pertencente a uma comarca maior em comparação às demais.

#### - Ambiente externo, grupos de interesse

Esta é, talvez, uma das informações mais difíceis de ser analisada. Quando se fala sobre a implantação de uma APAC, é necessário observar diversas questões complexas como: cultura local (que implicaria, por exemplo, na possibilidade ou não de participação cidadã, condição *sine qua non* para a existência do projeto APAC), dimensão e perfil da população carcerária existente, existência ou não de facções, aceitação de autoridades públicas, etc.

---

<sup>24</sup> A participação da Comunidade; Recuperando para recuperando; O trabalho; A religião; Assistência jurídica; Assistência à saúde; Valorização Humana; A família; O voluntário e o curso para sua formação; Centro de Reintegração Social; O mérito; Jornada de Libertação com Cristo

Quando o projeto é implantado em um ambiente hostil, como aqueles sem aceitação das autoridades públicas, ou cuja cultura da sociedade não permita, não aceite ou não coopere com o método, o mesmo poderá ter sua eficiência comprometida.

## 5.2 Eficácia

A eficácia se refere à qualidade dos resultados apresentados pelo projeto.

### - Empregabilidade

É fato que a vida no crime oferece condições fáceis para um retorno financeiro ilícito alto e rápido. Desta forma, quando um ex presidiário não recebe preparo mínimo para atuar no mercado de trabalho, ele tem maiores chances de se ver seduzido pelo apelo do poder paralelo.

A eficácia, neste aspecto, se dá pelo índice de ex detentos empregados após sua liberdade. Dado este que está intimamente relacionado à possibilidade ou não de retorno à vida do crime.

### - Período de concentração de reincidências

Esse dado é interessante, pois demonstra em qual ano (dentre os cinco subsequentes que caracterizam a reincidência) se concentram os casos de reincidência.

Em uma suposição, pode-se constatar que, dentre uma parcela de detentos reincidentes, a maior parte dos mesmos tenha cometido o novo crime já no primeiro ano. Este dado pode significar que o projeto não foi eficaz no quesito capacitação profissional, por exemplo.

## 5.3 Efetividade

Diz-se do impacto final do projeto na sociedade. Neste sentido, deverá apurar quais os resultados auferidos, bem como os afetados por eles. Em síntese, os afetados pelo projeto, ora estudado, são os próprios recuperandos e a sociedade.

No campo de segurança pública, índice de criminalidade é termômetro para constatar o impacto das políticas aplicadas. No contexto das APACs, esse índice se fragmenta em dois subitens anteriormente já apresentados no presente trabalho, sendo índice de reincidência e índice de fuga por abuso de confiança.

### - Índice de reincidência

Em uma política de segurança pública, o foco principal é aumentar a segurança da população. Para que isso ocorra, retira-se o criminoso do convívio social. Porém, quando o criminoso não passa por um processo de ressocialização eficiente, a possibilidade de retorno à vida do crime aumenta substancialmente.

Desta forma, o ciclo de crimes cometidos sobrecarrega o sistema prisional, aumenta os gastos dos cofres públicos com um criminoso reincidente, eleva os índices de fuga e rebeliões, e acaba não garantindo, por fim, uma segurança genuína aos cidadãos.

Neste sentido, analisar o índice de reincidência é uma ferramenta chave para todo o processo. Quando este índice é relativamente baixo, existe uma garantia de maior ressocialização do detento, ou seja, este acaba retornando ao convívio social com condições de se restabelecer como cidadão, deixando, portanto, de compor a parcela de indivíduos que oferecem risco à segurança da população.

No entanto, apesar de ser um dado importante, a reincidência pura e simplesmente não é suficiente para constatar a eficácia do projeto, isto porque, como explicado anteriormente, no contexto em questão, o grupo que integra um presídio comum é muito diverso do grupo que integra presídios como a APAC, inviabilizando uma comparação direta.

A diversidade de ambos os grupos se explica pela existência da seleção feita para ingresso nas APACs, já que a não existência de restrição<sup>25</sup> quanto ao delito cometido não significa que não exista uma espécie de "filtro" o ingresso no método. Esta seleção acaba ocorrendo através da análise feita pelo Juiz de direito, pela diretoria do presídio (que irá ceder o detento), e a análise da diretoria da APAC (que irá recebê-lo).

Nesta triagem acabam sendo vetados presos que não tenham bom comportamento, não tenham interesse em se adequar às regras da APAC, ou aqueles que não atendam a qualquer pré-requisito da instituição.

- Índice de fuga por abuso de confiança

Uma forma de aproximar os perfis dos grupos de presos comparados (um grupo composto de presos de um presídio comum e outro de um presídio com o método APAC) é a utilização do benefício de saída temporária. Basicamente, os presos que detêm deste benefício nos presídios comuns são presos que contêm os requisitos necessários para participar de uma APAC, mas, ou por falta de vagas, ou pela falta de

---

<sup>25</sup> [...] poderão ser transferidos para o CRS – Centro de Reintegração Social, independente de qualquer discriminação quanto a cor, raça, religião, opção sexual, religião, tempo de condenação e gravidade do crime [...] Art. 2º do Estatuto da APAC

famílias residente na comarca onde a APAC atua, ou outro requisito que não relacionado propriamente ao perfil pessoal do apenado, ele não está lá.

O benefício de saída é dado ao preso que apresenta comportamento adequado e cumprimento mínimo de 1/6 (um sexto) da pena, se o condenado for primário, e 1/4 (um quarto), se reincidente. Além destas determinações, os presos, antes de receberem tal benefício, ainda passam pelo juiz e pelas autoridades carcerárias, além do Ministério Público. Desta forma, este índice viabiliza uma comparação direta entre a APAC e um presídio comum, o que não ocorre com os índices de reincidência.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aumento da criminalidade indica que as políticas públicas de caráter preventivo não vêm obtendo grandes êxitos. Porém, uma vez cometido o crime, a questão deixa de ter caráter preventivo e passa a ser remediativo, através da ressocialização. A questão é que, no sistema convencional, ainda não existem grandes conquistas no processo de reinserção deste indivíduo ao convívio social. Muito pelo contrário, no presídio Dutra Ladeira, muitos detentos sequer saem de suas celas para comparecerem à sala de aula ou para fazerem refeições.

A escassez de estudos sobre ressocialização agrava ainda mais o problema. O debate sobre segurança se limita apenas em diminuir a criminalidade nas ruas, em melhorar as políticas públicas, reforço policial, celeridade nos julgamentos, entre outros. A preocupação permanece com o foco para fora dos presídios. Percebe-se que, uma vez que o infrator esteja detido, o problema está resolvido. Ou seja, “enterra-se” aquele que antes prejudicava a segurança social em presídios desestruturados, lotados, desumanos, que acabam por funcionar como “escolas do crime”.

No entanto, parte da solução deste problema pode ser possível através da APAC, projeto que tem conseguido apresentar um modelo presidiário inovador. É importante reforçar que este modelo não tem o objetivo de substituir o sistema convencional, mas de colaborar com ele. A integração é clara, uma vez que a APAC recebe os detentos do sistema convencional, que deve aprovar esta transferência.

O caráter do cumprimento da pena na APAC vai muito além de uma prisão com características mais atraentes que os presídios tradicionais. Trata-se de preservação da dignidade, integridade e, principalmente, responsabilidade pelo ato cometido. A responsabilidade colocada sobre os recuperandos cria um fator de grande importância e de grande validade entre o método APAC e o sistema convencional. Este fator se define pela consciência. No sistema tradicional, existe uma força de resistência do interno, força esta que vai de encontro aos intentos da administração carcerária e de todos os esforços impressos pelas políticas públicas de segurança e ressocialização.

Por outro lado, os recuperandos, inclusive no método APAC, passam a fazer parte do processo. A inexistência de força policial, de armas de fogo ou de carcereiros, resulta na necessidade de que os mesmos ocupem a posição de responsáveis pela segurança da

instituição. Uma vez responsáveis, as ações dos recuperandos vão ao encontro aos objetivos da instituição, criando uma espécie de prisão pela consciência.

A APAC tem, como um de seus pilares, a Governança Colaborativa, que pode ser observada através da participação ativa de familiares, de voluntários e dos próprios detentos. A participação social existente no projeto tem a capacidade de agregar valor ao tratamento do recuperando, uma vez que a própria família está presente como responsável e beneficiária do bom desempenho do método. O projeto APAC, no entanto, não se trata de atenuar a responsabilidade do detento ou de mudar o foco principal da pena. Ao contrário disso, cada um dos recuperandos ali tem a plena convicção de sua responsabilidade perante a sociedade.

Desta forma, o estudo do tema de Governança Colaborativa abordado teve, como objetivo final, demonstrar a importância do papel da sociedade no contexto das políticas públicas a partir do estudo de caso das APACs. Após análise do projeto, verificou-se que o tratamento adequado de um interno é capaz de diminuir visivelmente a possibilidade de seu retorno à vida do crime.

No início da pesquisa, uma análise sobre o método APAC foi proposta, onde se intentou responder a seguinte questão: *É possível afirmar que a APAC seja capaz de apresentar resultados positivos no setor de segurança pública?* As APACs são, sim, um diferencial positivo no setor de segurança pública. Existem dados capazes de iniciar uma discussão a respeito. Porém, ainda há necessidade de um estudo mais aprofundado no que diz respeito aos indicadores de desempenho do projeto.

No desenrolar da pesquisa, foram colhidos dados capazes de afirmar a eficácia do método de uma forma simples. Porém, uma das limitações desta pesquisa foi baixa diversidade de dados sobre os resultados das APACs, uma vez que apenas uma unidade foi capaz de apresentar as informações necessárias para a análise. Tal carência de informações deixou evidente a necessidade de maior atenção da APAC neste sentido.

Desta forma, recomenda-se que futuras pesquisas sejam feitas no sentido de alcançar uma maior diversidade de dados a respeito dos resultados alcançados pelo método APAC. Estes dados terão, como objetivo, justificar futuros investimentos externos, servir como base para análise de possível implantação do projeto em outros Estados, além de oferecer informações necessárias para tomada de decisão, controle financeiro, mensuração de impacto, produtividade, evolução histórica, dimensão da população atingida, projeções de médio ou longo prazo, etc. Para tanto, ao final da pesquisa, foram definidas dimensões de indicadores que servirão como base para estes estudos.



## 7. REFERÊNCIAS

APOSTILA DO MONITOR – APAC. Disponível em: <https://www.dropbox.com/sh/7epj02ditiaobua/AADgTgxd4ttiQcJUfBtky8S0a/Curso%20Completo%20do%20M%C3%A9todo%20APAC%20para%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20de%20Volunt%C3%A1rios/APOSTILA%20DO%20MONITOR.pdf>. Acesso em: 06/08/2014.

BARBACENA, J. M. Ação popular e participação política: um diálogo com a teoria democrática de Aléxis e Tocqueville. Revista Urutágua, n.17, p. 18-28, dez. 2008/mar. 2009 in: CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO. *Gestão Social: epistemologia de um paradigma*. Curitiba, PR: CRV, 2013.

CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. *Gestão Social: epistemologia de um paradigma*. Curitiba, PR: CRV, 2013.

\_\_\_\_\_. *Gestão social e esfera pública: aproximações teórico-conceituais* Cad. EBAPE.BR vol.8 no.4 Rio de Janeiro Dec. 2010.

CYMROT, D. *A relatividade do poder dissuasório da pena*. Revista Internacional de Direito e Cidadania, n. 5, p. 25-35, outubro/2009

COIMBRA, L. O. 2013. *Prisão não resolve*. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/opiniaoprisao-nao-resolve-8426192>. Acesso em 15/07/2014

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *CNJ recomenda expansão das APACs para a redução da reincidência criminal no país*. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/28296-cnj-recomenda-expansao-das-apacs-para-a-reducao-da-reincidencia-criminal-no-pais>. Acesso em 19/08/2014.

\_\_\_\_\_. *Valorização humana é o pilar mais importante para a recuperação de preso*. DISPONÍVEL EM: <HTTP://WWW.CNJ.JUS.BR/NOTICIAS/CNJ/28295:VALORIZACAO-HUMANA-E-O-PILAR-MAIS-IMPORTANTE-PARA-A-RECUPERACAO-DE-PRESOS>. ACESSO EM: 09/09/2014

FBAC - Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados. Disponível em: <http://www.fbac.org.br/> Acesso em: 09/07/2014.

FERREIRA, S. *A questão social e as alternativas da sociedade civil no contexto das novas formas de governação*. Ciências Sociais Unisinos Volume 44. Nº 1 JAN/ABR 2008 p. 28-38.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PALVARINI, Bruno. *Guia referencial de mensuração do desempenho na administração pública*. In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 3, 2010, Brasília. Anais ...

PEREIRA, J. R.; TENÓRIO. *Gestão Social: epistemologia de um paradigma*. Curitiba, PR: CRV, 2013.

IPEA, *Reincidência Criminal No Brasil*. Relatório final de atividades da pesquisa sobre reincidência criminal, conforme Acordo de Cooperação Técnica entre o Conselho Nacional de Justiça e o IPEA (001/2012) e respectivo Plano de Trabalho. Brasília, Março de 2014.

GOMES, L. F. *Saída temporária: é direito subjetivo quando preenchidos os requisitos legais*. 2010 Disponível em: <http://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/2316381/artigo-do-dia-saida-temporaria-e-direito-subjetivo-quando-preenchidos-os-requisitos-legais>. Acesso em 02/12/2014.

JUSBRASIL, *Mais de 200 presos não voltaram depois do indulto de Natal em Minas*, 2011. Disponível em: <http://amp-mg.jusbrasil.com.br/noticias/2536987/mais-de-200-presos-nao-voltaram-depois-do-indulto-de-natal-em-minas>. Acesso em 02/12/2014.

MAMELUQUE, M. G CAXITO *A Subjetividade do Encarcerado, um Desafio para a Psicologia* Disponível em: [https://www.dropbox.com/sh/t9u46p9s16gyuvw/Jc1Gtdk68p/Artigos/artigo\\_a\\_subjetividade\\_do\\_encarcerado.\\_um\\_desafio\\_para\\_a\\_psicologia.pdf](https://www.dropbox.com/sh/t9u46p9s16gyuvw/Jc1Gtdk68p/Artigos/artigo_a_subjetividade_do_encarcerado._um_desafio_para_a_psicologia.pdf). Acesso em: 22/02/2014.

MARTINS, H. F. *Governança Colaborativa*. Fundação Getúlio Vargas. EBAPE/MAP Rio de Janeiro. 2013. Notas de aula.

MARTINS, H.; MARINI, C. *Guia de Governança para Resultados*. Ed. Publix, 2010.

MPOG, SPI. *Guia Metodológico para a Construção de Indicadores*. 2010.

O GLOBO (RJ): *Tema em discussão - Prender mais para combater a criminalidade* Disponível em: [http://www.IPEA.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=content](http://www.IPEA.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=content) Acesso em: 22/02/2014.

OLIVEIRA, V. A. R.; CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R. *Gestão Social e esfera pública: aproximações teórico-conceituais* Cadernos EBAPE.BR v.8, nº 4, artigo 3, Rio de Janeiro, Dez 2010 p. 613-626.

PONTES, M. *Análise sobre a reincidência no direito penal: aspectos práticos e teóricos*. Disponível em: [HTTP://PENSODIREITO.COM.BR/03/INDEX.PHP/COMPONENT/K2/ITEM/83-AN%C3%A1LISE-SOBRE-A-REINCID%C3%AANCIA-NO-DIREITO-PENAL-ASPECTOS-PR%C3%A1TICOS-E-TE%C3%B3RICOS](http://pensodireito.com.br/03/INDEX.PHP/COMPONENT/K2/ITEM/83-AN%C3%A1LISE-SOBRE-A-REINCID%C3%AANCIA-NO-DIREITO-PENAL-ASPECTOS-PR%C3%A1TICOS-E-TE%C3%B3RICOS). Acesso em: 17/09/2014

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm), Acesso em 06/07/2014.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 7210 de 11 de julho de 1984*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm). Acesso em: 07/10/2014.

SAPORI, L.F. *Segurança Pública no Brasil: desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL DE MINAS GERAIS *Boletim Criminal* Disponível em: [https://www.seds.mg.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=364&Itemid=186](https://www.seds.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=364&Itemid=186) Acesso em: 16/09/2014.

SILVA, F. B.; JACCOUD, L; BEGHIN, N. *Políticas Sociais no Brasil Participação Social, Conselhos e parcerias*. Disponível em: [http://www.IPEA.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Cap\\_8-10.pdf](http://www.IPEA.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Cap_8-10.pdf). Acesso em: 22/02/2014.

SISTEMA PRISIONAL, 2013. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={D574E9CE-3C7D-437A-A5B6-22166AD2E896}&BrowserType=IE&LangID=pt-br&params=itemID%3D%7B364AC56A%2DDE92%2D4046%2DB46C%2D6B9CC447B586%7D%3B&UIPartUID=%7B2868BA3C%2D1C72%2D4347%2DBE11%2DA26F70F4CB26%7D>. Acesso em: 15/07/2014.

SOARES, L. E. *Legalidade libertária* Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2006.

TENÓRIO, F. G. *(Re)Visitando o Conceito de Gestão Social*. Desenvolvimento em Questão, vol. 3, núm. 5, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. janeiro-junho, 2005, pp. 101-124.

TJMG. *Cartilha Novos Rumos de Execução Penal*, 2011. Disponível em: [http://ftp.tjmg.jus.br/presidencia/programanovosrumos/cartilha\\_apac.pdf](http://ftp.tjmg.jus.br/presidencia/programanovosrumos/cartilha_apac.pdf). Acesso em: 09/12/2014.

VALLA, V. V. *Sobre participação popular: uma questão de perspectiva* Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 14(Sup. 2):7-18, 1998.

VEJA - Enquete. *O que o governo federal pode fazer para reduzir a criminalidade*. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/enquetes/brasil/o-que-o-governo-federal-pode-fazer-para-reduzir-a-criminalidade/> Acesso em: 22/02/2014.

VERGARA S. C. *Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração*. 11. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VIANA, C, Jusbrasil. *Sanções mais duras reduzem a taxa de criminalidade?* Disponível em: <http://claudiaviana2.jusbrasil.com.br/artigos/121933616/sancoes-mais-duras-reduzem-a-taxa-de-criminalidade>. Acesso em: 03/11/2014.

ZANI, F. B. 2010 *Gestão social do desenvolvimento: a exclusão dos Representantes dos Empresários?* Caso Do Programa Territórios Da Cidadania Norte – RJ Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/7817/FELIPE%20ZANI.pdf?sequence=1> Acesso em: 01/08/2014

## ANEXO I - Constituição

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: [...]

II - a cidadania [...]

Parágrafo único. **Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.**

Art. 5º. [...]

LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

Art. 10. É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.

Art. 82. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem instituir Fundos de Combate à Pobreza, com os recursos de que trata este artigo e outros que vierem a destinar, devendo os referidos Fundos ser geridos por entidades que contem com a participação da sociedade civil.

Art. 194 Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos: [...]

VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

[...]

III - participação da comunidade.

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes: [...]

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 216-A. O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais [...]

§ 1º O Sistema Nacional de Cultura [...] rege-se pelos seguintes princípios: [...]

X - democratização dos processos decisórios com participação e controle social; (BRASIL, 1988). [grifos meus]

## ANEXO II – Contatos APAC

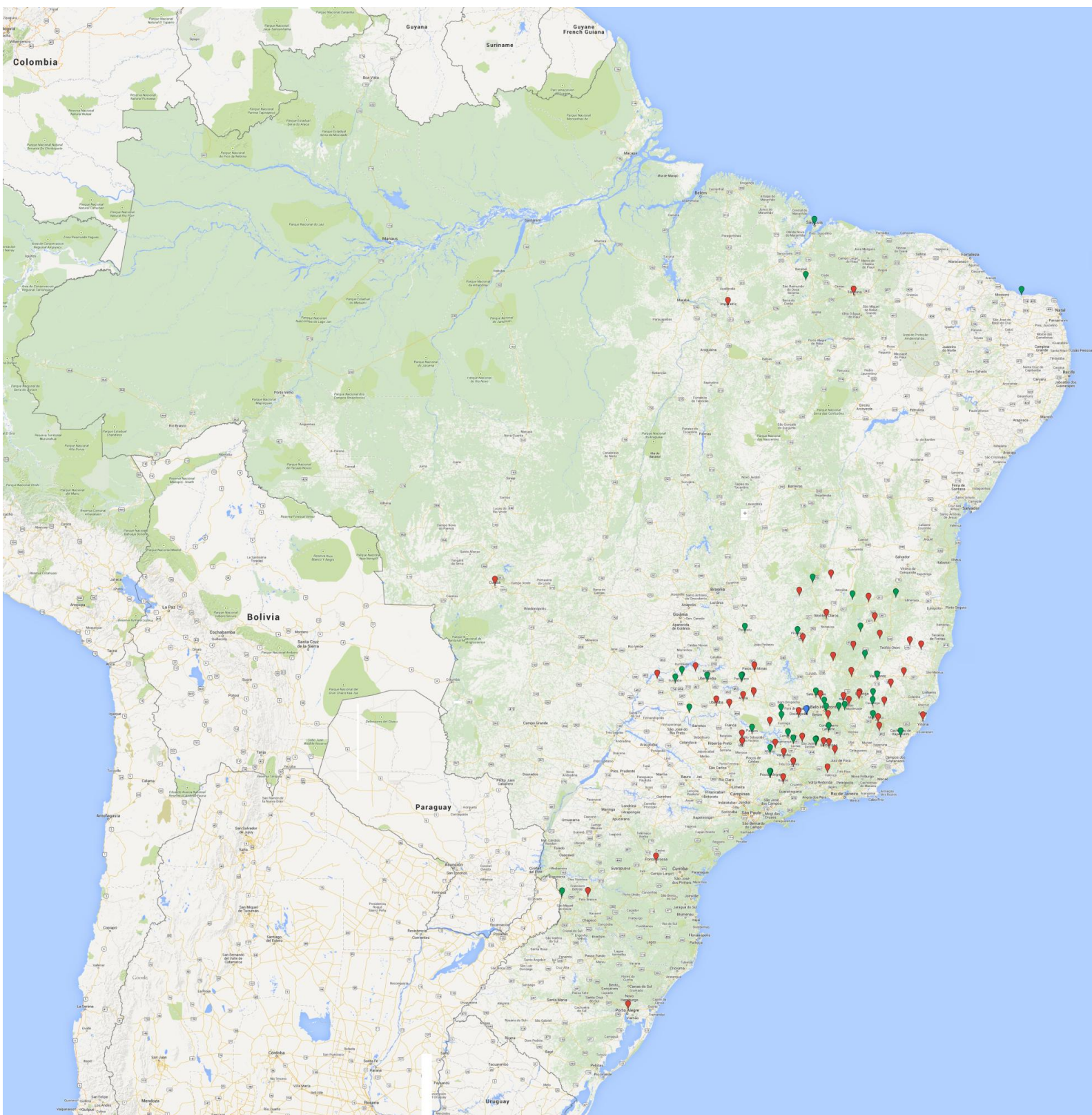
\* funcionam em sede própria sem concurso das polícias ou de agentes penitenciários

ESTADO	UNIDADE	CONTATOS	TELEFONE
MATO GROSSO	Cuiabá	apaccuiaba@fbac.com.br	(65) 3023-8883
RIO GRANDE DO SUL	Canoas	apaccanoas@fbac.com.br	(51) 9186-9440
PARANÁ	* Barracão	apacbarracao@fbac.com.br	(49) 3644-0560
PARANÁ	Pato Branco	apacpatobranco@fbac.com.br	-
PARANÁ	Ponta Grossa	apacpontagrossa@fbac.com.br	(42) 3027-3356
MARANHÃO	Imperatriz	apacimperatriz@fbac.com.br	(99) 3526-7897
MARANHÃO	* Pedreiras	apacpedreiras@fbac.com.br	(99) 3642-1243
MARANHÃO	* São Luis	apacsauluis@fbac.com.br	(98) 8295-7777
MARANHÃO	Timon	apactimon@fbac.com.br	(86) 8854-2839
RIO GRANDE DO NORTE	* Macau	apacmacau@fbac.com.br	(84) 3521-1749
ESPIRITO SANTO	* Cachoeira de Itapemirim	apaccachoeiro@fbac.com.br	(28) 3521-0255
ESPIRITO SANTO	Vitória	apacvitoria@fbac.com.br	(27) 3314-5166
MINAS GERAIS	* Alfenas	apacalfenas@fbac.com.br	(35) 3292-2617
MINAS GERAIS	Araçuaí	apacaracuai@fbac.com.br	(33) 9964-1104
MINAS GERAIS	Araxá	apacaraxa@fbac.com.br	(34) 3612-7136
MINAS GERAIS	* Arcos	apacarcos@fbac.com.br	(37) 3351-3329
MINAS GERAIS	Barbacena	apacbarbacena@fbac.com.br	(32) 3331-7947
MINAS GERAIS	Barroso	apacbarroso@fbac.com.br	(32) 3351-2405
MINAS GERAIS	Bom Sucesso	apacbomsucesso@fbac.com.br	(35) 3841-1801
MINAS GERAIS	* Campo Belo	apaccampobelo@fbac.com.br	(35) 3831-1034
MINAS GERAIS	Campos Gerais	apacccamposgerais@fbac.com.br	(35) 3853-1520
MINAS GERAIS	* Canápolis	apaccanapolis@fbac.com.br	(34) 3266-1175
MINAS GERAIS	* Caratinga	apaccaratinga@fbac.com.br	(33) 9966-6649
MINAS GERAIS	Carlos Chagas	apaccarloschagas@fbac.com.br	(33) 3624-1403
MINAS GERAIS	Conceição do Rio Verde	apaccconceicaorioverde@fbac.com.br	(35) 9962-5383
MINAS GERAIS	* Conselheiro Lafaiete	apaccconselheirolafaiete@fbac.com.br	(31) 3721-3670
MINAS GERAIS	Conselheiro Pena	apaccconselheiropena@fbac.com.br	(33) 3261-1320
MINAS GERAIS	Coronel Fabriciano	apacfabriciano@fbac.com.br	(31) 3842-1388
MINAS GERAIS	Diamantina	apacdiamantina@fbac.com.br	(38) 3531-1628
MINAS GERAIS	Divinópolis	apacdivinopolis@fbac.com.br	(37) 3214-0283
MINAS GERAIS	Espera Feliz	apacesperafeliz@fbac.com.br	(32) 3746-1571
MINAS GERAIS	* Frutal	apacfrutal@fbac.com.br	(34) 3423-8334
MINAS GERAIS	* Gov. Valadares (feminina)	apacgovvaladares@fbac.com.br	(33) 3277-2400
MINAS GERAIS	Guanhães	apacguanhaes@fbac.com.br	(33) 3421-2466
MINAS GERAIS	Ibiá	apacibia@fbac.com.br	(34) 3631-1011
MINAS GERAIS	* Inhapim	apacinhapim@fbac.com.br	(33) 3315-1388
MINAS GERAIS	Ipanema	apacipanema@fbac.com.br	(33) 3314-1457
MINAS GERAIS	Itabira	apacitabira@fbac.com.br	(31) 3831-0704
MINAS GERAIS	Itabirito	apacitabirito@fbac.com.br	(31) 3561-6833
MINAS GERAIS	Itajubá	apacitajuba@fbac.com.br	(35) 3622-3114
MINAS GERAIS	Itamarandiba	apacitamandiba@fbac.com.br	(38) 3521-1600
MINAS GERAIS	* Itaúna (feminina)	apacitaunafeminina@fbac.com.br	(37) 3241-1596
MINAS GERAIS	* Itaúna (masculina)	apacitauna@fbac.com.br	(37) 3243-1737
MINAS GERAIS	* Ituiutaba	apacituiutaba@fbac.com.br	(34) 3268-0587
MINAS GERAIS	Jaíba	apacjaiba@fbac.com.br	(38) 3833-1061
MINAS GERAIS	* Januária	apacjanuaria@fbac.com.br	(38) 3621-2114
MINAS GERAIS	* Lagoa da Prata	apaclagoadaprata@fbac.com.br	(37) 3261-6787
MINAS GERAIS	* Manhuaçu	apacmanhuacu@fbac.com.br	(33) 8442-9621
MINAS GERAIS	Manhumirim	apacmanhumirim@fbac.com.br	(33) 9909-1122
MINAS GERAIS	Mantena	apacmantena@fbac.com.br	(33) 3241-2149
MINAS GERAIS	Matozinhos	apacmatozinhos@fbac.com.br	(31) 8512-8002
MINAS GERAIS	* Minas Novas	apacminasnovas@fbac.com.br	(33) 3764-1877
MINAS GERAIS	Monte Santo de Minas	apacmontesantominas@fbac.com.br	(35) 3591-3543
MINAS GERAIS	Montes Claros	apacmontesclaros@fbac.com.br	(38) 3122-2124
MINAS GERAIS	Nanuque	apacnanuque@fbac.com.br	(33) 3621-6484
MINAS GERAIS	Nova Era	apacnovaera@fbac.com.br	(31) 3861-1617
MINAS GERAIS	* Nova Lima	apacnovalima@fbac.com.br	(31) 3542-0576
MINAS GERAIS	Novo Cruzeiro	apacnovocruzeiro@fbac.com.br	(33) 3533-1928
MINAS GERAIS	* Paracatu	apacparacatu@fbac.com.br	(38) 3672-4389

MINAS GERAIS	* Passos	apacpassos@fbac.com.br	(35) 3526-7058
MINAS GERAIS	Patos de Minas	apacpatosdeminas@fbac.com.br	(34) 3824-0260
MINAS GERAIS	* Patrocínio (feminina)	apacpatrociniofeminina@fbac.com.br	(34) 3832-1325
MINAS GERAIS	* Patrocínio (masculina)	apacpatrocinio@fbac.com.br	(34) 3832-2408
MINAS GERAIS	* Pedra Azul	apacpedraazul@fbac.com.br	(33) 3751-1024
MINAS GERAIS	* Perdões	apacperdoes@fbac.com.br	(35) 3864-2481
MINAS GERAIS	* Pirapora	apacpirapora@fbac.com.br	(38) 9940-7777
MINAS GERAIS	Piumhi	apacpiumhi@fbac.com.br	(37) 3371-1320
MINAS GERAIS	* Pouso Alegre (masculina)	apacpousoalegre@fbac.com.br	(35) 3425-8993
MINAS GERAIS	* Pouso Alegre (Feminina)	apacpousoalegre@fbac.com.br	(35) 3425-8993
MINAS GERAIS	* Rio Piracicaba (feminina)	apacriopiracicaba@fbac.com.br	(31) 9313-1404
MINAS GERAIS	Rio Preto	apacriopreto@fbac.com.br	(32) 3283-1094
MINAS GERAIS	Sacramento	apacsacramento@fbac.com.br	(34) 3351-5811
MINAS GERAIS	Salinas	apacsalinas@fbac.com.br	(38) 3841-2711
MINAS GERAIS	* Santa Bárbara	apacsantabarbara@fbac.com.br	(31) 3832-4822
MINAS GERAIS	* Santa Luzia	apacsantaluzia@fbac.com.br	(31) 9795-0517
MINAS GERAIS	* Santa Maria do Suaçui	apacstamasuacui@fbac.com.br	(33) 3431-1358
MINAS GERAIS	Santa Vitória	apacsantavitoria@fbac.com.br	(34) 3251-2079
MINAS GERAIS	Santos Dumont	apacsantosdumont@fbac.com.br	(32) 3251-4078
MINAS GERAIS	São Francisco	apacsaofrancisco@fbac.com.br	(38) 3631-1624
MINAS GERAIS	* São João Del Rei (Masc)	apacsaojoaodelrei@fbac.com.br	(32) 3371-1631
MINAS GERAIS	* São João Del Rei (Fem.)	apacsaojoaodelrei@fbac.com.br	(32) 3371-1631
MINAS GERAIS	São Sebastião do Paraíso	apacsaosebastiao@fbac.com.br	(35) 3531-4244
MINAS GERAIS	* Sete Lagoas	apacsetelagoas@fbac.com.br	(31) 3773-3800
MINAS GERAIS	* Teófilo Otoni	apacteofilootoni@fbac.com.br	(33) 3521-9987
MINAS GERAIS	Timóteo	apactimoteo@fbac.com.br	(31) 3847-2865
MINAS GERAIS	Tupaciguara	apactupaciguara@fbac.com.br	(34) 3281-2727
MINAS GERAIS	Uberaba	apacuberaba@fbac.com.br	(34) 3332-6533
MINAS GERAIS	* Uberlândia	apacuberlandia@fbac.com.br	(34) 3235-8365
MINAS GERAIS	Varginha	apacvarginha@fbac.com.br	(35) 3212-2692
MINAS GERAIS	Várzea da Palma	apacvarzeapalma@fbac.com.br	(38) 3731-1517
MINAS GERAIS	* Viçosa	<a href="mailto:apacvicosa@fbac.com.br">apacvicosa@fbac.com.br</a>	(31) 3892-9548



Figura 16 - APACs filiadas a FBAC no Brasil



Fonte: Fonte: Página da Google Maps<sup>26</sup>

<sup>26</sup> Disponível em: <https://mapsengine.google.com/map/viewer?mid=zgIN-FQMf9ZL.kbt4dRDsCTFw>



### Marcadores AZUL - APACs do Grupo 1:

Administração do Centro de Reintegração Social pela APAC, sem o concurso das polícias Civil, Militar ou agentes penitenciários, com aplicação completa dos doze elementos fundamentais do método APAC. Unidades Masculina e Feminina.

### Marcadores VERDE - APACs do Grupo 2:

Administração do Centro de Reintegração Social (Em prédio próprio, do Estado, alugado ou anexo à cadeia pública), pela APAC sem o concurso das polícias e de agentes penitenciários com e aplicação parcial dos doze elementos fundamentais. A APAC que administra o presídio nos moldes descrito no grupo I, mas o faz parcialmente no que diz respeito a metodologia.


Salienta-se que algumas APACs que se encontram no grupo II cuidam apenas do regime semiaberto e/ou aberto, porém consta de seu plano estender o atendimento também aos recuperandos que se encontram no regime fechado. É comum encontrarmos em outros países (Chile, Costa Rica, Colômbia e outros) o Método APAC sendo aplicado parcialmente em pavilhões de unidades prisionais.

### Marcadores VERMELHO - APACs do Grupo 3:

As APACs que se encontram neste grupo são aquelas que por diversas razões, ainda não administram Centros de Reintegração Social, e tampouco, aplicam parcialmente o Método APAC em pavilhões de unidades prisionais. Algumas se encontram tão somente organizadas juridicamente, realizando trabalhos de mobilização social ou atividades pastorais junto aos presos que se encontram em cadeias públicas ou presídios. Outras já possuem terreno próprio, e ainda outras já se encontram na fase de construção do Centro de Reintegração Social.

ANEXO III – Relatório Financeiro FBAC Maio 2014

Figura 17 - Relatório financeiro - APAC Itaúna - Maio/2014

FRATERNIDADE BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS	
 Rua Olímpio Arruda, 367 – Belvedere CEP 35.680-332 – Itaúna – MG Tel.: (37) 3242-4225 e-mail: <a href="mailto:fbac@fbac.com.br">fbac@fbac.com.br</a> <a href="http://www.fbac.org.br">www.fbac.org.br</a>	
RELATÓRIO FINANCEIRO ----- MÊS DE MAIO/2014	
<b>SALDO ANTERIOR (01/MAI)</b>	<b>7.913,10</b>
<b>ENTRADAS</b>	<b>96.564,10</b>
<b>SAIDAS</b>	<b>74.604,56</b>
<b>CHQ COMPENSADOS MÊS ANT</b>	<b>944,29</b>
<b>CHQ EM TRANSITO</b>	<b>399,65</b>
<b>SALDO ATUAL (30/MAI)</b>	<b>29.328,00</b>
<b>ENTRADAS VALOR</b>	
CONVENIO SEDS	56662,70
CURSOS EM APACS	6350,00
DEVOLUÇÃO EMPRESTIMO	1250,00
DOAÇÃO BELGICA	28473,88
INSCRIÇÕES CURSOS	1540,00
FILIAÇÕES E ANUIDADES	1227,52
VENDA MATERIAL	1060,00
<b>TOTAL</b>	<b>96564,10</b>
<b>DESPESAS VALOR</b>	
AJUDA CUSTO CURSO APACS	7000,00
ALIMENTAÇÃO	523,00
ASSINATURA REVISTA VEJA	75,55
COMBUSTÍVEL	4570,16
CORRESPONDENCIAS	471,60
ESCOLA IDIOMAS	202,44
DESPESAS VIAGEM	4749,21
DVDS	577,40
EMPRESTIMO CURSO STA LUZIA	5000,00
EMPRESTIMO FUNCIONARIO	1250,00
FUNCIONÁRIOS/ENCARGOS	43689,15
MANUTENÇÃO VEÍCULO	619,00
MATERIAL DE DIVULGAÇÃO	910,00
MATERIAL ESCR/INFOR	186,00
PEN DRIVES	845,90
PLANO SAUDE	514,06
SERVIÇOS TERCEIROS	610,00
TARIFAS BANCARIAS	389,59
TELEFONIA	2421,50
<b>TOTAL</b>	<b>74604,56</b>

RAQUEL CRISTINA RODRIGUES  
ENCARREGADA DE TESOUREARIA

VALDECI ANTONIO FERREIRA  
DIRETOR EXECUTIVO DA FBAC

Fonte: Página da FBAC<sup>27</sup>

<sup>27</sup> Disponível em: <http://www.fbac.org.br/index.php/pt/transparencia>

**APAC – ITAÚNA/MG**

Figura 18 - APAC Itaúna



Fonte: Elaborado pela própria autora

Gerson. (regime semiaberto) – 29 anos

*02 anos de APAC (01 ano no sistema comum)*

*08 anos de condenação Área de atuação: cantina*

*Responsável pela apresentação do regime semiaberto da APAC/ Itaúna no dia da visita.*

➤ O que você achou do sistema comum?

O recuperando responde que, no presídio comum, é possível que um indivíduo saia pior do que quando ingressou ao mesmo. Isso se dá pela convivência com demais presos com artigos maiores. A falta de condições para prática de atividades, estudos, e outros canais de ressocialização, faz com que os presos não mantenham “a cabeça ocupada”, tornando o presídio uma verdadeira escola do crime.

“Lá não tem regra nenhuma. Não tem nada lá. É uma bagunça, né, *vei*? Você senta com o roubo lá e você aprende muitas coisas. *Cê* sai de lá e pior, né?”

➤ E sobre a APAC?

“A APAC não muda minha vida não, mas ela me mostra o caminho. *Me dá alternativas pra mim* parar e construir outra história.”

- Você sente diferença no tratamento de um voluntário em comparação aos funcionários da administração?

“Sente a diferença... pelo afeto e pelo tempo que eles têm *pra trocar* com agente. Que às *vez* a administração tem muito serviço 70 aqui 50 lá 40 lá.. *é e é muitos* recuperandos.. *é* muito serviço”

“Lidar com preso, né, agente... quando agente *tá* aqui por muitas pessoas nem quer que agente... nem acredita na gente agente... por muitos agente estaria morto” [sobre os voluntários] “Eles trabalham mais finais de semana, mas dias de semana eles *aparece* aqui ... eles *faz* os pedidos de compras pra gente maioria de pedidos eles fazem pra gente... muitos vem aqui fazer culto de valorização humana, prega pra gente valorização humana e eles não *ganha* nada” “Esses voluntários agente tem que tratar eles *mais bem* que a própria direção por que eles vêm aqui a troco de nada... deixa tudo na casa deles *pra vim cá*.”

- Quem participa do Conselho de Sinceridade e Solidariedade sofre algum tipo de preconceito ante aos demais recuperandos?

Como o Conselho tem como objetivo apontar os erros dos recuperandos e trabalhar para que os mesmos sigam as regras da instituição, os seus componentes podem ser vistos com certo preconceito diante dos colegas. Gerson explica, portanto, que este sentimento é natural, e que é compensado pela possibilidade que os recuperandos têm de expressarem suas carências às pessoas que se assemelham a eles e que, portanto, entendem suas demandas.

“Alguns têm... Você tem que lidar com a disciplina do lugar. Tem que bater de frente com muita coisa... com o errado. Mas por outro lado, com a conversa você consegue contornar, descobrir o que eles *tá* precisando, né?”

- Por que existem grades nas celas da APAC?

Apesar de ser um presídio diferenciado, a APAC não deixa de apresentar características peculiares, como é o caso das grades nas celas. Esta característica é necessária para que o recuperando não se esqueça de que existe um real motivo de estar ali, explica Gerson.

“Para que agente não esqueça que agente tem que cumprir uma punição”

D. M. (regime semiaberto) – 26 anos

Figura 19 - Padaria (semi aberto) Itaúna/MG



*04 anos e três meses no regime fechado*

*02 meses no sistema semiaberto;*

*02 anos no sistema comum*

*Crime tráfico de drogas - artigo 33*

*Área de trabalho – Padaria (2 meses de atuação)*

Fonte: Elaborado pela própria autora

Daniel trabalha na padaria da APAC – Itaúna. Seu interesse em trabalhar neste setor é se especializar no ramo e trabalhar no restaurante da família e, posteriormente, abrir seu próprio comércio.

➤ Qual é a sua história aqui, Daniel?

“A padaria surgiu como uma parceria, em 2008, entre a APAC de Itaúna (que ofereceria os alimentos para a prefeitura, creches e escolas municipais) e a Prefeitura (responsável parte financeira e matéria prima), que durou até 2010. Hoje a padaria fornece o café manhã e da tarde para a APAC masculina (cerca de 160 pessoas) e feminina (cerca de 40 pessoas). Também fornece pães para o CRASE (lar dos idosos) 02 vezes por semana e 01 vez por semana para igreja evangélica, que faz um trabalho com moradores de rua.”

➤ E como você conseguiu sua vaga aqui na padaria?

“Desde que eu estava no sistema fechado eu pedia para a administração para que eu viesse eu queria vir *para a cá*. Porque a minha família mexe com comércio hoje tem uma papelaria e um restaurante. Provavelmente eu devo trabalhar no restaurante, com intuito de um dia montar uma lanchonete pra mim. Então eu queria vir para a padaria pra poder aprender algumas coisas que podem ser aproveitadas mais pra frente.” “Aí quando em *vim* também, tinha um rapaz que já *tava* aqui que era padeiro e estava cumprindo pena... eu queria aproveitar das coisas que ele sabia... aí deu certo... ele foi embora e eu fiquei.” “Se Deus quiser mês que vem eu entro para o regime aberto, trabalhando na rua e venho aqui só para dormir.”

➤ O que vem logo a sua memória ao comparar o sistema comum e a APAC?

“O céu e o inferno” (risos dos demais colegas) [Na APAC] “Oportunidade, respeito, dignidade, tratamento tanto individual quanto de família é tudo diferente” “o fato de na cela eu ter onde dormir, no sistema comum agente pode acabar dormindo no chão, questão de agressão física... faço uma lista de mais de cem vantagens.”

## J. M. (regime semiaberto) - cozinheiro



Figura 20 - Cozinha APAC/Itaúna – MG

Fonte: Elaborado pela própria autora

➤ Fale um pouco sobre este setor.

“Aqui é o lugar que mais trabalha, na cozinha. Em cada turno tem um cozinheiro e um ajudante (em dias alternados). Quando estão de folga eles fazem a limpeza da administração.”

“Acordamos 5:00 e vamos dormir depois das 22h. São cerca de 160 recuperandos a serem servidos mais a administração. Por isso tem que ter dois turnos (duas pessoas em cada). Aqui se cozinha lombo recheado, lasanha...”

➤ Como são as regras?

“Aqui não é permitido fumar, ouvir som alto, guardar pertences pessoais, fazer sanduíches... O equipamento de segurança é obrigatório, sendo: toucas, máscaras, luvas, botas, uniformes, aventais. Não é permitido usar colares, relógios, etc. Os uniformes deverão estar sempre limpos e deverão ser devolvidos limpos.”

➤ E quais as competências de cada um?

“Cozinheiro: Preparar, nos horários determinados, as refeições de acordo com o cardápio. Procurar manter a disciplina, ordem e limpeza, resolvendo todas as pendências e atribuições da cozinha. Receber e fiscalizar a entrega do açougue e do varejo, bem como cuidar da distribuição do leite.”

“Auxiliar: Preparar o café da manhã, picar legumes, verduras, carnes, manter a limpeza e a organização da cozinha e ajudar o cozinheiro no que for preciso. Para ambos o horário de trabalho é em dias alternados, com uma hora de almoço. No dia de folga os recuperandos devem limpar o auditório da administração.”



S. J. F. (regime semiaberto) – montador de peças

Figura 21 - Área de montagem APAC Itaúna/MG



Fonte: Elaborado pela própria autora

Neste setor funciona a montagem de peças de automóveis, com uma demanda de 3.000 unidades, diariamente. A empresa conveniada para esta atividade é a Magnet Marelli, uma subsidiária do grupo Fiat. Este convênio possibilita a entrega peças plásticas automotivas para serem armazenadas, cortadas, rebarbadas, embaladas na APAC, após estas etapas as peças retornam para a empresa.

Figura 22 - Área de montagem vista de cima



Fonte: Elaborado pela própria autora

Na figura 21, temos a área de montagem vista de cima. Observa-se que o espaço em questão não possui muros, porém apenas uma pequena cerca que divide a área do presídio com o terreno ao lado.

Robson (regime fechado) – 28 anos

*24 anos de pena no total - 03 anos na APAC*

*01 ano no presídio comum*

*Ensino médio incompleto*

- Qual é a diferença entre a APAC e o regime comum?

“Não tem nem como falar... é como o céu e o inferno.”.

- Sobre a dificuldade de se implantar uma APAC...

“No presídio comum um preso custa cinco salários mínimos. Na APAC esse valor é menor. Alguns do governo não *quer* isso, eles *quer* os cinco salários mínimos, porque os cinco salários mínimos não vai diretamente (*mencionando eventuais desvios*). A APAC não é lucro”.

- Você não acha que a APAC dá certo justamente porque quem está aqui são os presos com bom comportamento?

Na verdade não é apenas o perfil de preso que faz com que a APAC funcione, e sim os mecanismos existentes nela. Provavelmente um preso da APAC que saísse totalmente regenerado, não tivesse o mesmo fim em um presídio comum. Robson explica que os detentos reagem aos incentivos dados a eles. Quando um preso com potencial de recuperação está exposto a um ambiente desumano e sem regras, a possibilidade de que ele faça algo errado é grande. Ele acaba sendo meio que produto do meio, “dançando conforme a música”. Quando ele se depara com a realidade na APAC, ele muda a concepção.

“Agente dança conforme a música. Sempre tem que ter bom comportamento. Só que no presídio comum você tem arma, tem algema, e tem que dançar conforme a música, senão você sofre represarias e pode ser transferido. Quando você chega na APAC você vê tudo diferente, você dança conforme a música também.”

- Sobre a pena...

“Eu tenho muitos anos para cumprir aqui. Procuro não fazer esse tipo de conta, mas sei que cumprir na APAC é muito melhor.”

- Sobre a adaptação...

“Alguns presos chegam na APAC e pedem para voltar para o presídio comum...Por que aqui não tem drogas, não tem celular, não tem essas coisas, aí vem a abstinência.”

- Existem presos que vêm para a APAC com intenção de fugir? E depois, o que é que muda?



“Sim. Mas depois muda totalmente a mentalidade. O que faz agente mudar de ideia é o amor. O respeito que eles têm com agente. A confiança... Aqui agente sai escoltado por cristo e algemado pelo coração”.

- Sobre exemplo de respeito e confiança...

“Eu tenho vinte e quatro anos de prisão...saio para todo lado. Toco aqui na missa aqui do lado. Mês que vem eu vou para outra cidade. Em uma APAC nova que se abriu eu vou estar lá ensinando os novos recuperandos como funciona o regime fechado, a montar um CSS. Nunca passou pela minha cabeça fugir, e sim pela deles ‘tem ficar de olho no Robson senão ele vai fugir’.”.

“Eu lembro a primeira vez que eu saí da APAC com um violão nas costas, agente foi a pé na igreja. Foi a primeira vez que eu saí sem algema, sem polícia, sem nada. Minhas pernas começaram a tremer, mas não com a intenção de fugir. Eu pensava, se eu fugir, o que eu vou ganhar com isso? Vou fugir da justiça até quando? Eu vou só perder. Aí chegou numa certa barraquinha e a secretária executiva virou pra mim ‘Robson, vai lá na frente e pega um canudinho pra mim.’ Parecia que era até pra testar. Aí eu fui sozinho, sem violão sem nada, para pegar esse canudinho. Eu conto isso pra muita gente.”

- Todos são tratados da igual forma independente da pena?

“Sim. Uma que tem uma frase lá fora que diz ‘aqui entre o homem, o crime fica lá fora.’. “Aqui senta todo mundo na mesa junto. O que é para um é para outro”.

- O que precisa acontecer aqui dentro para que você não volte a cometer outro delito quando sair. E você acha que muitos daqui podem voltar ao crime quanto sair? Por quê?

“Os índices na APAC são muito menores que os índices nos presídios comuns. Mas a questão é que eu só vou me recuperar se *eu querer*. Não adianta eu estar aqui cumprindo minha pena usando uma máscara, mas pensando em fazer tudo de errado lá fora. Não adianta. Depende é da gente mesmo”. (sobre a possibilidade de reincidência) “Aqui existem muitos projetos de ressocialização. Aqui ninguém fica desamparado. Por isso o risco de voltar para o crime é menor. Mas que acontece, acontece sim.”.

- Você tem uma mensagem para algum jovem que esteja percorrendo o mesmo caminho que você, mas que ainda tem tempo de se arrepender?

“Esse caminho não compensa. É um caminho de tristeza, de solidão. É um caminho onde, às vezes, a pessoa está carente e *tá* exalando ódio, algo assim. Eu aconselho ela a procurar lugares que tenham amor, família, Deus, essas coisas que cortam todas essas frustrações que agente tem. O crime não compensa não. Isso é coisa do passado.”

## **PRESÍDIO ANTÔNIO DUTRA LADEIRA – RIBEIRÃO DAS NEVES/ MG**



(Não foi permitido tirar fotos no interior do presídio. As fotos utilizadas foram enviadas pela administração)

Figura 23 - Presídio Antônio Dutra Ladeira/ MG



Fonte: Elaborado pela própria autora

Eliana – Agente penitenciário (Não informou a idade)

04 anos de serviço.

Não permitiu ser fotografada.

➤ Você já presenciou uma rebelião?

“Eu não, mas meu irmão passou em 2006 e não quis trabalhar mais aqui. Ele foi feito de refém e levou um tiro de borracha e ficou traumatizado. Agente não pode ter medo. Em qualquer lugar que agente vá pode acontecer alguma coisa, apesar de que eu já ouvi muitas histórias de situações... quando pegam mulher eles não brincam. Jogam ácidos no rosto... nos peitos... é bem traumatizante.”

➤ Qual seria uma grande falha a ser superada aqui ainda?

“Acho que seria interessante se o preso não tivesse contato direto com o visitante. Assim como nos Estados Unidos. Isso iria evitar de pegar mais pesado na revista, não é?”

- Porque não podemos usar certas cores?

“Porque, em caso de rebelião, eles trocam de roupa com agente. Assim eles usam cores que se assemelham com o uniforme dos agentes, né? Meu irmão eles trocaram a roupa dele...”

Fernando Pereira Renovato – (34 anos)

*Diretor de atendimento e ressocialização*

*Agente Penitenciário*

*Cargo de confiança diretor (dois anos)*

- Algum preso já saiu daqui para APAC?

“Sim. Eles mandam uma equipe para entrevistar os presos, às vezes com pedido da família que trabalha na APAC, ou que mora na cidade que tem APAC.”

- Quem classifica o preso para o trabalho?

“Quando ele chega ao presídio, o preso passa pela Comissão Técnica de Classificação, que define onde que ele pode trabalhar, define habilitação física, etc. Depois disso ele passa a fazer parte do Programa Individual de Ressocialização.”

- Qual é a quantidade de presos aqui hoje?

“1.800 à 2.000 para cerca de 500 funcionários. Este ano nós vivenciamos uma realidade de 2.100 presos, uma situação de lotação extrema.”

- Qual a capacidade do presídio?

“1200 vagas.”

- Qual o custo mensal do preso?

“Não tenho certeza, mas gira em torno de R\$ 2.700 à R\$ 2.800 por preso, mensalmente.”

- Como é a realidade de fuga e corrupção aqui?

“Ainda existe a entrada de ilícito, ou por família, ou pelos próprios funcionários.”

- Vocês têm alguma pesquisa sobre índices de reincidência?

“No Estado de Minas Gerais ainda está falho neste tipo de levantamento. Eu posso falar do que eu vejo. Alguns presos saem e, depois de alguns meses, estão de volta. Mas eu percebo que a reincidência ainda é grande.”

- Como vocês administram as faltas?

“Nós seguimos rigorosamente a legislação. A LEP (lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984), fala claramente sobre as faltas graves. Já as demais faltas REDIPRI (Resolução nº 742/2004 de MG) fala das demais graves.”

- E sobre as fugas?

“Durante o período que estou aqui ocorreram fugas por abuso de confiança. Aquela fuga onde ele tem o benefício de sair, mas acaba não voltando. Antes disso aconteceu a fuga do túnel<sup>28</sup>.”

- Quais os horários das atividades?

“Existe a alvorada e o banho de sol, com duração média de 3 horas. Dependendo da ala, existe um revezamento por turno (manhã e tarde). A alvorada acontece por conta da chamada nominal, que acontece a partir das 7 horas da manhã, mas não há rigor. O preso pode responder à chamada e voltar para a cama. Depois vem o café da manhã, iniciando às 7 horas, e o almoço, por volta de 11 ao meio dia. Às 17 horas estão todos recolhidos e nas celas têm TV e rádio.”

- Os presos têm opção de trabalhar ou estudar?

“Eles podem optar não estudar, mas trabalho é dever. Caso eles não queiram trabalhar, eles respondem por recusa. Apesar da obrigatoriedade do trabalho, hoje só existem apenas 350 a 400 varas de trabalho disponíveis. No caso dos estudos, apesar de ter 600 vagas de disponíveis, apenas cerca de 350 estão ocupadas.”

- Quais são os projetos existentes e qual a dimensão da participação dos presos?

“Existem as áreas da: horta, frigorífico, padaria e fabricas de blocos e bloquetes (para regime semi aberto). Mas quem trabalha é a minoria. Eu não consigo atender todos. Para você ver, eu pretendo fazer um projeto de artesanato para atender 20 presos do regime fechado, em uma dimensão de 1300 a 1400 não é quase nada ainda...”

- Você acha que os presos daqui saem preparados para a sociedade?

*Resposta negativa com a cabeça...*

- Sobre dificuldades enfrentadas...

O diretor, em diversos momentos, apresentou insatisfação com a superlotação do presídio, um dos principais motivos de que os projetos de reintegração social não funcionam plenamente, atendendo todos os detentos.

- Vocês têm projetos de aumentar a capacidade de presos para acabar com a superlotação nas celas?

---

<sup>28</sup> No dia 7 de abril de 2012, doze presos fugiram da penitenciária de Dutra Ladeira através de um túnel cavado por eles. Na busca, dois foram resgatados.

“Isso não é tão viável não. Constroem-se presídios com capacidade máxima de 600, porque é melhor de gerenciar. E até é melhor terem diversas unidades, pois, assim, o detento fica mais próximo da família.”

- Você acredita que é possível aplicar a APAC em um contexto geral?

“Não, pois são situações distintas. Para o preso participar da APAC tem que ter um perfil específico. A questão psicológica do preso é analisada. O sistema é complexo e nem tudo que se aplica na APAC se aplica em um presídio comum. Como é que você coloca na APAC um preso que oferece risco à sociedade? Não tem como...”

Jonathan. (22 anos)

*Formação: 4ª série; 4 filhos.*

*Profissão: Servente de pedreiro.*

*Delito: Artigo 157<sup>29</sup> por duas vezes uma condenação em 2010 e outra ainda em tramitação. (sendo este um caso de reincidência)*

*01 mês na penitenciária de Dutra Ladeira.*

Foi transferido de Juiz de Fora por causa de uma rebelião. Reclamou sobre o abandono na instituição, pela distância da família, pela falta de materiais básicos como: pasta de dente e sabonete.

- Você disse que foi criado por tios. Porque não foi criado pela sua mãe?

“Minha mãe era mulher de zona, né senhora... Aí eu fui para casa dos meus tios eu tinha seis meses de vida só...”

- O que faz com que uma pessoa volte para a vida do crime?

“Cabeça fraca, mas a religião ajuda a fortalecer a cabeça.”

- Sobre o “batismo no tráfico”...

Foi mencionado que a filiação à uma facção dificulta o abandono à vida do crime. Quando uma pessoa se alia à uma facção ela assume um "compromisso". Existem casos em que se paga por semana, ou mensalmente, para a filiação. Para essas pessoas é muito difícil participar de um projeto como a APAC, por exemplo, visto que, mesmo quando há aceitação do método pelo prisioneiro, sua relação com o tráfico não permite que se siga neste caminho.

“Eu vi um amigo meu batizar. Para ele ganhar um fuzil na mão ele teve que ficar um ano na favela de fogueteiro.”

---

<sup>29</sup> Decreto Lei 2.848/40. Art. 157 – Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência

- E você é filiado?

“Não. Sabe por causa de quê? Que eu acho que no momento que você batiza no crime você tem que dar sua vida pro crime.”

- Quantos presos tem na sua cela? Existe hierarquia entre os detentos?

“16 presos. Não.”

Ao ser questionado se existe hierarquia o prisioneiro respondeu que não, porém a Assistente Social (Ana Lúcia) explicou que eles não admitem, mas existe sim. A negativa à pergunta se dá por causa do medo entre os detentos da exposição do "sistema" que existe internamente entre eles.

- Como é a relação entre vocês e os agentes? Existe repressão ou respeito?

“Existe respeito. Eles estão aqui para trabalhar e eu estou para cumprir a minha pena.”

- Todos são tratados da mesma forma independente do artigo?

“Não. [dentro da cela existe distinção?] Não. [Então a distinção é entre o detento e a instituição?] É.”

- O que você melhoraria aqui?

“Pra mim aqui está ruim porque estou longe da minha família. Mas aqui é grande, então os papéis andam mais rápido... [Você diminuiria a quantidade de detentos na cela?] Aqui está até melhor do que lá. Lá eram 25, 26 por cela do tamanho disso aqui (apontando um espaço de cerca de 20 m<sup>2</sup>). [E como vocês dormiam lá?] Era tudo apertado.”

- Mas o que gostaria de ter aqui para melhorar as condições de cumprimento de pena?

“Eu queria poder estudar e trabalhar. Já vou fazer quase um ano de cumprimento de pena no total, em dois presídios, e, até agora, não consegui fazer nada.”

- O que você pensa no momento que sair daqui com sua pena cumprida?

“Ah, senhora vou falar para a senhora a verdade, se eu não arrumar serviço eu cato papelão, mas não volto para a vida do crime. [Por quê?] Porque os meus filhos já estão tudo crescendo e eu sou espelho deles. Imagina se meu filho se espelhar em mim a roubar?”

- Por que você começou na vida do crime?

“Antes eu procurava emprego e não achava. Aí vinha um e dizia, vamos roubar, vamos vender drogas? Aí eu ia... tudo fácil vindo pra mim...”

- Você conhece a APAC?

“Não. [Foi explicado o método...] [Você gostaria de ir para lá?] Eu gostaria sim. Por que esse é um modo de pagar minha cadeia mais fácil e se acostumar com a liberdade... Eu já estou um tempo aqui e agente sai um pouco desligado.”

- Você conseguiria trabalhar com apenas uma cerca te separando da liberdade?

“Sim. Eu já consegui. Já trabalhei olhando assim a rua e pensei ‘eu vou conseguir’ ‘eu vou pagar minha pena’.”

#### Mario (26 anos)

*Este detento havia acabado de passar pelo Conselho interno de disciplina e havia tomado uma falta grave por utilização de celular.*

*Formação: 5ª série*

- Existe algum tipo de rivalidade ou hierarquia?

“Sempre tem, né? Normal. Às vezes briga, depois faz as pazes... [Mas existe distinção devido ao crime cometido?] Não, só quem comete violência sexual que não pode ficar junto.”

- E existe diferença no tratamento entre o preso e o agente dependendo do artigo?

“Não.”

- O que você melhoraria aqui?

“Precisa ter mais material para artesanato. Hoje não tem chegado.”

- Como você classifica o presídio Dutra Ladeira?

“Normal.”

- Qual o dia e o horário das visitas?

“Uma semana no sábado, outra semana no domingo. De 8:00h às 16:30h.”

- Quais são os seus planos para o dia que você terminar de cumprir a sua pena?

“Fazer um curso de cabeleireiro.”

- O que precisa acontecer aqui dentro para que você não volte para a vida do crime?

“Os agentes tratar agente com mais educação.”

- A comida é boa aqui?

“Não. Às vezes vem ruim...”

- Desabafo...

“Está acontecendo um problema muito grande comigo aqui dentro... Eles me pegaram com um telefone. Só o que acontece. Esse telefone não era meu, e pra mim não ser prejudicado eles me falaram que eu podia falar como que entrava telefone que eles não iam me dar falta grave. Hoje era dia da minha decida [saída temporária autorizada], eu ia pra rua, eu estou de descida temporária. Eles disseram que se eu falasse eu ia para rua hoje. Eu contei tudo como acontecia e eu fui lá agora e eles não cumpriram com a palavra comigo.”

- Medo...

“Eles me deram falta grave, puseram a minha vida em risco... Agora minha vida está em risco e eu tenho um tanto de cadeia para cumprir...”

- Consequência...

“Eu já estou pensando e entrar na cela mesmo e me suicidar...”

Deixa eu perguntar para a senhora... **a tentativa de suicídio dá alguma coisa para família da gente?** (grifo meu). ”



### FICHA DE INSCRIÇÃO PARA O CURSISTA

NOME:.....

DATA DE NASC.: ...../...../.....

ESTADO CIVIL: .....

ENDEREÇO COMPLETO, COM PONTOS DE REFERÊNCIA PARA CONTATOS:

.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....

RELIGIÃO QUE PROFESSAS:.....

ESCOLARIDADE: .....

PROFISSÃO: .....

COMO TOMOU CONHECIMENTO DO CURSO? .....

EXPECTATIVAS: .....  
.....  
.....

NOTAS:

1 - A ficha de inscrição deverá ficar disponível em locais de fácil acesso ( APAC, Fórum local, Secretarias Paroquiais, etc.), com pelo menos um mês de antecipação;

2 – Com base nas informações colhidas nas fichas de inscrição, deve se preparar um resumo que será entregue ao Coordenador Geral do Curso.

Figura 24 - Ficha de inscrição para cursista

## ANEXO VI – Minuta do Estatuto APAC

### Capítulo I

Da Denominação, Sede, Fins, Duração e Organização Art. 1º- A Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - APAC, fundada em \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, com sede na rua \_\_\_\_\_, nesta cidade de \_\_\_\_\_, é uma associação sem fins lucrativos, com patrimônio e personalidade jurídica próprios, nos termos do Código Civil e da legislação afim.

Art. 2º - A entidade, cujo tempo de duração é indeterminado, se destina a auxiliar as autoridades dos Poderes Judiciário e Executivo, gerindo a execução penal, através da comunidade, prestando atendimento e assessoramento aos presos condenados a pena privativa de liberdade, que poderão ser transferidos para o CRS – Centro de Reintegração Social, independente de qualquer discriminação quanto a cor, raça, religião, opção sexual, religião, tempo de condenação e gravidade do crime, visando à recuperação e reintegração social do condenado, e, em uma perspectiva mais ampla, à proteção da sociedade, à promoção da justiça e ao socorro às vítimas.

Parágrafo único – Todas as atividades exercidas visam à aplicação da metodologia apaquiana, através de atividades de assistência social, de forma gratuita, continuada e planejada, para implementação dos 12 elementos fundamentais, que preveem, entre outros, assistência:

- a) à família;
- b) à educação;
- c) à saúde;
- d) ao bem-estar;
- e) à profissionalização
- f) à reintegração social;
- g) às pesquisas psicossociais;
- h) à recreação.

Art. 3º - A Associação de Proteção e Assistência aos Condenados será regida de acordo com o que dispõe o presente Estatuto, o qual constitui a sua lei orgânica, de conhecimento e observância de todos os seus associados.

### Capítulo II

#### Dos Associados

Art. 4º- O quadro associativo, de número ilimitado, será constituído de pessoas de ambos os sexos, a juízo da diretoria, sem distinção de cor, nacionalidade, política e religião.

Parágrafo Único - O mesmo critério será adotado quanto ao desenvolvimento das atividades da APAC.

Art. 5º - Os associados são classificados nas seguintes categorias:

- a) Associados Fundadores – todos aqueles que assinaram a ata de fundação da Associação;
- b) Associados Natos – O Juiz que tiver, segundo a Lei de Organização Judiciária, o encargo da corregedoria dos presídios e de Execução Penal da comarca; o promotor público que estiver prestando serviço na vara mencionada; o diretor da Unidade

Prisional; o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção local; o presidente da Câmara Municipal e o Prefeito do município;

c) Associados Beneméritos – todos aqueles que, a juízo do Conselho Deliberativo, pela própria iniciativa deste ou mediante proposta da diretoria, se tornem dignos desse título;

d) Associados Contribuintes – todos aqueles que, admitidos de acordo com este Estatuto, concorram a mensalidade estabelecida pela diretoria.

Art.6º - Os associados de que tratam as letras “b” e “c”, do artigo anterior, ficam isentos de qualquer contribuição pecuniária em caráter permanente.

Art. 7º - O não pagamento de três (3) mensalidades consecutivas, salvo por motivo de força maior, importará a perda dos direitos sociais e a consequente exclusão do quadro associativo.

Art. 8º - Para ser admitido como associado contribuinte deverá o interessado:

a) preencher e assinar a respectiva proposta, conforme modelo e condições aprovados pela diretoria; e,

b) estar expressamente autorizado pelo pai e/ou tutor, quando contar com menos de 18 anos de idade.

Art. 9º - Não poderão ser readmitidos ao quadro social:

a) os associados eliminados por atraso de pagamento de mensalidades à Associação, se não o solverem previamente; e,

b) os associados excluídos por falta grave que implique desabono da entidade.

Art.10 - São direitos dos associados contribuintes:

a) tomar parte nas assembleias gerais, votando e sendo votados, desde que tenham 6 (seis) meses de associados;

b) representar, por escrito, ao Conselho Deliberativo, atos da administração reputados danosos e prejudiciais aos interesses da APAC;

c) propor admissão ou readmissão de associados;

d) representar a entidade em reuniões e solenidades, por delegação da diretoria;

e) recorrer à Assembleia Geral de decisão da diretoria que impuser pena de exclusão do associado no quadro associativo; e,

f) participar dos atos promovidos pela entidade.

Art. 11 - São deveres dos associados em geral:

a) integrar-se às atividades assistenciais de que trata o artigo 2º, tomando interesse por todos os problemas penitenciários e socializadores de afetos à Entidade;

b) acatar e zelar pelo cumprimento deste Estatuto e quaisquer regulamentos;

c) contribuir para que a APAC realize sua finalidade, cooperando para seu progresso e engrandecimento;

d) comportar-se, sempre que estiver em causa a sua condição de associado, de modo a manter o bom nome da Entidade, procedendo com urbanidade no trato com os demais associados;

e) abster-se, nas atividades da Entidade, de qualquer manifestação de caráter político;

f) respeitar e cumprir as determinações da Assembleia Geral, do Conselho Deliberativo e da Diretoria;

- g) pagar pontualmente suas mensalidades;
- h) apresentar, quando solicitado, a carteira de identidade social;
- i) zelar pela conservação dos bens da APAC;
- j) respeitar os membros do Conselho Deliberativo e da Diretoria, quando estes estiverem no exercício de suas funções; e,
- k) comunicar à Diretoria qualquer mudança no estado civil e na residência.

Art. 12- Os associados que infringirem as disposições deste Estatuto e dos regulamentos serão passíveis das seguintes penas:

- a) advertência;
- b) censura; e,
- c) exclusão do quadro associativo.

Parágrafo Único - Da pena de exclusão caberá recurso à Assembleia Geral, nos termos do art. 57 e parágrafo único do Código Civil Brasileiro.

### Capítulo III

#### Dos Poderes Sociais

Art. 13 - São órgãos deliberativos e administrativos da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados:

- a) Assembleia Geral;
- b) Conselho Deliberativo;
- c) Diretoria Executiva; e,
- d) Conselho Fiscal.

### Capítulo IV

#### Da Assembleia Geral

Art. 14 - Compete privativamente à Assembleia Geral:

- I - eleger os administradores;
- II - destituir os administradores;
- III - aprovar as contas; e,
- IV- alterar o Estatuto.

Art. 15 - As reuniões ordinárias e extraordinárias serão sempre convocadas por ordem do presidente do Conselho Deliberativo, por meio de Edital ou aviso publicado na imprensa local ou afixado na sede da Entidade.

Parágrafo Único - A convocação será sempre feita com antecedência mínima de oito dias, contados da data de publicação do edital.

Art. 16 - As Assembleias Gerais, ordinárias ou extraordinárias, serão consideradas legalmente constituídas, em primeira convocação, desde que se verifique a presença da maioria absoluta dos associados, e, em segunda convocação, 30 minutos após, com qualquer número de associados.

§ 1º - Excetuam-se das normas deste artigo os itens II e IV do artigo 14, uma vez que, nesses casos, “é exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira

convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço nas convocações seguintes”.

§ 2º - As decisões serão sempre tomadas por maioria simples.

Art. 17 - A Assembleia Geral reunir-se-á:

a) ordinariamente, de quatro em quatro anos, na segunda quinzena de novembro, para o fim único de eleger e empossar os membros do Conselho Deliberativo e respectivos suplentes; de dois em dois anos, na segunda quinzena do mês, para eleição do presidente da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal da APAC, em observância do artigo 49, alínea a, presidente, vice-presidente, primeiro e segundo secretários do Conselho Deliberativo, dando-lhes posse na semana seguinte à eleição, com qualquer número de associados e, anualmente, na segunda quinzena de julho para julgar as contas prestadas pela Diretoria, devidamente acompanhadas de parecer do Conselho Fiscal e de relatório do presidente, encaminhando esclarecimentos; e,

b) extraordinariamente, a qualquer tempo, quando devidamente convocada, exclusivamente para o fim de preencher cargos de Conselheiros, ocorrido em caso de renúncia ou vacância, se os suplentes já tiverem sido chamados a servir, para reformar os Estatutos Sociais, aprovar as contas, cassar o mandato do presidente da APAC, nos casos previstos, em sessão especialmente convocada para esse fim.

§ 1º - A Assembleia poderá ser convocada extraordinariamente, a pedido, fundamentado por escrito, de cinco Conselheiros e aprovado pelo Conselho Deliberativo.

§ 2º - Será nula e de nenhum efeito qualquer deliberação estranha ao objeto da convocação.

Art. 18 - As Assembleias Gerais serão abertas e presididas pelo presidente do Conselho Deliberativo, cabendo a este designar os secretários e os fiscais escrutinadores, quando necessário.

Art. 19 - A Assembleia Geral, além dos Conselheiros efetivos, elegerá cinco Suplentes, que serão chamados a servir na ordem de maior votação, aplicando-se o disposto no parágrafo único do artigo 21, em caso de empate, para preenchimento de vaga temporária ou definitiva no Conselho Deliberativo.

Art. 20 - As eleições do Conselho Deliberativo, de sua Mesa Diretora, da Presidência da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal serão feitas por escrutínio secreto, e a elas só poderão concorrer os candidatos em chapas previamente registradas, exigindo-se, para o registro, requerimento assinado por dez associados no mínimo.

§ 1º - Os requerimentos de inscrição serão endereçados à Presidência do Conselho Deliberativo até 72 (setenta e duas) horas antes do pleito. Havendo impugnação, será observado o disposto no parágrafo único do artigo 28.

§ 2º - Não poderão votar nem ser votados nas Assembleias Gerais os associados que não estiverem quites com os cofres sociais.

§ 3º - Os associados menores de 18 anos de idade não poderão ser votados para membros do Conselho Deliberativo, exceto se forem emancipados.

Art. 21 - Realizada a votação e procedida a apuração, o presidente proclamará eleitos e empossará, após uma semana, os membros do Conselho Deliberativo, bem como os candidatos à suplência mais votados, se não houver empecilhos provocados por recursos.

Parágrafo único - Havendo empate na votação, serão considerados eleitos os associados mais antigos no quadro social. Permanecendo, ainda, empate, será considerado eleito o mais idoso.

Art. 22 - Os trabalhos de cada Assembleia serão registrados em ata, em livro próprio, redigida por um secretário *ad hoc*, nomeado no ato, e assinada pelos membros da Mesa, submetida, desde logo, à consideração dos presentes.

## Capítulo V

### Do Conselho Deliberativo

Art. 23 - O Conselho Deliberativo deliberará, dentro de sua alçada, com rigorosa observância deste Estatuto, sendo constituído de 15 membros efetivos.

Art. 24 - O mandato do Conselho Deliberativo será de quatro anos.

Art. 25 - A mesa diretora do Conselho Deliberativo será composta pelo presidente, vice-presidente, primeiro-secretário e segundo-secretário, que serão eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de dois anos, conforme dispõe o artigo 17.

Art. 26 - Caberá ao Conselho Deliberativo:

- a) fiscalizar os trabalhos da Diretoria Executiva e tomar as medidas cabíveis quando detectar irregularidades;
- b) estudar e aprovar relatório anual circunstanciado da Diretoria Executiva e corrigi-lo quando julgar necessário;
- c) antes do término do ano, aprovar Plano Anual de Trabalho da Diretoria Executiva, podendo modificá-lo;
- d) elaborar projetos de trabalhos e sugestões à Diretoria Executiva;
- e) examinar, anualmente, decidindo acolher ou rejeitar o parecer do Conselho Fiscal;
- f) censurar, advertir e pleitear a cassação do mandato do Presidente da Diretoria Executiva e declarar a vacância do cargo nos termos do parágrafo único do artigo 41;
- g) através de circunstanciado relatório, aprovado pelo Conselho Deliberativo, convocar a Assembleia Geral para cassar o mandato eletivo do Presidente da Diretoria Executiva, observando o pleno direito do contraditório;
- h) dar posse à Mesa Diretora do Conselho Deliberativo, ao Presidente da Diretoria Executiva e ao Conselho Fiscal, bem como conceder aos seus membros licença ou demissão;
- i) receber e protocolar requerimentos de inscrição prevista para a eleição do Conselho Deliberativo, Fiscal e presidência da Diretoria Executiva;
- j) deliberar sobre a conveniência da celebração de contratos de financiamento, convênios e parcerias com órgãos públicos, privados ou entidades congêneres;
- k) conceder, por iniciativa própria ou por proposta da Diretoria Executiva, título de associado benemérito;
- l) deliberar sobre qualquer transação de compra e venda de imóveis, em sessão especialmente convocada para esse fim; e, m) conhecer e julgar, em grau de recurso, os atos administrativos da Diretoria.

Art. 27 - O Conselho Deliberativo reunir-se-á extraordinariamente, quando julgar necessário o presidente da Diretoria Executiva da APAC, o presidente do Conselho

Deliberativo, ou Conselho Fiscal, para tratar de assuntos atinentes à área de atuação do órgão provocador da convocação.

Art. 28 - As reuniões do Conselho serão realizadas desde que os conselheiros recebam aviso por escrito, com antecedência mínima de três dias, sem prejuízo do edital.

Parágrafo único - Excetuam-se desta regra as reuniões destinadas a apreciar e decidir sobre impugnação de inscrições, prevalecendo apenas o aviso por escrito 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião. Havendo acolhimento da impugnação, far-se-à nova convocação da Assembleia.

Art. 29 - Salvo exceções estatutárias, o Conselho Deliberativo reunir-se-à:

- a) em primeira convocação, com metade mais um dos seus membros;
- b) em segunda convocação, 30 minutos após, com qualquer número.

Art. 30 - O Conselho Deliberativo será convocado pelo seu presidente ou a pedido do presidente da Diretoria Executiva ou por cinco membros do próprio Conselho, para tratar de assuntos gerais da entidade.

Art. 31 - O presidente do Conselho Deliberativo, em seus impedimentos, será substituído pelo seu vice-presidente.

Art. 32 - As deliberações do Conselho Deliberativo serão tomadas por maioria de votos, salvo nos casos previstos neste Estatuto, e as votações serão nominais.

Parágrafo Único - Não serão admitidas procurações para votações e deliberações no Conselho Deliberativo.

Art. 33 - Os Conselheiros que, sem causa justificada, faltarem a três reuniões consecutivas perderão automaticamente seus mandatos, o que deverá constar da ata da reunião respectiva.

Art. 34 - Nas votações, serão considerados eleitos os que obtiverem maioria de votos e, em caso de empate, proceder-se-á a novo escrutínio, no qual só poderão ser votados os candidatos empatados; ocorrendo novo empate, será considerado eleito o associado de matrícula mais antiga ou o mais idoso.

Art. 35 - Os trabalhos de cada sessão serão registrados em ata, em livro próprio, redigida por um dos secretários, assinada pelo presidente, pelos secretários e, se houver eleição, pelos fiscais escrutinadores.

## Capítulo VI

### Da Administração Geral

Art. 36 - A Associação de Proteção e Assistência aos Condenados será administrada e dirigida por uma diretoria, com mandato de dois anos, composta de :

- a) Presidente;
- b) Vice-Presidente;
- c) Primeiro-Secretário;
- d) Segundo-Secretário;
- e) Primeiro-Tesoureiro;
- f) Segundo-Tesoureiro;
- g) Diretor do Patrimônio; e,
- h) Consultor Jurídico.

§ 1º- A administração da APAC poderá ainda ser auxiliada por comissões e departamentos, sempre que a diretoria julgar conveniente, as quais serão criadas pelo presidente, que lhes dará denominação, atribuição e nomeará seus membros, cujo número fixará.

§ 2º- Excetuando-se o cargo de Presidente da Diretoria Executiva, os demais membros serão nomeados, demitidos e substituídos ao livre-arbítrio do presidente da Diretoria Executiva.

Art. 37 - A Diretoria, que exercerá todos os poderes que lhe são conferidos por este Estatuto, reunir-se-á, no mínimo, uma vez por mês, em dia e hora previamente designados pelo presidente e decidirá por maioria absoluta de seus membros.

§ 1º - Decidirá também sobre a exclusão de associados por falta grave.

§ 2º - Os trabalhos de cada reunião da Diretoria serão registrados em ata, em livro próprio, redigida por um dos secretários, devidamente assinada, após aprovação pelo presidente e pelo secretário.

§ 3º - O Diretor que, sem justa causa, faltar a três reuniões consecutivas perderá automaticamente seu mandato, o que deverá constar da ata da reunião respectiva.

Art. 38 - Sem prejuízos das responsabilidades individuais de cada diretor, o presidente será responsável perante a Assembleia Geral, e o Conselho Deliberativo pela administração e orientação geral da APAC.

Art. 39 - Em caso de impedimento, o presidente será substituído pelo vice-presidente e pelos demais diretores, em exercício, na ordem estabelecida no artigo 36.

Art. 40 - A renúncia, demissão ou morte do presidente implica a renúncia automática de toda diretoria, a qual, entretanto, terá seu mandato prolongado, no máximo por trinta dias, para a posse da Diretoria que for organizada pelo novo presidente eleito.

Parágrafo Único - Ocorrendo vaga do presidente, quando faltar menos de 90 dias para o término do mandato da Diretoria, será seu cargo ocupado pelo vice-presidente, independentemente de qualquer formalidade, além da comunicação que o vice-presidente fará ao Conselho Deliberativo.

## Capítulo VII

### Da Diretoria Executiva

Art. 41- Competirá ao presidente:

- a) representar a Entidade ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, em todas as suas relações para com terceiros;
- b) convocar as reuniões da Diretoria, solicitar reuniões do Conselho Deliberativo e da Assembleia Geral, presidindo a primeira;
- c) contratar e dispensar empregados da APAC;
- d) rubricar todos os livros necessários à escrituração da Entidade;
- e) escolher dentro do quadro social os membros da Diretoria, assim como exonerá-los a pedido ou não, dando conhecimento desses atos ao Conselho Deliberativo;
- f) assinar contratos e convênios, inclusive os de parcerias, diplomas honoríficos, cheques, duplicatas, títulos de créditos, cauções e ordens de pagamento e quaisquer documentos de ordem financeira;
- g) autorizar despesas previstas e ordenar seus pagamentos;



h) apresentar ao Conselho Deliberativo relatórios circunstanciados das atividades da APAC e, anualmente, o respectivos balancete financeiro e demais obrigações estatutárias;

i) empossar diretores quando ocorrer vaga durante o mandato, dando ciência ao Conselho Deliberativo; e,

j) apresentar planos de trabalho para o exercício seguinte.

Parágrafo Único - A substituição do Presidente dar-se-à por morte, renúncia ou grave violação ao estatuto, neste caso, após tomadas as medidas de direito.

Art. 41A - O mandato do Presidente da Diretoria Executiva será de 2 (dois anos), permitidas 2 (duas) reeleições consecutivas.

Art. 42 - Ao vice-presidente competirá substituir o presidente em suas faltas e impedimentos legais.

Art. 43 - Ao primeiro-secretário competirá:

a) dirigir e superintender os trabalhos da secretaria;

b) redigir as atas das reuniões da diretoria; e,

c) assinar carteiras de identidade social.

Art. 44 - Ao segundo-secretário competirá substituir o primeiro, em suas faltas e impedimentos, e auxiliá-lo em suas funções.

Art. 45 - Ao primeiro-tesoureiro competirá:

a) superintender e gerir todos os serviços da tesouraria, cujos fundos, valores e escrituração ficam sob sua guarda;

b) assinar recibos, fiscalizar recebimentos, arrecadar receita da Associação e, juntamente com o presidente, cheques, ordens de pagamento e quaisquer títulos de responsabilidade;

c) efetuar pagamentos de contas, fornecimentos e despesas com o “pague-se” do presidente;

d) fornecer ao Conselho Fiscal todos os informes solicitados;

e) organizar os balanços e demonstrativos de receitas e despesas da APAC;

f) manter em dia as escriturações e a relação de associados quites e atrasados da Associação; e,

g) efetuar todo movimento financeiro da Entidade em banco designado pelo presidente.

Art. 46 - Ao segundo-tesoureiro compete substituir o primeiro em suas faltas e impedimentos legais.

Art. 47 - Ao Diretor do Patrimônio compete zelar pela guarda de todos os bens da Associação, mantendo escrituração competente e balanço patrimonial.

Art. 48 - Ao Consultor Jurídico compete prestar assistência jurídica à Entidade, a critério do presidente.

Art. 49 - Cada diretor terá autonomia de atuação para exercer as suas atribuições previstas neste Estatuto ou determinadas por ato Presidencial, ressalvado o disposto no artigo 38.

## Capítulo VIII

### Do Conselho Fiscal

Art. 50 - O Conselho Fiscal será composto de três membros, a saber:

- a) um associado que tenha conhecimentos técnicos na área financeira, eleito pela Assembleia Geral, competindo-lhe a presidência do Conselho Fiscal;
- b) presidente da Câmara Municipal;
- c) presidente da OAB, seção da sede da APAC.

Art. 51 - Competirá ao Conselho Fiscal:

- a) examinar todas as contas, balancetes, balanços, dando seu parecer sobre os mesmos; e,
- b) solicitar, se necessário, da tesouraria ou da presidência todos os esclarecimentos necessários à elaboração de seus pareceres.

Art. 52 - As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas pela maioria de seus membros.

Parágrafo Único - As reuniões do Conselho Fiscal serão realizadas em qualquer época, por convocação do seu presidente.

## Capítulo IX

### Dos Voluntários e dos Estagiários

Art. 53 - A Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - APAC aceitará a prestação de serviços voluntários conforme Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.

Parágrafo Único - Não há impedimento para admissão no quadro de funcionários de voluntários ou estagiários pelo regime da CLT.

Art. 54 - Os critérios para ser voluntário da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) são os seguintes:

- a) preencher o interessado as condições do § 3º do art. 20 e ter boa conduta social para prestar o serviço voluntário; e,
- b) antes de iniciar o trabalho, o voluntário deverá frequentar o curso de formação determinados;
- c) rateios e subscrições destinados às necessidades extraordinárias;
- d) convênios e parcerias;
- e) subvenções governamentais; e,
- f) verbas oriundas dos juizados especiais.

§ 1º - Essas rendas, recursos e eventual resultado operacional serão aplicados integralmente na manutenção e no desenvolvimento de objetivos institucionais, no território nacional.

Art. 63 - Constituirão títulos de despesas:

- a) o pagamento de impostos, taxas, salários, gratificações e outros;
- b) os gastos com as atividades discriminadas no artigo 2º deste Estatuto;
- c) os gastos com aquisição e conservação do material e dos bens da APAC;
- d) despesas eventuais devidamente autorizadas; e,
- e) folhas de pagamento e contribuições fiscais.

## Capítulo XI

### Dos Regimentos, Regulamentos e Avisos

Art. 64 - A Diretoria baixará e divulgará, se necessário, regimento interno, avisos, portarias, regulamentos e avisos complementares às disposições estatutárias.

Parágrafo Único - As medidas transitórias serão sempre expedidas em forma de portarias

assinadas por quem de direito e afixadas, com devida antecedência em quadro próprio.

## Capítulo XII

### Disposições Gerais

Art. 65 - Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações sociais, não havendo entre eles obrigações recíprocas.

Art. 66 - A dissolução da APAC, ou se cassada a sua autorização de funcionamento, só se dará se o Conselho Deliberativo, em sessão convocada para esse fim, decidir conforme dispõe o art. 15, § único, deste Estatuto.

Parágrafo Único - Com a dissolução ou a cassação de seu funcionamento, a APAC subsistirá para os fins de liquidação, até que se conclua, e o registro de sua dissolução será averbado onde a pessoa jurídica estiver inscrita.

Art. 67 - Confirmada a dissolução da APAC, o seu patrimônio, depois de satisfeitos os compromissos sociais e ouvida a Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados – FBAC, será doado a instituição congênere ou assistencial ou, ainda, a entidade pública, designada pela própria assembleia, desde que tenha personalidade jurídica, sede e atividades preponderantes e esteja situada na mesma unidade da Federação sede da APAC extinta.

Art. 68 - De todos os impressos da APAC constará a seguinte inscrição: “Amando o próximo, amarás a Cristo”.

Art. 69 - As funções dos Diretores e Conselheiros serão inteiramente gratuitas, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer lucro, salário, bonificação ou vantagem, provenientes ou oriundas da entidade.

Art. 70 - A entidade não distribuirá lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio sobre nenhuma forma ou pretexto.

Art. 71 - A fundação da APAC depende de expressa autorização da Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados - FBAC, mediante compromisso de obediência à “Metodologia APAC”, destinada à recuperação de condenados(as) a pena privativa de liberdade.

Parágrafo Único - A APAC, para o exercício de suas atividades, será classificada obrigatória e periodicamente pela FBAC e pagará a taxa de sua filiação.

Art. 72 - Os casos omissos ou não previstos neste Estatuto serão resolvidos pela Diretoria Executiva ou pelo Conselho Deliberativo, de acordo com os princípios de direito.

Art. 73 - O presente Estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, em qualquer tempo, por decisão da maioria absoluta dos Associados, em Assembleia Geral, especialmente convocada para esse fim, e entrará em vigor na data de seu registro em cartório ou onde a lei designar.

Art. 74 - Revogam-se as disposições em contrário.